

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS

CENTRO DE COMUNICAÇÃO

ASPECTOS DA HISTÓRIA DA  
RADIODIFUSÃO NO BRASIL: 1919-1960

DANIEL KOSLOWSKY HERZ

Curso de Comunicação Social  
Habilitação em Jornalismo

Dissertação

São Leopoldo, novembro de 1977

## SUMARIO

INTRODUÇÃO .....	4
1 - 1919 A 1929: TRANSPLANTE DA TECNOLOGIA .....	10
1.1 - Desenvolvimento da tecnologia de telecomunicações ..	10
1.2 - Disputa pelo controle da tecnologia e sistemas de comunicações .....	12
1.3 - Transplante da tecnologia elétrica: contexto histórico .....	16
1.3.1 - A luta das oligarquias .....	18
1.3.2 - A "americanização" da economia .....	20
1.4 - Difusão do rádio .....	29
1.4.1 - Fase experimental .....	32
1.4.2 - Consolidação do rádio .....	36
Notas .....	45
2 - 1930 A 1950: EVOLUÇÃO DO RÁDIO .....	55
2.1 - Retomada do imperialismo .....	55
2.1.1 - Início da era de Vargas .....	55
2.1.2 - Estado Novo .....	57
2.1.3 - Internacionalização da economia .....	68
2.2 - O Modelo privativista .....	71
2.3 - A produção cultural do rádio .....	80
2.4 - O papel da radiodifusão .....	85
2.4.1 - As transformações estruturais .....	88
2.4.2 - A intervenção do rádio .....	92
2.4.2.1 - Interesses econômicos na radiodifusão .....	94
2.4.2.2 - A ideologia dominante .....	96
2.4.2.3 - A sintonia com o imperialismo .....	99
Notas .....	102
3 - 1951 A 1960: O SURGIMENTO DA TELEVISÃO .....	108
3.1 - Segundo governo de Getúlio Vargas .....	108
3.1.1 - Nova fase de intervencionismo estatal .....	109
3.1.2 - As pressões do imperialismo .....	112
3.1.3 - Reação anti-imperialista .....	117
3.1.4 - Resposta: a morte de Getúlio Vargas .....	119

3.2 - Governo de Juscelino Kubitschek .....	122
3.3 - Internacionalização da comunicação social .....	131
3.3.1 - O surgimento da televisão .....	131
3.3.2 - Expansão da indústria eletrônica .....	134
3.3.3 - Ampliação do modelo privativista .....	137
3.3.4 - O fortalecimento da radiodifusão como estrutura de poder .....	139
3.3.5 - A invasão da publicidade estrangeira .....	142
Notas .....	149
CONCLUSÕES .....	154
BIBLIOGRAFIA .....	157

## INTRODUÇÃO

O rádio e a televisão apresentam-se tão intimamente vinculados à nossa realidade cotidiana que muitas vezes perdemos a dimensão do processo social desencadeado com a operação destes modernos recursos tecnológicos. Mais do que integrada à nossa realidade imediata, a radiodifusão<sup>1</sup>, atuando sobre a esfera da consciência humana, impõe-se como porta-voz de uma realidade "natural", substitutiva da realidade objetiva, na medida em que, agindo sobre os sentidos, imprime suas formas próprias. Temos, por isso, de concentrar nossos esforços no sentido de recuperar a distância crítica em relação ao processo de comunicação social através destes meios eletrônicos.

A tecnologia não é, em si, nem boa, nem má. Passível de ajuizamento valorativo é a instrumentalização dos equipamentos e das técnicas sofisticadas. E, se a tecnologia não encerra intrínsecas qualidades positivas ou negativas, tampouco comporta a neutralidade que as análises apressadas pretendem atribuir-lhe. Inserida de forma ativa num determinado contexto social, a tecnologia fatalmente se impregna de um conteúdo social que tende a escapar de nossas consciências, quando determinadas relações assim o impelem. A tecnologia, assim situada, deixa de ser encarada como um recurso neutro, passivo, e passa a assumir a condição de elemento dinâmico, capaz de potencializar o poder de interferência, tanto sobre a natureza como sobre a sociedade, por parte daqueles que a controlam.

Na sociedade capitalista, uma característica essencial dos indivíduos é a atomização das consciências, isto é, todos os objetos de percepção são frações estanques da realidade. Desde o processo de acumulação do capital, que se desenvolve independente da consciência dos indivíduos nele envolvidos, pelo menos da maioria deles, até as normas morais que estabelecem expectativas de conduta, a maior parte das funções sociais não são percebidas racionalmente. Alienando-se, perdendo a noção dos nexos de causa e efeito que envolvem a sua existência os indivíduos, tanto quanto a tecnologia, são instrumentalizados pelos que tem maior poder de interferência na sociedade.

Não é de espantar, portanto, que um determinado tipo de aparelho, dotado de uma espécie de "vida própria", possibilitada por uma receita técnica que não está ao alcance senão de indivíduos com instrução pelo menos mediana, se transforme numa espécie de "entidade sagrada". A televisão e o rádio apresentam-se, assim, à semelhança de totens ou imagens passíveis de idolatria, com a diferença qualitativa de não necessitarem ter sobre si, constituída uma formulação mítica ou religiosa: eles próprios se impõem, estimulando dinamicamente os sentidos.

Assim, a possibilidade de que o rádio e a televisão sejam pensados como instrumentos controlados por indivíduos, classes ou setores da sociedade, esgota-se na incompreensão dos processos sociais mais amplos, que condicionam essas relações. A função da radiodifusão numa sociedade só pode ser encontrada se conseguirmos vinculá-la ao movimento global desta sociedade. Investigar o papel social da radiodifusão numa sociedade é ir além das atribuições jurídicas e institucionais que sobre ela incidem, é buscar as implicações econômicas, políticas e culturais dela decorrentes. Encarando os meios de comunicações eletrônicos, o rádio e a televisão, como meios de produção, e investigando suas funções no sistema produtivo, estaremos trilhando a pista que nos conduzirá não apenas a uma delimitação correta do fenômeno radiodifusão, mas aos nexos mais essenciais da sociedade em questão.

... ..

O Brasil é um país capitalista que mantém uma visceral dependência do capitalismo mundial, situação compartilhada com a maioria dos países latino-americanos. E é no contexto histórico desta dependência que encontraremos a radiodifusão, condicionada pelo amplo processo de desenvolvimento da sociedade brasileira, e assumindo funções próprias. O rompimento dos laços coloniais com Portugal, longe de representar a independência da nação, consistiu no estabelecimento de novas formas de subordinação ao exterior. O modelo agrário-exportador persistiria intocável durante quase dois séculos, resistindo à instauração do regime republicano.

Foram contingências internas, ainda que aliadas a caracte-

rísticas peculiares da conformação sócio-econômica do Brasil, que estimularam um esforço de desenvolvimento "menos dependente". A guerra imperialista de 1914-1919, a depressão econômica do capitalismo mundial de 1929-1933 e a Segunda Guerra Mundial de 1939-1945, foram os momentos de retração do mercado consumidor mundial de produtos primários exportados pelo Brasil que abalaram a dependência irrestrita do exterior. A redução de exportações reduziu a capacidade de importar, levando a ser produzido internamente tudo aquilo que era mais essencial das importações. E assim, graças a possibilidades internas, se desenvolveram surtos de industrialização substitutiva, desdobrados em três fases, atingindo primeiro as indústrias leves, durante a Primeira e a Segunda Guerra Mundial; depois os bens de consumo duráveis, até a década de 60; e, a partir daí, as faixas de bens de capital.

No período em que se desenvolve mundialmente a tecnologia eletrônica (início deste século), o Brasil está acometido de uma incapacidade estrutural para acompanhar a evolução e a assimilação do conhecimento técnico que surge. E esta impossibilidade, à medida em que os conhecimentos se aprofundam e a tecnologia se sofisticada, se transforma numa dificuldade intranponível. O controle da tecnologia, pelos países centrais, através de seus oligopólios, é uma arma que consolida o seu poder e aumenta a sua dominação.

O surgimento da radiodifusão no Brasil, em 1919, corresponde à fase mercantil das relações econômicas internacionais, em que o mundo é um mercado comprador para os manufaturados dos países centrais, e os países periféricos são tratados como mercado fornecedor de matérias primas. A tecnologia é simplesmente "transplantada", sendo assimilada pelo mercado interno, juntamente com a tênue produção das indústrias nacionais.

A partir da década de 30, e especialmente após a Segunda Guerra, o esforço interno de substituição de importações é aproveitado pelas indústrias estrangeiras que passam a localizar suas subsidiárias no país, para manterem-se vinculadas ao mercado interno. É nesta fase que a presença dos Estados Unidos no Brasil torna-se predominante, culminando uma tendência que

se verifica desde o final do século passado. Num primeiro período desta fase, a construção de uma "economia nacional", com a superação da ditadura da base agrário-exportadora, em função de uma nova base urbano-industrial, recebe importante contribuição da radiodifusão. A estrutura nacional de comunicações é mobilizada para adaptar e criar os valores culturais e ideológicos a essa nova base econômica. Num segundo momento, começam a instalar-se no país as subsidiárias das grandes indústrias estrangeiras, entre as quais as indústrias eletro-eletrônicas. Também penetram no país as grandes agências de publicidade estrangeiras, que passam a atuar na motivação do mercado para o consumo, principalmente, dos produtos das indústrias estrangeiras. Os interesses estrangeiros, nesse período, passam a articular-se cada vez mais e se tornam globais na fase seguinte, durante o Governo Kubitschek, no qual privilegia-se a industrialização baseada no capital estrangeiro.

O processo de internacionalização da economia brasileira, em sua fase urbano-industrial, ganhou grande vigor a partir da queda de Getúlio, em 1945. A partir daí, inicia, correspondentemente, um processo de internacionalização da cultura brasileira, com a ocupação do sistema nacional de comunicação social, de acordo com uma nova estratégia do imperialismo mundial.

A importância da comunicação neste processo de evolução das relações capitalistas mundiais é vital, na inversão da estratégia de conquista por uma "base filosófica", pelo "colonialismo cultural", ao invés da agressão armada. Verificam-se, nesse processo, três diferentes estágios nas relações internacionais<sup>2</sup>. O primeiro era um "simples subproduto do contato entre grupos diferentes", e foi o que persistiu durante mais tempo na história da humanidade. O segundo é a imposição intencional de uma cultura dominante sobre uma cultura dominada. Era causa e também efeito de "guerras, comércio, organização de hegemonias e rivalidades entre impérios"<sup>3</sup>. Deste período, "das grandes explorações e da colonização", passou-se para o terceiro estágio, no qual existe um intenso intercâmbio e um fluxo bidirecional entre nações e povos, dominantes e dominados. Neste estágio, as complexas instituições resultantes de igualmente

complexas relações sociais, são mobilizadas de maneira sistemática para interferir nas sociedades dominadas. Assim, hoje assistimos a atuação de um "complexo industrial-eletrônico agressivo e poderoso, trabalhando para expandir o sistema sócio-econômico, espacial e ideologicamente"<sup>4</sup>.

A partir da década de 50, esta penetração planejada se fará sentir no Brasil chegando, na década de 60, a um elevado grau de articulação. Nos primeiros anos da década de 60 começa a ser urdido o que poderíamos chamar de "modelo global": uma trama de amplos interesses que se concretiza pela implantação de um sofisticado Sistema Nacional de Telecomunicações. Este Sistema atua atendendo os interesses da indústria eletrônica; dos produtores internacionais da indústria cultural (fabricantes dos "enlatados" para televisão, indústria fonográfica, etc.); das grandes agências internacionais de publicidade e das subsidiárias dos trustes e cartéis multinacionais, por elas representadas. Este Sistema Nacional que começou a ser montado fisicamente por volta de 1967, seria fundamental para a manutenção de um controle social em larga escala, visando a estimulação de mercado e a difusão ideológica indispensável para a continuidade do status quo.

... ..

O presente trabalho é o resultado de um projeto mais amplo: uma tentativa de interpretação da história da radiodifusão no Brasil. As dificuldades enfrentadas para reconstituir esse processo histórico, entretanto, foram muito grandes. É escasso o material bibliográfico sobre o desenvolvimento dos meios de comunicação eletrônicos no país e não raro, o pouco existente se resume ao levantamento fragmentado de dados ou ao relato de experiências pessoais vividas profissionalmente no rádio e na televisão. Escassos e descontraçados são também os dados oficiais sobre a matéria e mais difícil ainda é o acesso a eles. Pela limitação dos recursos disponíveis, o presente trabalho cinge-se a uma análise de aspectos da história da radiodifusão no Brasil, entre 1919 e 1960. Corresponde esse período a duas fases da história da radiodifusão no Brasil: o transplante da tecnologia e a organização de uma estrutura nacional de comuni-

cações radiofônicas e televisivas. A terceira fase, que é a operação integrada dos meios disponíveis nessa estrutura nacional, de modo a constituir um verdadeiro Sistema Nacional, a serviço de uma complexa teia de interesses, seguramente seria a mais alentada da pesquisa, terá de ser retomada posteriormente.

Entre as limitações do presente trabalho podemos apontar a necessidade de uma base factual mais consistente, no que se refere à radiodifusão, e de um trabalho analítico mais aprofundado a respeito do período histórico abordado. Entretanto, cremos ter sido possível a formulação de algumas linhas gerais que poderão ser úteis na elaboração de uma História da radiodifusão no Brasil. O presente trabalho, portanto, consiste num levantamento preliminar de dados, no qual foi incansavelmente utilizado o recurso a fontes diversas, sempre citadas, e no teste de algumas hipóteses enunciadas. Esperamos que constitua, dentro dessas limitações, uma contribuição e incentivo a pesquisas futuras sobre o assunto, ainda tão pouco analisado no Brasil, atualmente e, ao mesmo tempo, tão vital para a compreensão dos problemas que devem ser enfrentados para a superação do subdesenvolvimento, na perspectiva dos mais amplos setores da sociedade brasileira.

#### NOTAS

- 1 - O termo radiodifusão inclui o rádio e a televisão, que realizam, respectivamente, emissões sonoras e sonoras e visuais, através de um processo técnico de radioemissão.
- 2 - FRANKEL, Charles. The era of educational and cultural relations. Department of State Bulletin, 6. jun. 1966. In SCHILLER, Herbert I. O império norte-americano das comunicações. Petrópolis, Vozes, 1976, p. 24.
- 3 - Ibidem, p. 25.
- 4 - Ibidem, p. 25.

## 1 - 1919 A 1920: TRANSPLANTE DA TECNOLOGIA

### 1.1 - Desenvolvimento da tecnologia de telecomunicações

O desenvolvimento das técnicas de transmissão de sinais através de frequências rádio-elétricas foi possível graças ao avantajado progresso das Ciências Físicas a partir do século XIX. A condição primordial para a concepção de sistemas transmissores e receptores de som e imagem é a compreensão dos fenômenos elétricos.

O fenômeno da eletricidade consiste, simplificado, nas reações físicas verificadas ao nível sub-atômico. A estrutura do átomo compreende diversas partículas, entre as quais o elétron, que tem a característica de ser eletricamente negativo e o próton que possui carga elétrica positiva. Estas forças elétricas positivas e negativas; contidas, respectivamente, pelos prótons, que nucleiam o átomo, e pelos elétrons, que orbitam ao seu redor em vários níveis, tendem a manter constante equilíbrio. Este equilíbrio é o responsável pela agregação das partículas de uma unidade atômica.

Em determinado átomo, as cargas elétricas positivas dos prótons equivalem exatamente às cargas elétricas negativas dos elétrons. Quanto maior for o peso atômico, mais prótons e elétrons o átomo possui. Embora a estrutura dos átomos constitua um sistema extremamente organizado e coeso, alguns elementos são compostos por átomos, com um tal número de elétrons que as partículas dos níveis exteriores possuem menor grau de agregação. Isto significa que os elétrons de certos elementos, como o cobre e vários metais, podem ser submetidos por processos eletromagnéticos ou químicos, a desequilíbrios elétricos temporários com a retirada ou acréscimo de elétrons. O átomo em desequilíbrio, ou exerce uma força de repulsão dos elétrons acrescentados, ou exerce uma força de atração para substituir os elétrons perdidos.

Estas forças de atração e repulsão se dirigem aos átomos vizinhos, provocando uma reação em cadeia, sendo a "perturbação" transmitida de um átomo para outro: possuindo excesso de

eléctron o átomo transfere um para o seu vizinho e este, por sua vez, reage com o seguinte, formando assim uma corrente eléctrica.

A investigação dos fenómenos eléctricos remonta ao período da Grécia Antiga. O processo mais simples de obtenção de electricidade, através da fricção, já era conhecido pelos gregos que atritavam bastões de âmbar em certos tipos de tecido, gerando débeis correntes eléctricas que eram capazes de atrair uma esfera de cortiça pendurada na extremidade de um fio. Esse método de obtenção de electricidade foi aprimorado pelos cientistas europeus que, no século XVII, desenvolveram complexos mecanismos de fricção. Com a construção de grandes discos metálicos rotativos, envolvidos com panos, os cientistas chegavam a produzir centelhas eléctricas, semelhantes a raios, entre duas ponteiros metálicas.

Essas experimentações derivavam quase exclusivamente de observações empíricas, não sendo os fenómenos eléctricos realmente compreendidos em sua essência. Foi também empiricamente que se desenvolveram as técnicas de armazenagem de electricidade<sup>1</sup> que permitiriam, posteriormente, a construção de acumuladores eficientes. Mais tarde, o aperfeiçoamento do eletro-ímã constituiu o avanço qualitativo necessário para as primeiras formulações de uma tecnologia das telecomunicações.

O princípio do eletro-ímã<sup>2</sup> abriu o caminho para a concepção do telégrafo eléctrico. Entre os muitos pesquisadores que se dedicaram à investigação de um sistema telegráfico, prevaleceram as patentes do norte-americano Samuel Morse. Com apoio financeiro governamental Morse construiu uma linha telegráfica entre Baltimore e Washington, no Estado de Maryland, que funcionou pela primeira vez no dia 24 de maio de 1844<sup>3</sup>.

Progressivamente os conhecimentos técnicos foram se superando com rapidez cada vez maior. A 27 de julho de 1866 foi colocado em funcionamento o primeiro cabo submarino que atravessava o oceano Atlântico e já em 1876 Alexander Bell conseguia transmitir a voz humana por meios de fios eléctricos.

A evolução dos conhecimentos empíricos sobre os fenômenos elétricos permitiram o desenvolvimento das teorias básicas sobre a natureza da eletricidade. Aos poucos foram sendo resolvidos os problemas teóricos que "giravam em torno das alterações de corrente, como as retificações e amplificações"<sup>4</sup>. Graças ao impulso inicial foi sendo formulada uma "teoria básica da eletricidade e dos circuitos elementares abrangendo a geração, a condução e a medida das correntes elétricas"<sup>5</sup>. Também foram imprescindíveis ao aperfeiçoamento da tecnologia de telecomunicações as "teorias dos campos eletromagnéticos e das bobinas, a radiação eletromagnética e a detecção das oscilações de alta frequência"<sup>6</sup>.

### 1.2 - Disputa pelo controle da tecnologia e sistemas de comunicação

Em diversos países, muitos cientistas lançaram-se, desde o fim do século passado, à investigação dos problemas básicos que envolviam o domínio produtivo da eletricidade. Entre estes encontram-se o escocês James Maxwell, que formulou constatações matemáticas sobre as ondas eletromagnéticas, comparando sua velocidade à da luz; o alemão Heinrich Hertz, que demonstrou a existência das ondas eletromagnéticas; e o italiano Guglielmo Marconi que concebeu o telégrafo sem fio.

Marconi diferia dos outros pesquisadores pelas finalidades pragmáticas de suas experiências. Longe de buscar o avanço da ciência básica, Marconi visava a elaboração prática de sistemas funcionais para serem utilizados em finalidades comerciais<sup>7</sup>. Enquanto cientistas como Crocker, Sir Oliver Lodge e Ernest Rutherford faziam experimentações em laboratórios, Marconi os surpreendia com o registro de adaptações dessas invenções, como por exemplo a patente do aparelho de telégrafo sem fio<sup>8</sup>. Marconi chegou a deslocar-se da Itália para a Inglaterra para aproveitar o mercado potencial para sistemas de telecomunicações, representado pela "vasta marinha mercante" inglesa<sup>9</sup>.

A visão especulativa não era, de modo algum, privilégio de Marconi. As suas companhias inglesa e norte-americana sofriam acirrada concorrência de poderosos grupos econômicos. Essa competição estabelecida entre grandes grupos privados dos países

industrializados, acobertada pelos sistemas internacionais de patentes e garantida pelas relações imperialistas, seria grande responsável pelo "gap" tecnológico entre os países do mundo capitalista. As restrições legais e a desproporcionalidade econômica entre os grandes grupos privados dos países centrais, agrupados em trustes e cartéis, restringiram as possibilidades dos países periféricos acederem aos benefícios de utilização dessas tecnologias. Superada a fase em que o grau de sofisticação da tecnologia elétrica era relativamente baixo, o desequilíbrio entre os países centrais e periféricos tendeu a acentuar-se cada vez mais.

Exemplo típico da inviabilidade de progresso das descobertas científicas realizadas fora do âmbito dos grupos monopolísticos é o trabalho do padre brasileiro Roberto Landell de Moura. A primeira transmissão da voz humana através de ondas eletromagnéticas é atribuída a Reginald A. Fessenden, usando um alternador de alta frequência numa estação de Nova York, no dia 24 de dezembro de 1906. Muito antes disso, porém, o padre Landell de Moura, natural de Porto Alegre, já realizava transmissão de sons em 1893 e possuía patentes de transmissores e receptores sonoros datadas de 1904, cujos requerimentos ao The Patent Office At Washington, datam de janeiro de 1902<sup>10</sup>.

A dimensão do trabalho de Landell de Moura cresce de significado se considerarmos que enquanto os pesquisadores norte-americanos e europeus dispunham de laboratórios, fábricas e operários mecânicos qualificados, o padre gaúcho era obrigado a "conceber e executar ele mesmo os aparelhos, sendo a um só tempo o sábio que inventa, o engenheiro que calcula e o operário que forja todas as peças de complicadíssimos mecanismos"<sup>11</sup>. Entre 1901 e 1905, Landell de Moura, residindo nos Estados Unidos, resistiu ao assédio de empresas e industriais americanos que tentavam adquirir os direitos sobre seus inventos e patentes. Retornando ao Brasil, o pedido de apoio para o prosseguimento de suas pesquisas e o oferecimento de suas descobertas ao governo foram desconsiderados. O obscurantismo crioulo ainda quase levaria Landell de Moura a ser linchado e a assistir a destruição de seu laboratório com todos os equipamentos, por populares assustados com suas "bruxarias". Decorridos os 17 a-

nos de prazo que marca a lei das patentes, as descobertas de Landell de Moura<sup>12</sup> foram postas em prática pelos grupos monopolistas do setor.

A disputa pela monopolização dos conhecimentos prosseguiu durante as duas primeiras décadas do século. Os trustes e cartéis do setor elétrico patenteavam todas as pequenas invenções que surgiam<sup>13</sup> e excepcionais pesquisadores chegaram a ser postos na cadeia por força de processos movidos nos Estados Unidos e Inglaterra<sup>14</sup>.

Durante a Primeira Guerra Mundial, o Governo Federal dos EUA, estabeleceu controle direto sobre todas as indústrias do setor e suspendeu todos os litígios e restrições envolvendo patentes<sup>15</sup>. Assim, a urgência das necessidades militares levou a aceleração do aperfeiçoamento dos sistemas de transmissão radiofônica.

Em 1906, o Engenheiro eletrônico David Sarnoff, pertencente à American Marconi Company, planejou um sistema de utilização do rádio "como veículo de comunicação de massa para as famílias comuns"<sup>16</sup>. O "Rádio Caixa de Música", previsto por Sarnoff, somente viria a ser implantado em 1919, e ele próprio viria a se tornar o primeiro gerente comercial da Radio Corporation of America (RCA). Essa empresa foi o resultado da compra das ações inglesas da American Marconi pela General Electric, que "conseguiu consolidar um certo número de patentes em litígio, o que lhe deu o controle da telegrafia sem fio e das transmissões de rádio nos Estados Unidos"<sup>17</sup>.

Apesar de certos esforços no sentido de submeter o rádio ao controle do governo ou de entidades comunitárias, este veículo de comunicação pública, condicionado pelo sistema de economia de mercado, ficou entregue ao controle dos grupos privados. O precedente do telégrafo, cuja exploração comercial por empresas particulares foi tolerada pelo governo, foi usado como modelo na institucionalização da operação do rádio<sup>18</sup>.

A radiodifusão norte-americana ficou, então, sob controle dos dois grupos empresariais: o "grupo do rádio" que "incluia

dois grandes fabricantes de equipamento elétrico (a General Electric e a Westinghouse) e a RCA; e a American Telephone & Telegraph Company (AT & T), já então poderoso conglomerado"<sup>19</sup>. Ambos os grupos pretendiam o monopólio da radiodifusão e ao mesmo tempo consolidar os volumosos investimentos na área das comunicações telefônicas, então sob a liderança da AT & T<sup>20</sup>. A RCA e o "grupo do rádio" obtinham certa vantagem nesta competição pelo número de patentes possuídas, o que assegurava "posição privilegiada na produção como também a capacidade de reivindicar royalties de outros produtores"<sup>21</sup>.

Numa primeira fase o interesse mercantil atribuiu ao rádio o valor de mercadoria com a indústria preocupando-se com o número de unidades vendidas<sup>22</sup>. Logo percebeu-se a importância de exercer o controle da radioemissão para estimular uma audiência de consumidores de aparelhos receptores. A Westinghouse foi a responsável pela instalação, em 1920, da primeira estação de transmissão regular<sup>23</sup>. Três anos após, todos os "222 fabricantes de equipamentos de rádio e material elétrico"<sup>24</sup>, possuíam estações radiofônicas, justamente as de maior potência.

O investimento das indústrias em estações radioemissoras justificava-se plenamente pois, os 2% de famílias proprietárias de aparelhos de rádio em 1922, passaram a 10,1% em 1925<sup>25</sup>. Essa expansão significava um aumento de cinco milhões de dólares em aparelhos fabricados em 1922, para cem milhões em 1926, passando a apresentar crescimento constante<sup>26</sup>.

A ocupação do espectro radiofônico (frequências entre 25.000 e 50 bilhões de Hz) deixa claro que ele não foi tratado como um recurso natural, objeto de interesse social<sup>27</sup>. A primeira legislação específica de rádio nos Estados Unidos surgiu em 1912 e não "oferecia base legal"<sup>28</sup> sequer para controlar a potência das estações. As duas frequências básicas selecionadas (750 e 833 quilociclos) foram sobrecarregadas por centenas de emissoras (em 1924 chegavam a mais de mil) que vieram se somar às estações navais, radioamadores e emissoras clandestinas, tornando insuportável o problema da interferência.

Em 1927, a Lei do Rádio veio racionalizar a ocupação do

espectro radiofônico, formalizando o caráter público das ondas eletromagnéticas, que "só podiam ser utilizadas pelos particulares com a permissão formal do Governo, mediante uma licença a curto prazo"<sup>29</sup>. Neste mesmo ano a Comissão Federal de Comunicações (FCC), criada para fiscalizar o cumprimento da legislação, já manifestava sua posição favorável a que "a publicidade deva ser aceita no presente como o único meio de subsistência da radiodifusão, sendo preciso confiar na regulamentação para prevenir o abuso deste privilégio"<sup>30</sup>.

As verbas publicitárias foram progressivamente se tornando a única forma de sustentação da radiodifusão, apesar de que ainda em 1925 fossem discutidas outras formas de financiamento. Mas os lucros assegurados às emissoras e a importância que a publicidade passou a ter como instrumento ativador de mercado, a consagraram definitivamente. O processo de produção e consumo teve no rádio, até o surgimento da televisão, o seu instrumento mais eficiente e conseqüentemente "o mais bem pago"<sup>31</sup>.

### 1.3 - Transplante da tecnologia elétrica: contexto histórico

A introdução da tecnologia elétrica no Brasil ocorreu através do simples "transplante" de equipamentos, à medida em que estes se tornavam disponíveis no mercado mundial. Condição-nada pelo modelo econômico baseado na exportação de produtos primários e importação de manufaturados, a indústria brasileira, na época do Império, nunca superou o estágio da primitiva produção artesanal. As condições tarifárias favoráveis à importação de manufaturados europeus, produtos diversificados, de boa qualidade e custo relativamente baixo, aliadas à pequena dimensão quantitativa e qualitativa dos mercados consumidores internos<sup>32</sup>, inibiam qualquer esforço de industrialização, reforçando a continuidade do modo de produção colonial. A falta de um sistema de transportes e a fragmentação geográfica dos centros de desenvolvimento eram fatores que concorriam para a inconsistência do mercado consumidor. Se as condições que poderiam estimular a industrialização eram adversas, eram ainda mais desfavoráveis os fatores que poderiam capacitar o país a industrializar-se. A carência de recursos energéticos e a inexistência de uma siderurgia de base significavam grandes

dificuldades a serem enfrentadas para o desencadeamento de um processo de industrialização.

O abastecimento do mercado interno por importações maciças, na medida em que se destinavam principalmente ao suprimento de gêneros de primeira necessidade (em muitos períodos o ítem produtos alimentícios constituiu cerca de um terço do volume total de importações) restringia a capacidade de importar bens de produção, o que viciava o ciclo da dependência.

Outro aspecto a considerar era a inexistência de instituições capazes de desenvolver conhecimentos científicos. O ensino acadêmico era escolástico e bacharelístico. A inexistência de qualquer curso de extensão universitária ou de centros de pesquisa, verificada no Império, prolongou-se durante a República<sup>33</sup>. As maiores expressões no setor industrial, por isso, se resumiriam à produção com baixo nível tecnológico, como a manufaturação de alguns produtos alimentícios e de artefatos têxteis.

O simples "transplante" de produtos acabados da indústria elétrica, portanto, era inevitável, face à incapacidade da economia nacional. E iniciou cedo. Já em 1872 a Siemens, uma das grandes indústrias do setor eletro-eletrônico que até hoje operam no país, iniciava suas atividades. A presença do grupo alemão no Brasil devia-se à instalação sob a responsabilidade de uma subsidiária inglesa, de um cabo telegráfico entre o Rio de Janeiro e o Uruguai<sup>34</sup>. Dois anos após inaugurava-se a primeira linha telegráfica que ligava o Brasil à Europa, atravessando o oceano Atlântico.

A presença de D. Pedro II na Exposição de Filadélfia, durante sua visita aos Estados Unidos, em 1876, despertou-lhe o desejo de que o Brasil fosse o país a ter a primazia, no estrangeiro, a possuir o telefone e a luz elétrica:

"E assim, pouco tempo depois do seu regresso, a Western and Brazilian Telegraph Company instalou o primeiro telefone do Brasil, no Palácio de São Cristóvão. Seguiram-se outros e, em 1879, Charles Paul Mackie obteve a primeira concessão para estabelecimento de uma

rede telefônica. Viajou para Boston e lá organizou a Telephone Company of Brazil com um capital de 300.000 dólares. Em maio de 1881, estavam construídas as três primeiras linhas com um total de 1.600 metros.

"Também em 1879, pelo decreto 7.151, de 8 de fevereiro, D. Pedro II concedeu a Thomas A. Edison o privilégio para introduzir, no Brasil, os aparelhos e processos de sua invenção, destinados ao uso da luz elétrica. Era tal a expectativa de que isto logo acontecesse que, terminado o contrato com a Rio de Janeiro Gás Co. (consórcio inglês ligado ao Barão de Mauá) para a iluminação da cidade, nenhum outro grupo se apresentou para concorrer à concessão. A primeira tentativa para implantar a eletricidade no Rio de Janeiro ocorreu em 1883, mas só em 1905 se concretizou a pretensão de D. Pedro II. O empreendimento coube ao consórcio canadense Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company, organizado por Alexander Mackenzie e Fred Stark Pearson, com a inspiração do capitalista americano Percival Farquhar"<sup>35</sup>.

A sofisticação crescente da tecnologia era barreira historicamente intransponível para a produção nacional de equipamentos elétricos. O "transplante" dos produtos acabados da indústria elétrica viria tomar vigoroso impulso com a consolidação da República. As raízes históricas da implantação dos recursos que permitiriam o aproveitamento produtivo da eletricidade no Brasil e posteriormente da radiodifusão, situam-se, justamente nas transformações estruturais que a mudança do regime prenunciava.

1.3.1 - A luta das oligarquias - A passagem do Império para a República contribuiu para a manutenção do modo de produção colonial. Mais que isso, foi durante o regime republicano que a produção em moldes coloniais atingiu seu apogeu<sup>36</sup>. O comércio internacional, nesse período, foi incrementado pelo desenvolvimento vivido pelos países industrializados. O liberalismo econômico justificava a divisão internacional do trabalho na qual o Brasil mantinha seu papel de exportador de matérias primas e produtos tropicais. Como país primário exportador o Brasil adquire relevância mundial, e embora a dependência do exterior seja determinante e o mercado interno continue a ser suprido basicamente por importações, o país capitaliza-se com o compensativo excedente das exportações

sobre as importações<sup>37</sup>.

As tensões sociais no Brasil Império agravam-se quando se acentuam as contradições entre o Estado e as oligarquias dominantes. As forças produtivas necessitavam de mão de obra barata, produtiva e abundante. A redução da produtividade com a exploração da força de trabalho escrava começou a afetar as taxas de acumulação de capital, esgotando o modo de produção escravista. A cultura de café, em São Paulo, nas últimas décadas do século XIX, obtém mais produtividade assalariando a mão de obra. A abolição da escravatura e a proletarização da força de trabalho passavam a ser projeto de certos setores das oligarquias, especialmente a ligada à produção de café. O esforço para fortalecer-se no bloco de poder, em oposição aos setores mais conservadores que privilegiavam-se com o controle do Estado, levou a oligarquia cafeeira a compor com outros setores, afastados dos centros de poder, que também aspiravam uma revisão do papel do Estado. A frente anti-monarquista será conduzida politicamente pelas camadas médias da população (funcionalismo público e profissionais liberais), os militares, e uma incipiente burguesia industrial<sup>38</sup>.

O enfraquecimento do Império obriga-o a adotar uma política de concessões. Mas a abolição da escravatura, em 1888, já não é suficiente para satisfazer os setores em oposição: é a superestrutura que não mais corresponde ao nível das forças produtivas; é o Estado monárquico com sua moral, seu suporte ideológico, político e administrativo que está entrvando o desenvolvimento das forças produtivas.

Dispondo de forças organizadas, são os militares que, através do golpe de 1889, proclamam a República. A luta pela hegemonia no bloco de poder se processa, então, fundamentalmente entre as oligarquias rurais e a pequena-burguesia urbana ligada à indústria e ao comércio. Entre esses dois setores oscila o apoio dos militares e das classes médias que representam as forças políticas mais expressivas.

Rui Barbosa, ocupando o cargo de Ministro da Fazenda do primeiro governo republicano presidido por Deodoro da Fonseca,

é a expressão dos setores industriais e comerciais que aspiram o modelo norte-americano de desenvolvimento<sup>39</sup> baseado na industrialização e economia de mercado. A política econômica adotada por Rui Barbosa é francamente estimuladora da industrialização, mas não encontra base no sistema produtivo ainda predominantemente colonial. O fracasso de seus planos que receberam desde o início a oposição das oligarquias fundiárias provoca a queda do gabinete ministerial. A crise é contornada, mas alguns meses depois o próprio Deodoro da Fonseca é obrigado a renunciar, cedendo a Presidência à Floriano Peixoto, seu vice. Floriano impõe uma ditadura assumindo contra a constituição que previa a convocação de novas eleições se o afastamento do presidente ocorresse durante os dois primeiros anos de mandato.

A oposição se mantém vigorosa durante todo o governo de Floriano que é, em última análise, um representante das "classes médias"<sup>40</sup>. Durante esse período, Floriano é obrigado a aceitar várias composições políticas, sob a pressão das oligarquias que conquistam espaço para impor sua influência. O segundo presidente da República se mantém no poder até 1894, concluindo o mandato de Deodoro, quando Prudente de Moraes é regularmente eleito para o cargo<sup>41</sup>. Vencido o descompasso entre o Estado de conteúdo político pequeno-burguês e a estrutura econômica latifundiária pré-capitalista, recompõe-se a superestrutura política com a ascensão das forças sociais hegemônicas na estrutura econômica.

1.3.2 - A americanização da economia - A reconquista do aparelho de Estado pelas oligarquias com a eleição de Prudente de Moraes, em 1894, sucedendo a Floriano Peixoto, consolidou a adaptação das novas instituições através da introdução de um sistema político compatível com seus interesses. A retomada do poder pelas oligarquias corresponde, então, "à paralisação do surto industrial, à submissão inteira das atividades à economia exportadora, à obediência aos interesses do imperialismo, a que se abria o mercado interno, inteiramente desprotegido. A dívida externa cresceria dos trinta milhões de 1890 para os noventa milhões de 1910"<sup>42</sup>.

A reconquista da hegemonia pelas oligarquias ligadas ao

café se processa paralelamente à "americanização" da economia que ocorre profunda e velozmente. Pressionado pelo excesso de produção de sua indústria os Estados Unidos buscam a colocação do excedente nos países periféricos. O incremento do comércio exterior é, para os Estados Unidos, a única saída ante as contradições internas de seu regime, sob a ameaça de desemprego e recessão econômica. Respondendo às pressões externas o poder oligárquico aceita as regras do jogo e tolera a subordinação da economia brasileira aos centros de decisão exteriores.

"A falta de organização comercial do Brasil possibilitou que toda a exportação de café, já nos fins do século 19, se processasse por intermédio de firmas norte-americanas, cujas matrizes, nos Estados Unidos, eram proprietárias de grandes empresas de torrefação e vendiam o produto, diretamente, aos consumidores. Essas firmas estavam organizadas de forma a impor seus preços ao Brasil, pois não usavam de intermediários em nenhuma fase da comercialização. Sua orientação consistia em comprar o café pelo valor mais baixo possível e vendê-lo a preço fixo aos consumidores americanos. Daí as campanhas baixistas, que, frequentemente, visavam ao principal produto de exportação do Brasil. As notícias sobre superprodução do café tinham como objetivo provocar a depressão do mercado. A sua desvalorização acarretava a queda do câmbio e empobrecia o país"<sup>43</sup>.

"O café e a borracha representaram, em 1895, 84,2% das exportações brasileiras e, entre 1889 e 1906, não caíram a menos de 73,3%. Essas percentagens indicam o grau de dependência do Brasil em relação aos Estados Unidos"<sup>44</sup>.

As oligarquias aliam-se com o capital financeiro internacional, aceitando grandes empréstimos que oneram o país. O governo, em seus níveis federal, estadual e municipal, se vale, desmedidamente, do acesso ao capital estrangeiro. Uma nova etapa das relações internacionais se delineou. As relações originalmente mercantis, que possibilitavam a abertura dos mercados dos países periféricos às indústrias dos países centrais em acelerado crescimento, são substituídas pela primazia da exportação do capital financeiro. A fase pré-imperialista do capitalismo internacional se processa através do capital financeiro como ponta de lança da penetração. A conquista de posições e a abertura de espaço para as relações imperialistas seguem uma

marcha inexorável.

O empenho do capital financeiro no setor cafeeiro, através da política de valorização será a amostra típica do seu novo comportamento na economia brasileira. Todos os setores da economia passam a ser objeto de interesse do capital financeiro internacional. É de se destacar, entretanto, a penetração no setor de empresas de serviços públicos, onde quase todos os empreendimentos, desde a segunda metade do século passado, tem a participação do capital estrangeiro: "estradas de ferro, serviços e melhoramentos urbanos, instalações portuárias, fornecimento de energia elétrica"<sup>45</sup>.

"É particularmente de notar o caso do maior truste que opera ainda hoje em tal setor: a Brazilian Tractor Light & Power Co. Ltd. Organizou-se em 1904 no Canadá, com capitais internacionais, sobretudo ingleses. Foi-se estendendo aos poucos, e através de várias empresas filiadas e subsidiárias, mantém hoje a maior parte dos serviços públicos da capital do país, de São Paulo, e de toda a região circunvizinha: luz e energia elétrica, transportes urbanos, telefone, gás, esgotos e água. Com a Light & Power vieram concorrer em 1927 as Empresas Elétricas, filiais da American & Foreign Power (que por seu turno é filial da Electric Bond & Share, o maior truste mundial de produção e distribuição de energia elétrica), que mantém hoje (1956) o fornecimento de energia elétrica e serviços conexos no Nordeste, na Bahia, interior do Estado de São Paulo, parte de Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul"<sup>46</sup>.

A marcha das relações imperialistas assumia formas cada vez mais explícitas na diplomacia norte-americana. A doutrina Monroe<sup>47</sup> que revisava as relações exteriores dos Estados Unidos no início do século XIX, ganhou novo alento com os propósitos expansionistas de Theodore Roosevelt. O exercício do international police power (poder internacional de polícia) e a utilização da diplomacia do big stick (grande cassetete) promoveriam a imunidade do âmbito de influência dos Estados Unidos contra a intromissão de qualquer outra potência<sup>48</sup>.

O subsistema econômico brasileiro sofria o impacto de desenvolvimento do sistema capitalista internacional cuja hegem-

nia era progressivamente conquistada pelos Estados Unidos. O avanço das relações capitalistas verificado em todos os setores da economia brasileira acentuava as contradições internas. Os imigrantes europeus, revoltando-se contra o sistema fundiário viciado na super-exploração dos trabalhadores<sup>49</sup>, constituíam um foco de graves tensões sociais. As suas reivindicações obtém algum sucesso e contribuem para o surgimento de legislação que, reduzindo o rendimento da exploração da mão de obra, abalaram o latifúndio. O crescimento da dívida externa, "o serviço da dívida pública, a remuneração de capitais estrangeiros investidos no país e as remessas ou retiradas de fundos pelos imigrantes"<sup>50</sup> também afetam a estabilidade do sistema econômico.

Além dos imigrantes estrangeiros, opõem-se à estrutura colonial os pequenos comerciantes, que ampliam seus estabelecimentos com a débil acumulação de capital possível, e os setores ligados à produção industrial. A mentalidade pequeno-burguesa aglutinou os setores da classe média. A excessiva concentração da renda, agravada pelo endividamento externo, torna mais agudas as contradições geradas pela paulatina introdução das relações capitalistas.

Embora os créditos se destinassem basicamente aos negócios agrícolas, há uma pequena margem de acumulação de capital que é investida na indústria. Essa industrialização incipiente era o suficiente para que o Departamento de Estado norte-americano pressionasse o governo brasileiro a reduzir as taxas que incidiam sobre seus produtos. De fato, em 1904, Rodrigues Alves reduz em 20% as tarifas "para a importação de leite condensado, borracha manufaturada, farinha de trigo, relógios, frutas, tintas e vernizes dos Estados Unidos"<sup>51</sup>.

Em 1910, o Governo de Nilo Peçanha concedeu novos benefícios alfandegários a produtos manufaturados dos Estados Unidos. Na verdade, os produtos norte-americanos "não tinham condições de competir, livremente, com os europeus e só penetram no mercado brasileiro às custas do protecionismo tarifário, arrancado mediante a ameaça de taxaço da entrada de café"<sup>52</sup>. Até 1913 os Estados Unidos permanecem em terceiro lugar na pauta de importações do Brasil, seguindo-se pela Inglaterra secundada pela

Alemanha.

"A maior oportunidade para a conquista do mercado brasileiro pelos Estados Unidos surgiu quando a guerra imperialista de 1914-1918 desviou da Europa as correntes de comércio. As exportações do Brasil para a Alemanha, que, em 1912 e 1913, superaram as vendas à Inglaterra, cessaram a partir de 1915, e as importações caíram de 11.737.398 libras esterlinas, em 1913, para 5.719.045, em 1914, 458.285 em 1915, e 17.729 em 1916. O mesmo aconteceu às exportações para a Inglaterra, reduzidas de 8.623.309 libras esterlinas, em 1913, para 6.746.749, em 1914, logo no primeiro ano da guerra, e as importações de seus produtos pelo Brasil baixaram de 16.436.421 libras, em 1913, para 8.436.048, em 1914. Em 1915, pela primeira vez, os Estados Unidos tomaram a liderança de todo o comércio exterior brasileiro, tanto das importações como das exportações, e conseguiram mantê-la, embora a Inglaterra ainda tentasse reagir, em 1922 e 1923. As importações de produtos americanos passaram de 9.651.305 libras esterlinas, em 1915, para 15.890.605, em 1916, e 21.065.302, em 1917, alcançando, em 1920, a cifra de 51.939.093 libras, contra 27.274.778, da Inglaterra, naquele mesmo ano"<sup>53</sup>.

A dependência do mercado externo e a conseqüente redução de exportações e importações, por ocasião da Primeira Guerra, promoveu a crise definitiva do modo colonial de produção. A redução das exportações, principalmente de café, obrigou a adoção de um sistema tarifário restritivo às importações, em benefício de uma industrialização substitutiva. O processo de industrialização visava, basicamente, atender a demanda até então suprida pelas importações. Desenvolvendo-se com um baixo nível tecnológico, essa produção industrial não disputa mercado, e é financiada pelo deslocamento de capitais acumulados principalmente pelo setor cafeeiro. Os censos industriais de 1907 e 1920 apontam um crescimento substancial da indústria brasileira:

TABELA I

Número de estabelecimentos, operários e volume de capital envolvidos na indústria brasileira em 1907 e 1920

ANO	ESTABELECEMENTOS INDUSTRIAIS	OPERÁRIOS	CAPITAL (contos de réis)
1907	3.258	150.000	666.000
1920	13.336	275.512	1.816.000

FONTE: SODRÉ, Formação Histórica do Brasil, op. cit. p. 310.

Não há, entretanto, grande diversificação na produção industrial entre 1907 e 1920. A modificação significativa foi o aumento da produção de alguns itens, entre os quais despontam alguns produtos da indústria da alimentação que, absorvendo 26,7% do capital em 1907, chega a 40,2% em 1920. Nesse setor industrial, o congelamento da carne, dirigida aos mercados internos e externos assume importância fundamental, com a exportação quase inexistente, antes da Primeira Guerra, atingindo cerca de 60.000 toneladas em 1918. A evolução do capital empregado na indústria, desde o final do século passado demonstra claramente os períodos de estímulo (início da República e Primeira Guerra) e os reflexos causados pelo predomínio das oligarquias:

TABELA II

Capital destinado à indústria no Brasil entre 1884 e 1919

PERÍODO	PERCENTAGEM DO CAPITAL EMPREGADO NA INDÚSTRIA
até 1884.....	9,6%
1885-1889.....	11,2%
1890-1894.....	11,8%
1895-1899.....	5,0%
1900-1904.....	6,0%
1905-1909.....	12,4%
1910-1914.....	18,5%
1915-1919.....	24,2%

FONTE: SODRÉ, Formação Histórica do Brasil, op. cit. p. 311.

Mesmo deficiente, o surto industrial preocupou o capitalismo internacional, que buscou não apenas condicionar o processo mas ~~auferir~~ vantagens com o desenvolvimento do sistema

produtivo: inicia a fase francamente imperialista. A competição entre os países imperialistas não mais se limita à disputa pelo mercado interno e exportações dos países periféricos, mas se dirige ao controle dos sistemas produtivos nacionais. É a fase de internacionalização em larga escala das economias periféricas, na qual o Brasil passa definitivamente da órbita da Inglaterra e Alemanha para a dos Estados Unidos.

"A competição entre os Estados Unidos e a Inglaterra não se limitava ao comércio exterior do Brasil. Os grupos monopolistas disputavam (associando-se muitas vezes) as fontes de matérias primas e o controle dos meios de comunicação e transporte. A exploração da eletricidade, cujo monopólio o americano William Reid conseguiu em 1889, passara para as mãos do grupo canadense Light and Power, que, detentora do mercado de São Paulo, conquistou, em 1905, o do Rio de Janeiro. O grupo brasileiro de Cândido Gaffrée e Eduardo P. Guinle tentou obter, igualmente, a autorização para instalar outra usina geradora de energia elétrica, mas perdeu a batalha. O monopólio da Light & Power teve entre os seus defensores o embaixador americano David Thompson.

"Àquele tempo, nos primeiros anos do século 20, o capitalista americano Percival Farquhar voltava as suas vistas para o Brasil. Ele, que ajudara o empresário canadense Alexander Mackenzie a construir a Light & Power, assumia, em 1905, o cargo de representante da Société Anonyme du Gaz, no Rio de Janeiro. Não só a atuação de Farquhar<sup>54</sup>, porém, mostra como os interesses desses grupos internacionais desde então se entrelaçavam. A Alexander Mackenzie, da Light & Power, cabia a responsabilidade de assinar os cheques da Société du Gaz, cuja direção técnica estava a cargo do engenheiro americano A. B. Slater<sup>55</sup>.

As pressões dos grandes trustes internacionais voltavam-se, principalmente aos setores da produção que lhes assegurasse algum controle da economia. A disputa pelo monopólio da produção de ferro no Brasil assumiu grandes proporções quando o processo de substituição de importações necessitou atingir alguns itens de bens de produção. A nacionalização da produção de aço era imperiosa para o seguimento do processo de industrialização. O Brasil, na época, exportava ferro e importava aço. Os primeiros projetos para a implantação de siderúrgicas, elaborados pelo Governo Nilo Peçanha, baseavam-se em capitais ingle-

ses<sup>56</sup>. "O Governo do Marechal Hermes da Fonseca abandonou, porém, o projeto da siderurgia, entregando à Brazilian Iron & Steel Company o monopólio das exportações do minério"<sup>57</sup>.

Em 1918, a firma inglesa Vickers Armstrong, ligada aos interesses dos Rothschild, Baring Brothers e Ernest Cassel através da Itabira Iron Ore Co., apresentou ao governo brasileiro um projeto de instalação de um complexo industrial composto por uma indústria siderúrgica, estaleiros, fábricas de armamentos e material ferroviário<sup>58</sup>. A intenção de Wenceslau Braz em conceder o monopólio aos ingleses provocou, por mais essa "prova de atividade britânica para controlar o comércio brasileiro"<sup>59</sup>, a reação de que "nenhuma companhia, que não fosse americana, deveria conseguir a concessão"<sup>60</sup>.

Em 1919, o Ministro Domício Gama, das Relações Exteriores do Governo Delfim Moreira, já afirmava preferir a participação conjunta dos capitais americanos e ingleses. Os entendimentos finais foram conduzidos por Epitácio Pessoa quando visitava os Estados Unidos, como presidente eleito. Logo após sua posse, em 1920, a Itabira Iron Ore Co. obteve a concessão contando com os capitais ingleses e americanos associados. No mesmo ano uma subsidiária da United Steel Corporation, a Companhia Meridional de Mineração Ltda., adquiria e passava a explorar as jazidas de manganês de Conselheiro Lafaiete, em Minas Gerais<sup>61</sup>.

A penetração norte-americana chegou a gerar forte oposição de algumas personalidades políticas. Alberto Torres, em 1914, promoveu uma campanha contra o "estabelecimento de 'colônias de mineração como as da África do Sul' que exploram o trabalho bruto dos fellahins e dos negros, justamente quando a República atingiu sua maioria"<sup>62</sup>. Mas a estratégia dos trustes internacionais foi bem sucedida, no que era essencial:

"Em 1930, quando irrompeu a revolução contra o Governo de Washington Luís, havia, em Minas Gerais, oito usinas, das quais apenas quatro funcionavam. A produção de ferro-gusa não ultrapassava as 35.000 toneladas, enquanto a de aço era da ordem de 20.985 toneladas. O objetivo do imperialismo inglês ou americano consistia em manter as minas cativas, continuando o Brasil a exportar matérias-primas e a

receber os produtos manufaturados"<sup>63</sup>.

O controle da economia brasileira foi, assim, sendo absorvido pelos Estados Unidos. Durante a Primeira Guerra a penetração foi tática, de preparação do terreno para a penetração futura e fixação de posições nos setores básicos, entre os quais, o de telecomunicações:

"No curso da guerra contra a Alemanha, os Estados Unidos conseguiram, igualmente, quebrar o monopólio da Inglaterra sobre as comunicações telegráficas do Brasil. Era uma luta que se processava desde 1868, quando Seward, Secretário de Estado, pretendeu que a Ocean Telegraph Company (americana) estendesse suas linhas ao Brasil e não teve êxito. Os ingleses venceram a concorrência. Nos últimos anos do Império, a D. Pedro II Company (americana) obteve uma concessão para estabelecer o cabo submarino entre o Brasil e os Estados Unidos, mas, apesar de prorrogado o prazo, que se expirava em 13 de abril de 1889, ela não cumpriu as obrigações do contrato. Só em 1917, a Central & South American Co. conseguiu outra concessão do Governo brasileiro, depois de muitos anos de esforço para remover os impedimentos legais. 'A Western Telegraph Co. (britânica) foi derrotada e tudo fará para impedir o sucesso dos cabos americanos' - comunicou ao Departamento de Estado o Encarregado de Negócios dos Estados Unidos do Brasil. Meses depois, quando o Presidente Wenceslau Braz assinou o decreto que permitia à Central & South American importar os cabos submarinos, como desejava, o Embaixador Morgan exultou, pois assim ficava assegurada a comunicação telegráfica entre os Estados Unidos e o Brasil por um cabo inteiramente americano, quebrando o monopólio da Inglaterra. O Vice-Presidente da Central & South American, J. L. Merrill, advertia então o Secretário de Estado de que a Inglaterra, após o conflito na Europa, muito se esforçaria para defender o seu domínio na América do Sul. Segundo ele, a Western Telegraph Co. levantava obstáculos no caminho das companhias americanas, querendo forçar a utilização dos cabos via Europa, para as comunicações entre os Estados Unidos e o Brasil.

"Ainda em 1917, outra empresa americana, a Western Union Telegraph Co., requereu ao Governo brasileiro concessão para estabelecer cabo submarino entre Rio de Janeiro ou Niterói e uma das ilhas do Caribe, tocando na Bahia, Sergipe, Olinda, Paraíba, Natal e Pará. Queria também ligar o Rio de Janeiro e Maldonado, no Uruguai. Mas a Western Telegraph (britânica) e a French

Cable (francesa), que derrotaram as suas rivais americanas e ganharam as concessões, respectivamente, em 1873 e 1890, estavam dispostas a impedir que a Western Union realizasse a ligação Brasil-Estados Unidos, pela via do Atlântico. Alegavam que os seus contratos proibiam ao Governo brasileiro a concessão desta linha a outra empresa e que a instalação de um cabo submarino entre o Rio de Janeiro e as Antilhas, constituía uma forma de violar o privilégio. Ao Embaixador Morgan pareceu que a conexão Brasil-Estados Unidos via Atlântico, ficaria por alguns anos adiada. O Governo de Wenceslau Braz, porém, outorgou à Western Union o direito que pleiteava, com algumas restrições. E o caso continuou. A linha do Atlântico era vital para os Estados Unidos, pois a ligação via Londres, mais barata, embora pior, que pela via do Pacífico, forçava a sua utilização, sujeitando as comunicações americanas à censura inglesa<sup>64</sup>.

A penetração norte-americana prosseguiu com a participação nas estradas de ferro, até então controladas exclusivamente pelos capitais belgas, alemães, ingleses e franceses. A conquista, além de permitir o controle do comércio brasileiro, garantia mercado às indústrias siderúrgica e de extração mineral nas quais o capital americano estivesse associado<sup>65</sup>. A industrialização brasileira, ao final da guerra, havia sido financiada basicamente pela reinversão de capital nacional<sup>66</sup>. "Entre 1916 e 1919, as inversões americanas registradas no Brasil, só se referem às atividades da indústria cinematográfica, dos bancos comerciais e das empresas de aparelhos e materiais elétricos, num total de 1.813.691 dólares". Uma nova fase nas relações imperialistas era iniciada. A exploração do mercado interno dos países periféricos se daria, cada vez mais, através da internalização da produção, e a força e a violência como instrumentos de controle político e económico seriam substituídos, tanto quanto fosse possível, pelo controle ideológico, tanto ao nível da população, como do governo.

#### 1.4 - Difusão do rádio

Os equipamentos de telecomunicações seguiram a tendência predominante nas relações mercantis internacionais. Na medida em que a produção dos países industrializados excedia a demanda do mercado interno os equipamentos e aparelhos iam sendo negociados no mercado externo. Do seu surgimento até o início da década de 20, o interesse pela radiodifusão é mantido pelas in-

dústrias na razão direta do número de unidades vendidas de aparelhos de rádio. A produção cultural, resultado da operação dos transmissores, é encarada apenas como estímulo à formação de uma audiência de possíveis consumidores. A radiodifusão atrai interesses mais pelo envolvimento com a indústria eletrônica do que propriamente como um ramo da indústria cultural.

A distribuição de informações, que se valia das recentes conquistas no campo das telecomunicações, despertou as primeiras preocupações com a importância dos produtos do modo industrial de produzir bens culturais. Até o fim do século passado, o controle do fluxo mundial de informações jornalísticas esteve a cargo de três agências européias: a Havas (francesa, fundada em 1835), a Reuters (inglesa, de 1849) e a Wolf (alemã, de 1849). Inicialmente operando em âmbito nacional, essas três agências assinavam, em 1870, um acordo determinando as esferas de influência sobre o mundo<sup>67</sup>. Nos Estados Unidos já existiam, na época do acordo, a New York Associated Press (hoje United Press International), fundada em 1848, formada inicialmente por um consórcio dos seis maiores jornais de New York. A Associated Press, com um bem montado sistema de subsidiárias em todo o país, aliado ao monopólio no uso das linhas telegráficas garantido por uma associação com a Western Union, conseguiu superar a concorrência de empresas semelhantes que surgiam<sup>68</sup>.

Até o final do século, as informações processadas nos Estados Unidos eram distribuídas pelo triunvirato Havas-Reuters-Wolf, que enviava àquele país o noticiário internacional. Em 1889, um ano após a sua fundação a United Press Association iniciava seus serviços no exterior, conquistando posições na Europa e América Latina. Oito anos depois surgia a International News Service, que serviria para equilibrar ainda mais a distribuição mundial de informações em favor dos Estados Unidos. Em 1915, a Alemanha decidia "dispor da informação como arma ideológica"<sup>69</sup> fundando a Transocean que existiu até o final da Primeira Guerra. Até o início da Guerra, a supremacia na distribuição de informações, na América Latina, passa das agências européias para a United Press. No Brasil, em 1893 a Havas já mantinha contratos de fornecimento de noticiário internacional, e no início da Primeira Guerra a UP começa a penetrar na

América Latina. O envolvimento dos Estados Unidos na Primeira Grande Guerra amadureceu a perspectiva da utilização planejada da produção industrial de bens culturais como recurso de controle ideológico. Foi a indústria cinematográfica, cuja comercialização privilegiava os "produtos culturais" e não os equipamentos, que permitiu as primeiras experiências.

A interferência dos Estados Unidos na I Guerra, consequência do projeto expansionista de suas classes dominantes, não encontrou, a princípio, ampla base popular. O grau de motivação das cúpulas estava descompassado das bases que, desde o início do conflito, se opunham à participação integral na Guerra. A declaração da Guerra à Alemanha, em 1917, encontrou uma tendência pacifista muito fortalecida.

"A fim de combater esses sentimentos pacifistas pouco saudáveis, George Creel, chefe da Comissão de Informação Pública (o órgão oficial dos Estados Unidos para propaganda interna), mobilizou o cinema como parte de um esforço geral para 'vender a guerra ao público norte-americano'. Essa atitude deu ao cinema uma função publicitária que não havia representado até então, pelo menos nos Estados Unidos. O cinema fora sempre uma forma pura e simples de diversão. Não havia sido nunca empregado seriamente com finalidades políticas, morais, sociais ou culturais. Em geral, os filmes haviam acompanhado os gostos e atitudes populares, ao invés de dirigí-los. As experiências algo tanto limitadas da Guerra, contudo, abriram novas possibilidades e objetivos para o cinema como meio de persuasão, conforme a opinião de alguns"<sup>70</sup>.

Essas bem sucedidas experiências iniciais estenderiam o doping ideológico à maioria dos países do mundo ocidental. Na América Latina o Brasil tem participação privilegiada na comunhão cultural promovida pelos Estados Unidos. O cinema situa-se, desde o início da Primeira Guerra, na vanguarda da penetração ideológica. Constituinte uma das maiores inversões de capital no país, entre 1916 e 1919, o cinema mostra-se um eficiente instrumento de propaganda do american way of life<sup>71</sup>. A propagação do cinema e a importação em massa dos produtos e valores da culture norte-americana funcionavam como um reforço para as relações capitalistas surgidas no país, determinando e sendo determinadas pelas transformações econômicas em curso.

A entrada do Brasil na guerra é o corolário de um processo amplo que se desenvolveu durante décadas com a infiltração norte-americana na economia brasileira. O abrigo ideológico da doutrina Truman e o pan-americanismo deflagrariam a construção de um sistema de exploração diverso do imposto pelas potências européias até o início do século. As transformações estruturais do subsistema econômico brasileiro determinavam o avanço das relações capitalistas. A industrialização pela substituição de importações estimulada pela guerra funcionando como "barreira protecionista acidental"<sup>72</sup>, foi o fator predominante na superação do modo colonial de produção. A crise da produção agrícola, por sua vez, acentuou a migração para os centros urbanos onde a indústria e o comércio necessitavam de mão de obra.

O ritmo de recrutamento da força de trabalho nos meios rurais acelerava a urbanização. A eletrificação disseminava-se, atendendo esta demanda crescente e servindo de infra-estrutura para as indústrias. As importações, avolumando-se, saciavam a sede das classes médias e altas pelo gozo das delícias da incipiente sociedade urbano-industrial. As classes médias, rastreando a ascensão da burguesia, entregavam-se com ela à sedução do padrão norte-americano de vida. E, na medida do possível, satisfaziam-se com o consumo de automóveis<sup>73</sup>, "motores e materiais elétricos, máquinas de escrever e de costura, fonógrafos, filmes e frutas, como pera e maçã"<sup>74</sup>.

Foi nesse contexto que surgiu, a 6 de abril de 1919, operando um transmissor Westinghouse<sup>75</sup> de 20 watts, em transmissão experimental, a Rádio Clube de Pernambuco, prefixo PRA-P. Essas primeiras transmissões radiofônicas efetuadas no Brasil foram a consequência do entusiasmo, pela nova tecnologia, de um grupo de pernambucanos que, reunidos numa agremiação, importaram o equipamento com o objetivo inicial de incentivar a radiotelegrafia. Esse é o marco histórico do surgimento da radiodifusão no Brasil.

1.4.1 -- Fase experimental - A transmissão de sons através de ondas radiofônicas, desenvolvidas nos países industrializados, despertava crescente curiosidade em todo o mundo. Em 1921, nos Estados Unidos, já haviam quatro emissoras operando

regularmente e no ano seguinte esse número chegava a 29 emissoras<sup>76</sup>. No Brasil, atendendo a grande expectativa, na inauguração da Exposição do Centenário do Rio de Janeiro, a 7 de setembro de 1922, foram colocados em funcionamento os mais potentes transmissores até então operados no país. Causou impacto a transmissão do discurso inaugural proferido pelo Presidente Epitácio Pessoa, ainda que em muitos locais fossem percebidos apenas "sons guturais, zumbidos, interferências - um pout-pourri de ruídos de vários matizes"<sup>77</sup>. Mesmo assim, milhares de pessoas testemunharam o acontecimento, difundido por dois radiotransmissores alugados dos Estados Unidos e captado por cerca de oitenta receptores colocados em praças públicas em São Paulo, Niterói, Petrópolis e por todas as dependências da Exposição que ia da praça Paris ao Calabouço<sup>78</sup>.

Em vários estados do Brasil se ouviram as emissões da estação pioneira localizada no Corcovado. Até no Paraná<sup>79</sup> se registra a recepção do sinal emitido pelos pequenos transmissores de 500 watts, instalados pela Westinghouse Electric International Co. e pela Cia. Telefônica Brasileira. O sucesso das transmissões incentivaram a que passassem a ser realizados programas com uma certa regularidade. "A Saúde pelo Alto-Falante", consistindo em palestras e concertos musicais<sup>80</sup>, foi um dos primeiros programas que puderam ser captados pelos poucos receptores existentes no Brasil, muitos dos quais improvisados " - os populares rádios de galena - feitos com uma mistura dos mais improváveis componentes, como taças de metal, caixas de charutos, torneiras"<sup>81</sup>.

"A engenhoca era completada com outras peças mais adequadas para a função, como fios, bobinas e fones de ouvido e, finalmente, a plaqueta minúscula de cristal de galena, onde uma agulha captava em determinado ponto sensível, e sem o auxílio da eletricidade, as ondas radiofônicas"<sup>82</sup>.

A primeira indústria eletrônica do Brasil surgiu em São Paulo, em 1926<sup>83</sup>. Num barracão localizado na avenida Moema, constituída com o capital majoritário do advogado Eugênio Lefèvre, descendente de franceses, e com os conhecimentos técnicos do engenheiro francês Edmon de Raefray, foi instalada a Rádio Industrial Brasileira, que iniciou no mesmo ano a fabricação de

receptores radiofônicos. A empresa possuía uma loja própria, na rua Líbero Badaró, esquina Doutor Falcão, onde comercializava seus aparelhos. A indústria chegou a produzir rádios galena, rádios de válvula e transmissores. Lefèvre, que também participou da fundação da primeira indústria de sedas no país e se aliara a Monteiro Lobato na campanha pela produção do ferro-esponja no Brasil, logo aumentou a capacidade da indústria. Em 1929 a Rádio Industrial Brasileira já possuía cinquenta operários, uma área construída de 1.000 metros quadrados e máquinas operatrizes e tornos, em investimentos estimados em cerca de 500 contos de réis. As dificuldades técnicas e financeiras, agravadas pela crise de 1929, provocaram o fechamento da empresa em 1930.

A falta de similares nacionais abriu o mercado brasileiro para as indústrias estrangeiras. Os receptores e transmissores de radiodifusão eram então importados das grandes indústrias que até hoje controlam o setor eletroeletrônico em quase todo o mundo ocidental: Philips, RCA Victor, Westinghouse e Telefunken, entre outras.

O após guerra assinala profundas alterações na sociedade brasileira. Acentua-se o desenvolvimento do setor industrial que se expande com a incorporação de numerosas indústrias, subsidiárias de grandes empresas estrangeiras, em sua maioria norte-americanas. A essas empresas, agrupavam-se também algumas formadas predominantemente por capitais nacionais, que limitavam-se à montagem de "peças acabadas ou semi-acabadas que importam. Elas se encontram no setor de aparelhamento elétrico (motores, ascensores, rádios, vitrolas, etc.). Estas indústrias, embora nacionais, eram muitas vezes ligadas intimamente e mesmo subordinadas a organizações estrangeiras"<sup>84</sup>.

O avanço das relações capitalistas acentua as contradições entre a burguesia, fortalecida pela industrialização, e o proletariado, recrutado basicamente dos meios rurais, que começa a se aglutinar na periferia das grandes cidades<sup>85</sup>. As mobilizações operárias contra a guerra, no período entre 1912 e 1915, representam um amadurecimento como classe que buscava organizar-se, fundando, já em 1908, a Confederação Operária Brasilei-

ra. Desenvolvia-se também uma combativa imprensa operária, cujos jornais eram frequentemente empastelados. Nos anos de 1917 em São Paulo e de 1918 no Rio de Janeiro, a agitação operária provocou greves gerais como jamais haviam ocorrido no país e ações violentas como saques a "casa de gêneros alimentícios e tiroteios com a polícia"<sup>86</sup>. Os conflitos acirraram os ânimos da repressão que se voltou contra as lideranças operárias e a imprensa que lhes dava cobertura. Em 1922, apesar disso, realiza-se no Rio de Janeiro o primeiro congresso do Partido Comunista Brasileiro.

A agitação operária era uma das manifestações concretas das contradições que ocorriam em dois níveis: entre as classes trabalhadoras e as classes dominantes, e entre as classes dominantes emergentes (burguesia industrial e mercantil) e as oligarquias que controlavam a máquina estatal. A "política dos governadores" consistia na troca de favores entre o governo central e as oligarquias dominantes nos estados. As eleições eram de tal modo manipuladas que as juntas apuradoras estaduais, controladas pelos governadores, passaram a determinar o critério oficial de reconhecimento dos eleitos. A estrutura econômica, assim, não encontrava correspondência na estrutura política.

A rebeldia da pequena burguesia, da classe média e das classes operárias se refletiriam no exército através de um inconformismo assumido pelos oficiais, gerando um movimento que viria denominar-se tenentismo. Sem localizar a contradição principal com o imperialismo e seus representantes locais, a classe dominante dos senhores da terra, o tenentismo era um movimento "superficial em sua interpretação e muito mais modesto em suas reivindicações"<sup>87</sup>. A crise era vista como o resultado da ação corrupta dos homens que detinham o poder e não como inerente ao regime. "O governo era responsabilizado por tudo o que acontecia, e a forma como se recrutavam os mandatários parecia ser a fonte de todos os males"<sup>88</sup>.

A crise política que se agravava com a revolta dos trabalhadores, da pequena burguesia, classes médias e dos militares, chegou a atingir pontos críticos, como foi o caso da revolta do

forte de Copacabana de 1922. Ensaia-se, com o episódio dos "18 do forte", um movimento militar de grande amplitude. A desorganização dos revoltosos de 1922, entretanto, reduziu o levante, que tinha as adesões do forte do Vigia e de Copacabana, da Escola Militar do Realengo e da guarnição de Campo Grande no Mato Grosso, à identificação de um sentimento de oposição que os militares passavam a compartilhar com o povo.

A crise social se reflete no plano cultural com a realização da Semana da Arte Moderna de 1922, "que foi a ruptura da forma literária, plástica e musical"<sup>89</sup>, "um traço da ascensão burguesa através de aguerrida vanguarda"<sup>90</sup>. O imperialismo, por outro lado, contribuiria para dar conteúdo às relações capitalistas que se consolidavam, infiltrando-se por todos os setores da cultura, da economia, e do Estado.

"O Governo Epitácio Pessoa, em 1922, contratou por quatro anos os serviços de missão naval dos Estados Unidos, para dar assistência à Marinha de Guerra Brasileira. Carlos Chagas, naquele mesmo ano, fundou a Escola de Enfermagem Ana Nery, com o auxílio da Fundação Rockefeller, cabendo a Eton Parsons e doze professoras norte-americanas a realização dos seus primeiros cursos. As Fundações Ford e Rockefeller, com as suas bolsas de estudo, ampliavam a influência dos Estados Unidos sobre a Educação Brasileira"<sup>91</sup>.

Embora a maioria da intelectualidade brasileira se deixasse seduzir pelo american way of life, algumas expressões isoladas, como Agripino Grieco, em 1922, investiam contra os ianques, "inestéticos farsantes", cuja maior contribuição ao direito penal foi o "linchamento", e que em suas grandes cidades, "verdadeira porcópolis", planejavam a "vida aventureira de rapinagem, à prática ininterrupta das piores depredações"<sup>92</sup>. A pitoresca revolta de Agripino Grieco o levaria a sintetizar os Estados Unidos como "a barbária civilizada, Gengiskhan com telégrafo"<sup>91</sup>.

1.4.2 - Consolidação do rádio - Em 1923, estimulada por Roquette Pinto e Henrique Moritze, a Academia Brasileira de Ciências solicitou que um dos dois transmissores de 500 watts, adquiridos da Western Electric pelo Governo para a execução de

serviço telegráfico, fosse utilizado em radiodifusão<sup>94</sup>. O Governo cedeu à solicitação e a 20 de abril deste ano foi inaugurada a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, primeira estação brasileira a executar um serviço regular de radiodifusão.

A partir de 1923 começaram a surgir emissoras em vários estados brasileiros. A maioria delas era montada amadoristicamente como entidades recreativas e culturais, reunindo associados sob a forma de Rádio Clubes ou Rádio Sociedades (ver Tabela III).

Como o interesse pela radiodifusão multiplicasse o número de transmissores e receptores em operação, o Departamento de Correios e Telégrafos, então vinculado ao Ministério de Obras e Viação, passou a fiscalizar sua utilização. Tanto a transmissão como a escuta de sinais de rádio subordinavam-se à prévia autorização do DCT que emitia licenças gratuitas em caráter precário. Só em 1923, de acordo com um relatório do Ministério, foram concedidas 563 licenças desse género<sup>95</sup>.

As entidades associativas forneciam a base de sustentação das emissoras. "Nessa situação, o rádio lutava contra a carência de recursos técnicos, além das dificuldades enormes para organizar programas que interessassem ao público ouvinte, para não falar na pequena soma de aparelhos receptores, ainda vendidos a preços proibitivos para a época"<sup>96</sup>. Predominava no rádio a música erudita, palestras e conferências, atendendo o slogan de Roquette Pinto: "Trabalhar pela cultura dos que vivem em nossa terra e pelo progresso do Brasil".

"Dadas as condições precárias com que funcionavam as rádios (Sociedade e Clube do Brasil), os locutores faziam apelo aos ouvintes, solicitando que se inscrevessem como sócios, mediante a módica contribuição de 5\$000 (cinco mil réis; meio centavo, hoje). E que colaborassem enviando bons discos de suas discotecas para melhorar os programas. Então, a cada momento era anunciado: 'A seguir transmitiremos o 'Prólogo' da ópera Il Pagliacci, de Leoncavallo, em disco gentilmente cedido pelo nosso ouvinte, Dr. Arnaldo Guinle'; ou: 'Acabaram de ouvir 'Caro Nome' do Rigoletto, de Verdi, colaboração do nosso sócio e amigo sr. Renato Murce'. E por aí a fora..."<sup>97</sup>.

TABELA III

Emissoras de radiodifusão sonora surgidas entre 1923 e 1930

ANO DE INSTALAÇÃO	EMPRESAS RADIODIFUSORAS	Denominação	Sede	CARACTERÍSTICAS DAS ESTAÇÕES EMISSORAS		
				Prefixo	Frequência quilociclos metros	
1923	Rádio Sociedade do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro		PRA2	780	385,0
1924	Rádio Club do Brasil	Rio de Janeiro		PRA3	820	366,0
	Rádio Sociedade da Bahia	Salvador		PRA4	1.090	275,2
	Rádio Club Paranaense	Curitiba		PRB2	1.480	202,7
1925	Rádio Club de Pernambuco	Recife		PRA8	730	411,1
	Rádio Club de São Paulo	São Paulo		PRA5	1.260	238,1
	Sociedade Rádio Educadora Paulista	São Paulo		PRA6	800	375,0
	Rádio Clube de Ribeirão Preto	Ribeirão Preto (SP)		PRA7	730	394,7
1926	Sociedade Rádio Mayrink Veiga	Rio de Janeiro		PRA9	1.220	245,9
	Rádio Sociedade Juiç de Fora	Juíz de Fora (MG)		PRB3	620	484,0
	Rádio Clube de Santos	Santos (SP)		PRB4	1.450	206,9
1927	Sociedade Rádio Educadora do Brasil	Rio de Janeiro		PRB7	900	333,3
	Sociedade Rádio Cruzeiro do Sul	São Paulo		PRB6	1.200	250,0
1928	Rádio Sociedade Record	São Paulo		PRB9	1.000	300,0
	Rádio Sociedade Gaúcha	Porto Alegre		PRC2	680	441,2
	Sociedade Difusora Rádio Cultura	Pelotas (RS)		PRH4	1.320	227,3
	Sociedade Rádio Pelotense	Pelotas (RS)		PRC3	580	517,0
1929	Rádio Clube do Pará	Belém		PRC5	670	448,0
1930	Sociedade Rádio Philips do Brasil	Rio de Janeiro		PRC6	1.160	258,6

FONTE: "Anuário Estatístico do Brasil", do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), edições de 1935 e 1937.

Foi pela elevação dos custos de operação das emissoras que começaram a surgir os "reclames" comerciais. Nessa primeira fase, os "reclames", além de ajudar a cobrir os custos de operação, constituíam uma forma de participação da comunidade na sustentação das emissoras, através da contribuição financeira de profissionais liberais e do comércio e indústria locais.

Por volta de 1925 e 1926<sup>98</sup>, com a publicidade já incorporada como meio de financiamento, as emissoras começaram a desenvolver suas potencialidades econômicas. Era preciso ampliar o público ouvinte para que também aumentasse o número de atingidos pela publicidade. Essa necessidade provocou alterações nas programações. Os temas folclóricos, o chorinho e a música popular em geral, abriram caminho para uma radical transformação do rádio. Entre 1926 e 1927 começam a surgir os primeiros artistas disputando a "preferência dos ouvintes: Gastão Formenti, Francisco Alves, Ana de Albuquerque Melo, Patrício Teixeira, Estefana de Macedo, Rogério Guimarães, Oscar Gonçalves, Albenzio Perrone, Elisinha Coelho e outros"<sup>99</sup>. Os cachês pequenos, pagos diretamente pelas emissoras, passaram a melhorar um pouco, à medida que ia sendo aceito pelas empresas o patrocínio de programas inteiros. Agenciado por organizadores, eram oferecidos às empresas programas contendo um "pacote" de artistas, com o custo pré-calculado. Um dos primeiros programas desse tipo foi organizado por Renato Murce, em 1929:

"Só consegui ganhar o meu primeiro cachê quando, em 1929, organizei o primeiro programa radiofônico (patrocinado por uma única firma, a Casa Turuna, um estabelecimento da Avenida Passos, que fazia concorrência à Casa Mathias, notabilizada pelos anúncios bombásticos e cheios de 'bestialógicos' que fazia pelos jornais). A Casa Turuna pagou, então, 400\$000 por um programa de duas horas. Nessa quantia estavam incluídas todas as despesas: aluguel da estação, que foi a Rádio Educadora, recém fundada; cachês dos artistas; conjunto regional para os acompanhamentos; e a corretagem de um 'cara' que vendeu o programa, um senhor Mário, não sei de quê. Sobraram 30\$000 para mim e, como disse, foi o primeiro dinheiro que ganhei no rádio"<sup>100</sup>.

Até o fim da década de 20 continuaram a surgir artistas "como Mário Reis, que viria a fazer dupla com Francisco Alves; Castro Barbosa, cantando só e depois em dupla com Jonjoca (João de Freitas Ferreira); a inconfundível e até hoje insuperada Carmem Miranda"<sup>101</sup>. O samba, a música carnavalesca e sertaneja eram gêneros brasileiros de grande sucesso, mas também a música popular estrangeira tinha lugar reservado. Afora a cobertura turfística e de alguns eventos extraordinários, o rádiojornalismo era inexpressivo, geralmente resultante do uso da cola e da tesoura sobre os jornais do dia. Destacavam-se ainda as crônicas e os comentários sobre assuntos do momento.

A cultura brasileira, depois da guerra, passou a se caracterizar pela predominância dos valores urbanos. Era a ruptura concreta com a ideologia das oligarquias. O rádio, por depender da energia elétrica, era um dos símbolos típicos do conforto propiciado por essa nova sociedade urbano industrial. A nova cultura impregnava toda sociedade, com seu estilo pragmático e funcional. O perfil urbanístico das cidades alterava-se com a construção de avenidas e edifícios, inspirando-se nas metrópoles norte-americanas, cujo fascínio o cinema difundia por todo país. A circulação de um número crescente de automóveis pelas ruas, os bondes elétricos, as vitrines e até a moda do vestuário mimetizavam nossas cidades de acordo com os padrões ditados pelo imperialismo. A indústria fonográfica difundia o som dessa nova cultura, introduzindo o jazz e o tango, que o rádio se encarregaria de popularizar. Os novos gêneros musicais se introduziram nos bailes, levando o ritmo dos novos tempos, "onde outrora a mocidade dançava a quadrilha e a valsa vienense"<sup>102</sup>.

Novos hábitos sociais surgiam nas cidades. O futebol, a princípio exclusividade das elites, foi um deles. Já em 1910 a fundação do Sport Club Corinthians<sup>103</sup>, em São Paulo, abria o futebol para as classes populares, passando posteriormente a se constituir no único movimento realmente popular que prosseguiu por este século com coesão e significativo número de adeptos. Em 1912, o Jornal do Brasil antecipava-se à importância que a imprensa daria ao futebol, dedicando uma página inteira ao esporte<sup>104</sup>.

A imprensa, por sua vez, começava a estruturar-se como em-

presa, segundo os moldes capitalistas. No início do século a imprensa experimentara a passagem de uma fase artesanal para uma industrial, quanto ao modo de produção. Na segunda década do século acentuava-se a tendência de transformação do conteúdo do jornalismo: o caráter político e doutrinário das publicações começava a ser substituído pela informação pretensamente "objetiva e imparcial". De instrumento de propaganda política e doutrinária o jornal transformava-se numa empresa comercial de distribuição de informações.

As relações capitalistas no Brasil evoluem à medida em que o subsistema econômico do país se adapta às transformações do sistema capitalista mundial. O capitalismo brasileiro, nesse período de transição, sincroniza-se com o capitalismo norte-americano. A ideologia importada em larga escala mascara a dependência brasileira que cresce sem cessar. Somente entre 1921 e 1927, cerca de 35% da dívida externa do país passa a ser creditada aos Estados Unidos. "Somente duas vezes (1921 e 1927) o Governo Federal recorreu às praças de Londres e Paris a fim de realizar operações financeiras, e ainda assim de pequeno porte. Todos os grandes empréstimos (de 1925, 1922, 1926 e 1927) que o Brasil tomou neste período, tiveram como fonte a praça de Nova York"<sup>105</sup>. A economia vai sendo preenchida, em seus setores básicos, pelo imperialismo norte-americano. O "entreguismo" assume, então, caráter escandaloso:

"Entre 1919 e 1920, o professor Hamilton Rice, da Universidade de Harvard, visitou a Amazônia, e lá voltou, comandando uma grande expedição, durante o governo de Artur Bernardes, para fazer o levantamento cartográfico de áreas até então desconhecidas pelos brasileiros. Por volta de 1926, o Governador Efigênio Sales dividiu o Estado do Amazonas em oito zonas para a exploração de minério, das quais entregou seis à American Brazilian Co., Canadian Co. e The Amazon Co., todas pertencentes ao mesmo grupo financeiro. E, em 1927, o grupo Ford obteve do Governador Dionísio Bentes a concessão de um milhão de hectares de terra na Amazônia, para o estabelecimento de uma ou várias empresas, que explorariam a borracha nativa, com apenas a obrigação de plantar 1.200 seringueiras, ou seja, uma seringueira por mil hectares. Era um verdadeiro logro.

"Os direitos da Companhia Ford Industrial

do Brasil equivaliam, no entanto, aos do Bolivian Syndicate. Podia criar escolas, para a instrução primária, elementar, sem a obrigação de que fosse em português. Também podia criar e manter polícia de segurança, utilizar quedas d'água para energia elétrica, construir represas, açudes, estradas-de-ferro e de rodagem, campos de aviação, navegar por conta própria o Amazonas e seus afluentes, pesquisar minérios para efeito de preferência das lavras, estabelecer serviços de comunicações telefônicas e radiotelefônicas, levantar fábricas, fundar bancos e efetuar todas as operações de crédito. E a Ford não se obrigava a submeter à aprovação de quaisquer autoridades brasileiras as plantas das edificações ou construções. Gozava de isenção de todos os impostos existentes ou que porventura viessem a existir pelo espaço de 50 anos. Tornou-se conhecida como a Fordlândia"106.

Entre 1922 e 1929, seguindo a nova tendência do imperialismo norte-americano, instalaram-se no país muitos dos seus maiores trustes. A localização dessas subsidiárias permitia o aproveitamento da mão de obra barata, o contorno dos obstáculos alfandegários e a eliminação dos custos de transporte<sup>107</sup>. Estas indústrias, em sua maioria, atuam como se fossem seções de acabamento de produtos: "O processo da produção fica dividido em duas partes: a primeira é a realizada na matriz; a última, na filial instalada no Brasil"<sup>108</sup>. Entre estes grupos econômicos, que se multiplicaram no Brasil depois da guerra, muitos deles se fixaram definitivamente durante a década de 20.

"Instalaram-se entre 1922 e 1929 a Atlantic Refining Company of Brazil, Firestone Tire & Rubber Company, Universal Picture Corporation, Armour of Brazil Corporation, International Harvester Company, Metro Goldwyn Mayer, Companhia Brasileira de Força Elétrica S/A., Refinações de Milho Brasil, Western Electric Company of Brazil, Burroughs do Brasil Inc., Pan American Airways Inc., e muitas outras empresas dos Estados Unidos. Eram companhias de cinema, de seguro, frigoríficos, fábricas de pneus, oficinas para montagem de veículos, filiais da indústria farmacêutica americanas, atraídas por vários fatores, mas visando, sobretudo, a garantir, definitivamente, a conquista do mercado brasileiro e de suas fontes de matérias-primas. O monopólio americano ampliava-se por todos os setores da economia brasileira. Swift & Co., Armour & Co. e Wilson & Co. açambarcavam a produção e o mercado da car-

ne. A American & Foreign Power (Electric Bond & Share), através das Empresas Elétricas Brasileiras, sua subsidiária, comprou (1928-1929) todas as pequenas companhias de eletricidade que operavam no país e adquiriu parte das ações da Brazilian Traction Light & Power (canadense), sua rival, estabelecendo, praticamente, o monopólio do ramo<sup>109</sup>.

Nesse contexto de desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro a utilização do rádio sofre um grande salto de qualidade. Até então o rádio era encarado economicamente pelo número de aparatos técnicos comercializados. No final da década de 20, com o aumento do número de aparelhos, ainda que confinados aos centros urbanos que dispõem de eletricidade, o rádio passa a ser tratado como estimulador de mercado. A utilização do "reclame" publicitário aumentou até se tornar muito lucrativa. As rádio-sociedades ou rádio-clubes transformaram-se em empresas. A captação de publicidade que era feita diretamente entre as empresas e as emissoras, passou a ser intermediada por agenciadores. Em 1928, iniciava a penetração das subsidiárias das grandes agências estrangeiras, com a instalação da N. W. Ayer and Son, representando os interesses da Ford. Logo chegariam a J. W. Thompson e McCan Erickson, sempre atendendo as contas de grandes grupos estrangeiros. Assim, o rádio só começa a apresentar desenvolvimento significativo quando as forças produtivas o requisitam para a função de dinamizar os mercados, tornando-o depositário de volumosas verbas publicitárias. Essa instrumentação da radiodifusão, no entanto, só seria institucionalizada depois da revolução de 1930. A primeira legislação que definia o caráter da radiodifusão e suas finalidades e objetivos, regulando sua execução, viria então consolidar a situação já estabelecida de fato.

As subsidiárias dos grupos estrangeiros localizadas no país, graças à sua retaguarda econômica, não sofreram o rigor da crise internacional de 1929. Pelo menos não tanto quanto as empresas nacionais, chegando, inclusive a serem beneficiadas em alguns setores com o enfraquecimento do empresariado brasileiro.

"A importação de artigos manufaturados, que vinha em declínio ou permanecia estacioná-

ria desde antes da Grande Guerra, cresce subitamente, desbancando em muitos terrenos e atingindo em quase todos a produção nacional. O período que vai de 1924 a 1930 será uma fase sombria para todas as indústrias brasileiras; muitas fracassam e perecem, e todas ou quase todas se manterão muito próximas do nível mínimo de subsistência"110.

A crise econômica do fim da década de 20 concorreu decisivamente para o desequilíbrio na correlação de forças políticas. A manipulação dos mecanismos econômicos e financeiros do Estado, assegurada pelo sistema político artificial, tornou insustentável a posição das oligarquias que ocupavam o bloco de poder. O agravamento da crise conduziu a burguesia industrial e mercantil, que compunham uma frente ampla com a adesão das classes médias e setores trabalhistas, ao enfrentamento final com o Estado oligárquico em 1930.

A manutenção do poder, desde o governo Epitácio Pessoa (1919 a 1922), foi possível pela radicalização do autoritarismo. Na gestão de Epitácio Pessoa os militares foram afastados do Governo, sendo os Ministérios Militares dirigidos por civis; foi estabelecida severa censura à imprensa; decretado Estado de Sítio e instituída a Lei de Repressão ao Anarquismo, de 17 de janeiro de 1921, para combater a agitação operária. O movimento militar de 5 de julho de 1922, com a revolta do forte de Copacabana, desdobrou-se em outros episódios que aprofundaram as contradições na área militar. Na comemoração do 2º aniversário da revolta do forte, a 5 de julho de 1924, ocorreu um novo levante em São Paulo, que iria aguçar o divisionismo no Exército, através de uma série de revoltas militares em diversos estados. Em outubro desse mesmo ano, na sucessão de fatos que a revolta paulista desencadeou, o capitão Luís Carlos Prestes sublevou a guarnição de Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul, iniciando uma coluna guerrilheira que percorreu o país durante quase três anos. Esse clima conturbado seria a herança deixada por Epitácio Pessoa a Artur Bernardes (1922 a 1926) que levou adiante o regime autoritário:

"Para os conservadores Bernardes representou a garantia da ordem, a estabilidade das instituições. Para os que dele divergiam, e que foram punidos, implacavelmente, pela sua poli-

cia, era o Calamitoso, o inventor das prisões políticas, uma delas - a Clevelândia - apontada como o mais tétrico dos campos de concentração da época.

"Formou, em torno de sua pessoa, à sombra de sua autoridade, um legalismo, uma indústria da legalidade, um clima de violência, suborno, perseguição, desrespeito aos direitos da pessoa humana que excedia de sua pessoa para concentrar-se nos que se diziam executores de suas ordens, enquanto ordenavam, em seu nome. Era o bernardismo envolvendo, apagando, deformando a figura do presidente Artur Bernardes"<sup>111</sup>.

O governo de Washington Luís (1926 a 1930) seguiu a tônica dos seus últimos antecessores: candidatura urdida entre as lideranças conservadoras, eleição assegurada pela manipulação da máquina eleitoral e o exercício do poder autoritário. Washington Luís, tanto quanto os outros, mostrou-se insensível às transformações que se operavam desde 1922. Era a sociedade brasileira vivendo as convulsões geradas pelo processo de adaptação das estruturas arcaicas a uma nova ordem capitalista internacional. A força da Aliança Liberal, criada para aglutinar as forças políticas de oposição na disputa da sucessão de Washington Luís, foi subestimada pelas oligarquias que recorrem às velhas fórmulas fraudulentas. A contínua crise política com que as oligarquias foram obrigadas a conviver, nos últimos anos da Primeira República, tornou-se crítica com o agravamento da situação econômica pela importação da crise econômica capitalista internacional de 1929. A 24 de outubro de 1930, com a deposição de Washington Luís, concretiza-se um processo de transformações estruturais que 1922 já antecipava, mas cuja estabilização ainda consumiria muitos anos da história da sociedade brasileira.

#### NOTAS

- 1 - Observou-se que uma garrafa com água pela metade e fechada por uma rolha atravessada por um fio, dava choques depois de "armazenar" eletricidade transmitida por uma fonte, através do fio. O princípio desse aparelho, denominado Garrafa de Leyden, em alusão à cidade em que foi inventado, foi retomado por Benjamim Franklin em novas experiências. Posteriormente, Alexandre Volta utilizaria esses conhecimentos para elaborar um acumulador de ele-

tricidade propriamente dito.

- 2 - As descobertas de Oersted e Faraday relacionando o magnetismo e a eletricidade forneceram a base dos conhecimentos hoje empregados na moderna indústria eletro-eletrônica. A circulação de uma corrente elétrica em um condutor forma um campo magnético que pode ser ativado ou interrompido conforme a atuação da fonte de eletricidade. Se a corrente é contínua, o campo magnético não varia, podendo ser usado, por exemplo, para atrair um objeto metálico (princípio do telégrafo). Se a corrente é alternada, o campo magnético inverte-se ritmado por ela, gerando energia mecânica (princípio do motor elétrico).
- 3 - FLEUR, Melvin L. de. Teorias de comunicação de massa. Rio de Janeiro, Zahar, 1971, p. 80.
- 4 - Ibidem, p. 76.
- 5 - Ibidem, p. 76.
- 6 - Ibidem, p. 75.
- 7 - Ibidem, p. 81-82.
- 8 - UPTON, Monroe. Electronics for everyone. 2. ed. rev., Nova York, American Library Association, 1962, p. 137. In ibidem, p. 82.
- 9 - STURMEY, S. C. The economic development of radio. Londres, Gerald Duckworth and Company, Ltd., 1958, p. 17. In ibidem, p. 82.
- 10 - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL PADRE LANDELL DE MOURA - FEPLAN. O homem que apertou o botão da comunicação. Rio Grande do Sul, Ed. Feplan, 1975, p. 25.
- 11 - Ibidem, p. 22.
- 12 - Com invulgar espírito científico, além de criar aparelhos de telegrafia sem fio, radiofonia e desenvolver transmissões sonoras por fio de altíssima qualidade, Landell de Moura construiu o Fotoquirlian (apreendido pelos soviéticos para fotografar a aura energética dos corpos) e concebeu teorias sobre a propagação de ondas nas quais chegou a antecipar algumas descobertas sobre o moderno sistema de microondas. A obra do Padre Roberto Landell de Moura, natural de Porto Alegre e que viveu de 21 de fevereiro de 1861 a 30 de julho de 1928, está relatada in FORNARI, Ernani. O incrível Padre Landell de Moura. RS, Ed. Globo, 1968.
- 13 - FLEUR, op. cit. p. 85.
- 14 - "Era quase impossível realizar-se qualquer progresso necessário nos componentes do rádio ou por à venda os equipamentos aperfeiçoados sem vir a sofrer toda espécie de processos judiciais relativos aos direitos das patentes. Com efeito, todos os grandes pioneiros do rádio, a partir de Marconi, enfrentaram-se nos tribunais. Lee De Forest,

um dos notáveis inventores dos principais componentes do rádio, foi preso e acusado de fraude. O problema, naturalmente, consistia no fato de haver fortunas em jogo no setor da radiodifusão; a concorrência comercial por isso era intensa no sentido de deter a exploração comercial das invenções mais importantes". *Ibidem*, p. 85.

- 15 - *Ibidem*, p. 86.
- 16 - *Ibidem*, p. 86.
- 17 - *Ibidem*, p. 88.
- 18 - Devido à importância que a indústria eletro-eletrônica norte-americana representou para o Brasil durante o período histórico abordado por este capítulo, e à influência que o modelo institucional da radiodifusão adotado nos EUA teve na formulação do modelo brasileiro, concentraremos nosso interesse no seu desenvolvimento.
- 19 - SCHILLER, op. cit. p. 33.
- 20 - *Ibidem*, p. 33.
- 21 - *Ibidem*, p. 34.
- 22 - *Ibidem*, p. 32.
- 23 - FLEUR, op. cit. p. 89.
- 24 - SCHILLER, op. cit. p. 34.
- 25 - *Ibidem*, p. 34.
- 26 - *Ibidem*, p. 34.
- 27 - SCHILLER, in op. cit., qualifica o espectro radiofônico como recurso natural, definindo-o como uma "fonte proveniente de recurso da natureza".
- 28 - FLEUR, op. cit. p. 95.
- 29 - *Ibidem*, p. 95.
- 30 - SCHILLER, op. cit. p. 35.
- 31 - *Ibidem*, p. 36.
- 32 - PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica do Brasil. 4. ed. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1956, p. 263.
- 33 - BASBAUM, Leôncio. História sincera da República; 1889 a 1930. 4. ed., Ed. Alfa-Omega, São Paulo, 1976, p. 197.
- 34 - "Em 1895, a então Siemens & Halske AG implantava no Rio seu escritório técnico e representação geral para toda a América do Sul, base do que viria a ser, 10 anos depois, a Companhia Brasileira de Eletricidade Siemens-Schuckert-werke". In BOLETIM TELECOM. As atividades da Siemens no Brasil. São Paulo, Revista Antenna, 73 (3), 1975, p. 233.

- 35 - BANDEIRA, Moniz. Presença dos Estados Unidos no Brasil; (dois séculos de história). Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1973, p. 123-124.
- 36 - PRADO JUNIOR, op. cit. p. 213.
- 37 - "No comércio exterior, verificou-se que, entre 1876 e 1885, a nossa importação ascendeu a 1.770.000 contos, quando a exportação atingiu a 1.970.000. No decênio de 1886 a 1896, já em parte sob o novo regime, a importação atingiria 3.300.000 contos, e a exportação a 4.100.000. O saldo, naquele decênio, subiria a mais de 800.000 contos, dado realmente importante. Começava, no Brasil, a capitalização". In SODRÉ, Nelson Werneck. Formação histórica do Brasil. 5. ed. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1970, p. 294.
- 38 - SILVA, Hélio & CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. História da República brasileira; nasce a República; 1888-1894. São Paulo, Ed. Três, 1975, v. 1, p. 9.
- 39 - Rui Barbosa introduziu idéias revolucionárias no cenário político brasileiro, sintonizadas com as formas mais avançadas das relações capitalistas que emergiam nos Estados Unidos. Na verdade, algumas posições de Rui suplantavam o grau de desenvolvimento das relações capitalistas norte-americanas, ao pregar um certo grau de intervencionismo estatal numa época em que o laissez-faire consagrava total autonomia à iniciativa privada: "Ao Estado nesta fase social, cabe sem dúvida grande papel de atividade criadora, acudindo todos os pontos onde o princípio individual reclame cooperação complementar das forças coletivas". Rui era, igualmente, fervoroso adepto da industrialização do país, o que acabaria por colocá-lo em contradição com as oligarquias: "... devemos, por uma proteção lenta e aplicada em cada caso com critério e estudada em seus efeitos, ir preparando a indústria nacional, para poder, em época mais ou menos próxima, produzir de modo a equilibrar a balança da permuta comercial... Tratemos de passar de um país exclusivamente consumidor para um país produtor. O nosso grande erro tem sido aplicar no Estado em grande escala, o sistema em geral seguido pelos nossos cultivadores: produzir muito café, tratar exclusivamente do café, ainda que tenham de comprar tudo o mais, inclusive gêneros de primeira necessidade que com facilidade poderiam produzir". Citações de Rui Barbosa coletadas in BASBAUM, op. cit. p. 34.
- 40 - "... ídolo popular dos primeiros que o país conheceu, e quando o povo era composto principalmente pela classe média, sua única parcela dotada de um mínimo de consciência política e da possibilidade de participação, aparece como gravíssima ameaça ao latifúndio". In SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1977, p. 301.
- 41 - "A ala exaltada do florinianismo, que existiu até depois de sua morte, desejava resistir pela força, rompendo a Constituição. Floriano abandonou o poder na data marcada, mas não compareceu à posse do novo presidente: lavava as

mãos. Ia começar a República das oligarquias: Prudente preparou-a, Campos Sales dar-lhe-ia a estrutura definitiva". In *ibidem*, p. 301.

- 42 - SODRÉ, Formação Histórica do Brasil. op. cit. p. 305-306.
- 43 - BANDEIRA, op. cit. p. 151.
- 44 - *Ibidem*, p. 152.
- 45 - PRADO JÚNIOR, op. cit. p. 278.
- 46 - *Ibidem*, p. 278-279.
- 47 - A Doutrina Monroe consistiu num dos principais enunciados da política externa do presidente norte-americano James Monroe. Formulada em 1823, a Doutrina Monroe regia a Santa Aliança, articulada na Europa para tentar assegurar a supremacia das nações européias, principalmente da Espanha e Portugal, sobre suas colônias que lutavam pela independência. Incluía três propósitos fundamentais: (1) declarava que as terras americanas não podiam mais ser objeto de colonização pelas nações européias, embora as colônias existentes fossem reconhecidas e aceitas; (2) confirmava o princípio de não intervenção dos Estados Unidos nas questões européias; (3) apontava como perigosa à sua segurança as intervenções européias em colônias que tivessem conseguido a independência.
- 48 - As intervenções e "cirurgias" territoriais realizadas pelos Estados Unidos na América Latina, a partir da revitalização da Doutrina Monroe, acrescentaram muitas "glórias" ao poderoso "irmão do norte", justificando plenamente seu apelido de "o policial do mundo". Em 1848 foi anexado o Texas, retirado do México pela violência. O Panamá foi "estimulado" a desligar-se da Colômbia. Na República Dominicana os Estados Unidos intervieram em 1904, 1914 e de 1916 a 1924. Em Honduras em 1903, 1907, 1910 e 1919. Na Argentina em 1831, 1838, 1852 e 1853 (durante a guerra civil) e em 1890. No Peru os EUA ficaram "protegendo" durante um ano em 1935. No Uruguai em 1855, 1858 e 1868. Na Nicarágua em 1853 e 1854, 1894, 1896, 1910 e de 1912 a 1926. Em Cuba em 1822, 1824, 1898, 1906, 1912, 1917 e 1919. Na Colômbia em 1855, 1865, 1866, 1868, 1873, 1885, 1895, 1901 e de 1901 a 1904 (quando organizaram a separação do Panamá). No Paraguai em 1859. No Haiti em 1888, 1914 e de 1915 a 1934. No Chile em 1891. Conforme BASBAUM, op. cit. p. 240-241.
- 49 - A instabilidade da mão de obra rural levou os empregadores rurais a burlarem a liberdade jurídica dos trabalhadores. A possibilidade do abandono do emprego quando as condições de trabalho fossem desfavoráveis foi contornada pela sistemática de criar um contínuo endividamento dos trabalhadores. "Pagando salários reduzidos, e vendendo-lhe ao mesmo tempo, por preços elevados, os gêneros necessários ao seu sustento, o empregador conseguirá com relativa facilidade manter seus trabalhadores sempre endividados e portanto impossibilitar de o deixarem. Este sistema se tornaria geral em muitas regiões do país, em

particular na indústria de extração da borracha. Torna-se fácil estabelecê-lo por causa das distâncias que em regra separam as explorações rurais dos centros urbanos e do comércio, o que faz do proprietário, quase sempre, um fornecedor obrigatório dos gêneros consumidos por seus trabalhadores. Doutra lado, o baixo nível cultural da massa trabalhadora do país, tão recentemente egressa da escravidão, facilita o manejo arbitrário das contas sempre em prejuízo do empregado". In PRADO JÚNIOR, op. cit. p. 218.

- 50 - Ibidem, p. 221.
- 51 - BANDEIRA, op. cit. p. 183.
- 52 - Ibidem, p. 191.
- 53 - Ibidem, p. 191.
- 54 - "Farqhar, que inspirou a Light & Power e estivera vinculado à Societé Anonyme du Gaz, estendia então as malhas dos seus interesses a outros setores da economia brasileira. A Brazil Railway Company, principal empresa do sindicato que ele representava, adquiriu de um grupo francês, por volta de 1908, a concessão da estrada-de-ferro São Paulo-Rio Grande. Assumiu a direção da obra o engenheiro americano Achilles Stengel, que montou seu escritório em plena zona do Contestado (Panamá). A Brazil Railway, pouco tempo depois, apossou-se de toda a rede ferroviária do Rio Grande do Sul, arrendou a Sorocabana, comprou ações de Mogiana e da Paulista, obteve a concessão da Madeira-Mamoré e os direitos da Vitória-Minas. Capitais europeus, predominantemente ingleses, fundiam-se nesse empreendimento, que montava a cerca de quarenta e cinco milhões de libras esterlinas e o empresário americano que o dirigia. O Sindicato Farqhar dispunha, a essa altura, de frigoríficos, indústrias de papel, cadeias de hotéis, vastas áreas de terra, administrava os portos do Pará (Port of Para) e do Rio Grande do Sul e fundara a Southern Brazil Lumber & Colonization Co., que controlaria a amdeira do Paraná, e a Amazon Land Colonization Co., para explorar a borracha da Amazônia. A sua rede apenhava o Brasil de um extremo ao outro, do Amapá às fronteiras com a Argentina". In BANDEIRA, op. cit. p. 192-193.
- 55 - BANDEIRA, op. cit. p. 192.
- 56 - PEREIRA, Osny Duarte. Ferro e Independência. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967, p. 24.
- 57 - BANDEIRA, op. cit. p. 193.
- 58 - Ibidem, p. 193.
- 59 - Palavras de Edwin Morgan ao Secretário de Estado dos EUA; In BANDEIRA. op. cit. p. 193.
- 60 - Idem, in ibidem, p. 193.

- 61 - Ibidem, p. 193-194.
- 62 - Ibidem, p. 195.
- 63 - Ibidem, p. 195.
- 64 - Ibidem, p. 195-196.
- 65 - Ibidem, p. 197.
- 66 - PRADO JÚNIOR, op. cit. p. 267-274.
- 67 - "Concedeu-se à Reuters o direito de exclusividade para recolher e difundir informações em todo o Império Britânico, Turquia, Extremo Oriente e Egito; à Havas, na França, Itália, Suíça, Espanha, Portugal, Egito (juntamente com a Reuters) e América do Sul e Central; à Wolf, na Alemanha, Rússia, Áustria-Hungria, Holanda, Dinamarca, Suécia, Noruega e países balcânicos". In AMARAL, Luiz. Técnica de jornal e periódico. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1969, p. 165.
- 68 - Ibidem, p. 172.
- 69 - Ibidem, p. 166.
- 70 - FLEUR, op. cit. p. 67.
- 71 - "Os americanos expulsavam, então, os europeus do mercado cinematográfico brasileiro e consolidariam a sua supremacia, quando em 1928, lançaram os primeiros filmes sonoros. Dos 941 filmes exibidos no Brasil, àquele ano, 402 eram de procedência norte-americana". In BANDEIRA, op. cit. p. 208.
- 72 - SODRÉ, Nelson Werneck. Brasil: Radiografia de um Modelo. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1975, p. 66.
- 73 - "O automóvel que tanto influiria nos padrões de comportamento dos brasileiros, tornou-se, de 1913 a 1928, a principal mercadoria importada dos Estados Unidos pelo Brasil. De 814 unidades, valendo 2.459 contos de réis, a importação de automóveis passou a 12.681 unidades no valor de 49.036 contos de réis, em 1923, e 39.996 unidades no valor de 147.750 contos de réis, em 1925. O Brasil, em 1927, figurou em quarto lugar entre os melhores mercados do mundo para os automóveis fabricados nos Estados Unidos. Absorveu, naquele ano, cerca de 10% das exportações americanas de veículos (automóveis de passageiros, caminhões e ônibus), contra apenas 3% em 1913". In BANDEIRA, op. cit. p. 208.
- 74 - Ibidem, p. 208.
- 75 - ALMEIDA, Mauro. A comunicação de massa no Brasil. Minas Gerais, Ed. Júpiter, 1975, p. 43.
- 76 - LOPES, Saint-Clair. Radiodifusão hoje. Rio de Janeiro, Ed. Temário, 1970, p. 21.

- 77 - 50 ANOS de tentativas. Veja, São Paulo, 29 set. 1976 p. 120.
- 78 - LOPES, op. cit. p. 33.
- 79 - Ibidem, p. 38.
- 80 - Ibidem, p. 60.
- 81 - 50 ANOS de tentativas, op. cit. p. 120.
- 82 - Ibidem, p. 120.
- 83 - Os dados que se seguem sobre a indústria eletrônica no Brasil foram coletados in ibidem, p. 119.
- 84 - PRADO JÚNIOR, op. cit. p. 273.
- 85 - "... os salários, mesmo partindo apenas de 1914, subiam em proporção mais lenta que o custo de vida. E esses salários só subiam a duras penas, como resultado de lutas incessantes dos trabalhadores. O horário médio de trabalho nas fábricas e oficinas e na construção civil ia das 6 da manhã às 6 da tarde, com uma hora de almoço. O do comércio era ainda mais pesado, das 7 da manhã às 20 horas, inclusive aos sábados. Não havia lei de férias, nem indenização por dispensa de emprego. Com o crescimento das cidades e a valorização dos imóveis, a moradia dos operários ia se distanciando cada vez mais dos locais de trabalho obrigando-os frequentemente a levantar-se às 4 horas da manhã para chegar em casa às 8 horas da noite. Muitos preferiam alugar-se nos morros do centro da cidade, construindo as chamadas favelas que ainda hoje existem e não cessam de aumentar, ou nos imundos cortiços espalhados no centro. Também não havia limite de idade para menores. Nas fábricas de tecidos, ainda em 1929 trabalhavam crianças de 8 anos de idade. E as mulheres quando engravidadas eram logo dispensadas do emprego. Em tais circunstâncias, que se vinham agravando desde os primeiros anos do século, é fácil compreender porque os operários buscavam associar-se em sociedades, sindicatos, uniões, com o fim de resistir pelo menos a essa constante agravação das duras condições de vida". In BASBAUM, op. cit. p. 205-206.
- 86 - Ibidem, p. 209.
- 87 - SODRÉ, Formação Histórica do Brasil, op. cit. p. 318.
- 88 - Ibidem, p. 319.
- 89 - SILVA, Hélio & CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. História da República Brasileira; o primeiro 5 de julho; 1920-1922. São Paulo, Ed. Três, 1975, V. 5, p. 33.
- 90 - SODRÉ, História da imprensa no Brasil, op. cit. p. 318.
- 91 - BANDEIRA, op. cit. p. 209.

- 92 - GRIECO, Agripino. Feitiches e fantoches. Rio de Janeiro, Ed. Liv. Schettino, 1922, p. 175. In BANDEIRA, op. cit. p. 209.
- 93 - Idem in ibidem, p. 210.
- 94 - LOPES, op. cit. p. 33.
- 95 - Ibidem, p. 39.
- 96 - MURCE, Renato. Bastidores do rádio; fragmentos do rádio de ontem e de hoje. Rio de Janeiro, Imago Ed. Ltda., 1976, p. 19.
- 97 - Ibidem, p. 21.
- 98 - Ibidem, p. 22.
- 99 - Ibidem, p. 22.
- 100 - Ibidem, p. 23.
- 101 - Ibidem, p. 24.
- 102 - BANDEIRA, op. cit. p. 208.
- 103 - O Sport Clube Corinthians foi fundado em 1910, no bairro de Bom Retiro, por três operários, um motorista de táxi e um pintor de paredes. "O Corinthians foi a primeira organização que abriu o futebol para as classes populares. Numa época em que o futebol era um esporte de elite, e os locais de jogo eram frequentados somente pela sociedade paulista, o Corinthians era um time de operários na cidade que começava a se industrializar. Marginalizados pelos clubes aristocráticos, o grande número de imigrantes espanhóis, portugueses e italianos logo se transformou em adeptos do Corinthians. O sucesso do time foi assegurado por essa base popular e, entrando para a Liga Paulista de Futebol, em 1913, já no ano seguinte tornava-se campeão invicto. Os jogadores eram recrutados entre os próprios torcedores, sendo esta uma condição essencial para sua atuação: ser torcedor". In A GARRA do adversário. Jornal Informação, Porto Alegre, 16 dez. 1976. p. 5.
- 104 - SODRÉ, História da imprensa no Brasil, op. cit. p. 308.
- 105 - BANDEIRA, op. cit. p. 214.
- 106 - Ibidem, p. 213.
- 107 - PRADO JÚNIOR, op. cit. p. 272.
- 108 - Ibidem, p. 272.
- 109 - BANDEIRA, op. cit. p. 214.
- 110 - PRADO JÚNIOR, op. cit. p. 271.
- 111 - SILVA, Hélio & CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. História de

República; começa a revolução; 1923-1926. São Paulo, Ed. Três, 1975, v. 6, p. 46.

## 2 - 1930 A 1950: EVOLUÇÃO DO RÁDIO

### 2.1 - Retomada do imperialismo

2.1.1 - Início da Era de Vargas - O processo de industrialização, acelerado com a crise enfrentada durante a primeira Guerra Mundial, ainda que se circunscrevesse à indústria leve, acentuou o aparecimento de expressões típicas de uma sociedade urbana em evolução. O aprofundamento das relações capitalistas delineava com maior nitidez os contornos de uma burguesia industrial, um proletariado que se nucleava e uma classe média em expansão. 1922 assinalou diversas manifestações da sociedade urbana que começava a refletir o surgimento de um modo de produção capitalista empresarial e industrial: o tenentismo, com seus ideais compartilhados pela classe média, a fundação do Partido Comunista Brasileiro e da Legião do Cruzeiro do Sul, de tendência fascista; e a Semana de Arte Moderna, promovida por uma vanguarda intelectual pequeno-burguesa.

O modo de produção de base agrário-exportadora, expressão maior da dependência estrutural ante o capitalismo mundial, necessitava adaptar-se ao modo de produção de base urbano-industrial, para enfrentar a crise importada dos países industrializados. As exportações, que entre 1926 e 1930 foram de 88,2 milhões de libras-ouro, se reduzem a 38 milhões no quinquênio entre 1931 e 1935. Nestes mesmos períodos as importações decaem, respectivamente, de 5,4 milhões de toneladas para 3,8 milhões<sup>1</sup>. A produção interna era, portanto, necessária para substituir itens de manufaturados de uso cotidiano e gêneros alimentícios. "As importações se restringirão aos poucos a certas mercadorias muito particulares: combustíveis (de que o Brasil é muito pobre), o trigo (cuja produção no país só muito recentemente começou a se desenvolver), manufaturas de metal ou especializadas, e aparelhos de certa complexidade"<sup>2</sup>.

A efervescência política da década de 20 prosseguiu na década seguinte, quando as contradições internas e externas se agravaram. O subsistema brasileiro contorcia-se para dar vazão ao desenvolvimento de suas forças produtivas e escapar da cami-

sa de força que lhe impunha o imperialismo. A crise mundial de 1929, que abalou principalmente os Estados Unidos, reduziu a capacidade de importação dos países industrializados, dando algum espaço para os países periféricos. No Brasil, desencadeou-se um processo resultante do dinamismo próprio de suas forças produtivas, que passaram a experimentar um desenvolvimento.

"Em 1933, entretanto, quando ainda não se haviam manifestado nos Estados Unidos os sinais de recuperação, a renda nacional, entre nós, recomeçava a crescer. Isto provava, com rigorosa clareza, que a recuperação brasileira não foi proveniente de fatores externos, mas de fatores internos, e isto é que caracteriza a forma de reação da economia, aqui, isto é que se apresenta como novo, isto é que define as alterações que vinham em processo e, postas a prova, respondem com extraordinária vitalidade. A alta dos produtos no mercado interno atendia ao que se era obrigado a poupar em importações pelo declínio do poder de compra no exterior. A redução do quantum das importações foi superior a 60%, e satisfiz-se com oferta interna o que antes era atendido com importações. Mas isso aconteceu porque foi possível produzir, no interior, aquilo que vinha do exterior"<sup>3</sup>.

Os resultados positivos não ocorriam, porém, por um automatismo da velha estrutura produtiva. Impunham-se amplas transformações no modo de produção e de acumulação de capital. A crise estrutural convulsiona a sociedade brasileira, fazendo emergir forças que até então existiam apenas potencialmente. A revolução Constitucionalista de 1932, representa a tentativa de retomada do controle do Estado pelas oligarquias<sup>4</sup>. Apesar do seu insucesso, ela é suficiente para provocar algumas importantes alianças que evidenciam a força com que se mantinham as oligarquias, especialmente as ligadas à produção de café<sup>5</sup>. O avanço da Ação Integralista Brasileira, criada em 1932 e de inspiração fascista, reunindo certas lideranças que ajudaram a concretizar a revolução de 1930, foi uma das causas da criação da Aliança Nacional Libertadora. Como uma frente anti-fascista a ANL reunia "partidos de esquerda, sindicatos, certa ala tenentista e elementos apartidários", demonstrando grande poder de mobilização<sup>6</sup>.

"Os programas da ANL, embora heterogêneos,

apontavam para a mesma 'perigosa' direção, porque incluíam, sobre o denominador comum do nacionalismo, a liquidação dos latifúndios, extinção de tributo dos aforantes, cancelamento das dívidas imperialistas - contestação indireta da estrutura rural existente; reivindicavam também a nacionalização das empresas estrangeiras, salário mínimo, jornada de trabalho de 8 horas - palavras de ordem que poderiam mobilizar um proletariado urbano em crescimento e fazê-lo adquirir experiência política, ameaçando assim os grupos industriais necessitados de capital e de paz.

"A ANL foi fechada a 13 de julho de 1935, depois de um discurso de Prestes em que apelava às massas para que se organizassem; veio um início de repressão: prisões de civis, punições a soldados, sargentos e oficiais. Os grupos de choque remunerados e as milícias integralistas colaboravam, eficientes, nessa tarefa"<sup>7</sup>.

A repressão à ANL desencadeou uma revolta generalizada. Comandados pelos partidos de esquerda, ocorreram levantes armados em Natal, Recife e Rio de Janeiro em novembro de 1935, sublevando oficiais subalternos, sargentos e soldados. Derrotados os revoltosos, iniciou-se uma campanha de terror, organizada pelo Estado, que "desencadeou prisões em massa, torturas e eliminação física de alguns de seus participantes"<sup>8</sup>. Entre 1935 e junho de 1937, autorizado pelo Congresso, o Brasil foi governado em "estado de emergência". Fortalecia-se a consciência de que o projeto da nova articulação entre as classes dominantes só poderia ser levado adiante com uma acentuação, ainda maior, do poder de interferência do Estado. A 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas, em novo golpe, assume a tarefa de implantar um regime autoritário.

2.1.2 - Estado Novo - O golpe de 10 de novembro de 1937 foi preparado com grande antecedência, de tal forma que no mesmo dia, enquanto era dissolvido o Congresso, sancionava-se uma nova Constituição. Eliminado o legislativo, neutralizava-se a força das oligarquias rurais que, a partir daí, teriam de submeter-se ao poder centralizado do Estado e, através dele, negociar seus interesses.

"Os cinco primeiros anos do novo regime correspondem à progressiva, mas definitiva con-

solidação do poder do Estado. A maioria das reformas de natureza administrativa e política, muitas das soluções econômicas e sociais dessa fase, estão em continuidade marcante com tendências anteriores, que apontaram em 1930, reforçadas em 1935. Só que agora, os novos quadros institucionais eram instalados através de um Estado apartidário, e com um mínimo de fricções e de contestação políticas. Os últimos grupos oposicionistas ativos seriam definitivamente isolados, pela violência, no ano de 1938<sup>9</sup>.

A constitucionalização do estado de emergência previa todos os instrumentos necessários para um amplo controle político. O Departamento de Imprensa e Propaganda, então criado, além da divulgação estabelecia as normas de censura. Ao DIP somavam-se a decretação de um rigoroso Código de Imprensa e à instituição da "Hora de Brasil" que integrava o país de sul a norte com a radiofonização dos atos do Governo. A complementação da legislação trabalhista, seguimento de uma política que iniciara em 1931 com a fundação do Ministério do Trabalho, ao mesmo tempo que fornecia as bases de organização para os trabalhadores, estabelecia um severo controle. A dissolução do legislativo, junto com a institucionalização da arbitrariedade, balizavam, em suas grandes linhas, o quadro político do Estado Novo.

"Pela nova Carta, o Presidente dispunha de plenos poderes, legislativos e executivos; era-lhe permitido também demitir e transferir funcionários, reformar e afastar militares que representassem ameaça "aos interesses nacionais". Pelo artigo 186, era declarado estado de emergência em todo o território nacional, o que tornava possível ordenar prisões, exílio, invasão de domicílio; instituíam-se a prisão preventiva; tornava-se legal a censura de todas as comunicações. Tais atos escapavam à decisão do judiciário"<sup>10</sup>.

Os governos estaduais foram entregues a interventores, depois de serem destituídos os governadores, dispendo de poderes similares ao desfrutado pelo Presidente sob o estado de emergência, além de possuírem controle direto sobre as polícias. Os interventores, por sua vez, eram controlados pelo Departamento de Administração de cada Estado, que se subordinavam diretamente ao Ministério da Justiça, e tinham a finalidade de apreciar e aprovar os seus atos, leis e as contas financeiras.

ras<sup>11</sup>.

Em 1938 foi instalado o Departamento Administrativo de Serviço Público, que buscava romper com os vícios do emprego, típico do estilo administrativo do estado oligárquico, estabelecendo "critérios burocráticos de recrutamento, execução e de promoção"<sup>12</sup>. Esse órgão também possuía atribuições para "elaborar o orçamento dos órgãos públicos e o controle contábil da execução orçamentária"<sup>13</sup> e adquiriu grande importância pela multiplicação de instituições surgidas em todas as áreas da administração pública.

A política trabalhista também foi expressão da tendência intervencionista do Estado após o golpe de 1937. A carta outorgada com a instauração do Estado Novo já previa o salário mínimo, embora ele só viesse a ser instituído em 1940.

"Entre os direitos recém adquiridos pelo proletariado e pelos trabalhadores no comércio, incluiriam-se: jornada de trabalho de 8 horas, férias remuneradas, estabilidade no emprego, indenização por dispensa sem justa causa, convenção coletiva de trabalho, a regulamentação do trabalho das mulheres e de menores, os Institutos de Aposentadoria e Pensões, que garantiriam assistência àqueles grupos"<sup>14</sup>.

Em 1939 era consolidada a Justiça do Trabalho. Mas esses "presentes" que a ditadura fazia aos trabalhadores continham todos os instrumentos necessários para que o Estado exercesse um controle global sobre a sua movimentação, canalizada para os sindicatos. Regulamentando as relações entre o capital e o trabalho e formalizando um certo papel político para os sindicatos, o Estado clareava as "regras do jogo", abrindo novas perspectivas para o desenvolvimento das relações capitalistas, e cooptando as massas trabalhadoras.

A mesma carta de 1937 proibia greves e o lockout e resguardava os sindicatos da interferência de "ideologias estranhas" e incompatíveis com os "interesses profissionais e econômicos dos trabalhadores"<sup>15</sup>. Em 1939 tornavam-se proibidas todas as associações classistas que não estivessem ligadas ao sistema oficial, sendo reconhecido apenas um sindicato de cada

categoria profissional, "que poderia ser distrital, municipal, estadual e interestadual; só excepcionalmente, e com a autorização expressa do Ministério do Trabalho, se admitiriam associações nacionais"<sup>16</sup>. O imposto sindical, de caráter compulsório (equivalente a um dia de trabalho por ano), completaria o acervo de medidas que atrelariam os sindicatos ao Estado: por constituir verba pública o imposto atribuiria ao sindicato as funções de "cooperativas de crédito e consumo, assistência judiciária e hospitalar"<sup>17</sup>; exigindo ao mesmo tempo a criação de uma estrutura burocrática sob a supervisão direta do governo.

A instituição da máquina sindical não melhoraria o padrão de vida das classes trabalhadoras. Ao contrário, a intervenção do Estado com a regulamentação dos fatores de trabalho piorou as condições dos trabalhadores de diversas categorias profissionais.

TABELA IV

Índices do salário real (1914-1945) no Estado da Guanabara

ANO	OPERÁRIO COMUM	OPERÁRIO QUALIFICADO	FUNCIÓNÁRIO PADRÃO E	FUNCIÓNÁRIO PADRÃO O	FERROVIÁRIO
1914	100	100	100	100	2/4
1928	91	63	76	76	2/4
1940	79	...	78	59	100
1945	63	44	77	48	91
1952	84	48	76	33	91

FONTE: Desenvolvimento & Conjuntura, Ano V, Nº 7, Rio de Janeiro, julho de 1961, p. 75. Exceto para o salário real do ferroviário, cuja base é 1940, os outros índices têm por base 1914. In IANNI, Octávio. Estado e Planejamento Econômico no Brasil; (1930-1970). 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, p. 42.

A política trabalhista do governo Vargas atua vinculando o "sindicato ao aparelho estatal, como elemento básico das estruturas de dominação (política) e apropriação (econômica) vigente na época"<sup>18</sup>. Essa cooptação dos trabalhadores, reduzindo as contradições, contribuiu para que o Estado conduzisse a política econômica com uma maior margem de segurança.

A economia brasileira ressentia-se do crescimento da divi-

da externa. O saldo das exportações sobre as importações (17 milhões de libras-papel em 1934) era, em grande parte, consumido pela remuneração dos capitais estrangeiros investidos no país (cerca de 10 milhões de libras neste mesmo ano), saindo do país sob a forma de remessa de lucros e dividendos para as matrizes das firmas estrangeiras que aqui possuíam subsidiárias<sup>19</sup>.

"Basta considerar, para comprovação, que uma única empresa estrangeira, a Rio de Janeiro Light & Power, compra e remete mensalmente 250.000 libras, ou seja, 3.000.000 de libras por ano' - informava ao Ministro da Fazenda o Diretor da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil. A essa importância somava-se as remessas das estradas-de-ferro, das Empresas Elétricas Brasileiras (Bond & Share), das companhias de seguro, de telégrafo e de serviços urbanos. Não sendo possível desatender a esses pedidos de transferência, na opinião do Diretor da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil, nada restava para o serviço da dívida pública externa, que se fazia com o sacrifício do pagamento das importações"<sup>20</sup>.

Em 1934 a metade das exportações do Brasil era destinada aos Estados Unidos, onde era adquirido um terço de suas importações. A entrada livre de cerca de 97,5% das exportações brasileiras nos Estados Unidos estava sempre sob a ameaça da adoção, por aquele país, de barreiras alfandegárias. Essa dependência reduzia o poder de barganha do Brasil em proteger-se contra a espoliação que os investimentos estrangeiros cometiam contra o país. Algumas figuras políticas, entretanto, como Oswaldo Aranha, firmavam posição sobre a atuação indiscriminada do capital estrangeiro no país.

"Mantém (...) controladas as transferências das companhias e, por edital, exige que elas declarem justificadamente as suas necessidades de transferência e os seus lucros no país' - aconselhou a Vargas. Era preciso evitar que capitais empregados no Brasil com concessões especiais e a longos prazos emigrassem, sob a capa de lucros e dividendos. 'Precisa o Governo conhecer esses lucros' - insistia Aranha. Ele descobrira que as companhias americanas de petróleo exportavam para elas mesmas no Brasil, faturando a gasolina pelo dobro do custo nos Estados Unidos. 'Fazem aí a venda com lucros sobre esse preço dobrado e exigem trans-

ferência para os dois lucros': A Bond & Share e outras empresas americanas, que obtiveram favores em concessões de 30 e 40 anos, também queriam pagar-se do capital em pouco tempo. 'Isso não pode ser - dizia Aranha a Vargas, recomendando que ele devia exigir a prova dos lucros e só permitir transferências justificadas, ficando esta atribuição a cargo do Banco do Brasil' "21.

A dívida externa herdada da velha República provocava negociações em condições desfavoráveis. Em 1935 a crise chegou a um ponto crítico. "Nada menos que doze países bloqueavam as divisas resultantes de exportações brasileiras. A Aliança Nacional Libertadora, que tinha no Partido Comunista do Brasil o seu núcleo mais combativo, reclamava, nas ruas, a suspensão definitiva das dívidas externas, por considerá-las pagas, e a nacionalização imediata de todas as empresas imperialistas" "22. A luta contra a espoliação imperialista chegava ao Estado, contagiando setores da administração pública. "Hipotecamos alfândegas, rendas, impostos e taxas. Firmamos contratos humilhantes, mas inexecutáveis. Comprometemos até, nos termos leoninos da maior parte dos contratos, a nossa soberania" "23 - expunha o Diretor da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil ao Ministro da Fazenda. O relatório prosseguia analisando os tributos e impostos do país, todos empenhados, e as três hipotecas a que foram submetidas as alfândegas brasileiras:

"Essas garantias não podem ser executadas, pois que importariam em alienação pura e simples de nossa soberania. Se nos termos dos contratos, não nos fosse possível pagar, fossem ocupadas as nossas alfândegas, arrecadados pelos nossos credores os nossos impostos, nada teríamos com que pagar a nossa força armada, o funcionalismo, os serviços públicos, a dívida externa. Os credores se substituiriam, no Brasil, ao poder público. Seria o fim, o aniquilamento, a morte da nacionalidade" "24.

Foram negociados acordos com os ingleses e americanos. Mas não puderam ser cumpridos e, com a instauração do Estado Novo, foi suspenso o pagamento da dívida externa. Franklin Delano Roosevelt, presidente dos Estados Unidos, demonstrou muito cuidado no tratamento da questão. Não podia correr o risco de perder o Brasil como aliado para o Eixo (Alemanha, Itália e

Japão) que disputava a preferência dos países latino-americanos. A política econômica do New Deal, que recuperara os Estados Unidos da crise de 29-33, estabelecera uma nova política de pan-americanismo. O cerco ao Brasil ia além do previsto no New Deal e foi lento, com desfecho extremamente bem arquitetado. Em 1939 toda a dívida externa do país foi transferida para os Estados Unidos. Americanos, ingleses e franceses foram pagos com um crédito de 19.200.000 dólares concedido pelo Export and Import Bank<sup>25</sup>. O preço desta tábua de salvação era o incentivo à "participação dos cidadãos norte-americanos (os trustes e os monopólios) no seu desenvolvimento econômico"<sup>26</sup>. A negociação envolvia a criação de um Banco Central, estímulos aos investimentos norte-americanos e a manutenção do câmbio livre<sup>27</sup>. Aos acordos econômicos se somaram acordos técnicos e militares, que aumentaram ainda mais a dependência.

Nos anos que antecederam a Segunda Guerra, os Estados Unidos demonstraram grande preocupação com as fontes de matérias primas dos países periféricos. Assim, o fornecimento ao Brasil de "capitais e técnicos para ajudar a exploração de borracha, fibras, óleos vegetais, manganés e o próprio minério de ferro, encobria, na verdade, a preparação do plano logístico"<sup>28</sup>. Essa necessidade de matérias primas e a simpatia de setores do Estado Maior das Forças Armadas pelos países do Eixo, possibilitaram que Getúlio Vargas usasse a aproximação com a Itália e a Alemanha como fator de barganha frente aos Estados Unidos.

A instalação de uma indústria siderúrgica, necessária para aprofundar o processo de industrialização, por não receber incentivo do capital norte-americano, começou a ser cogitada por financiamento com capital alemão da Krupp. Os norte-americanos queriam ter a propriedade da indústria siderúrgica no Brasil, ou pelo menos a associação com empresas brasileiras<sup>29</sup>. Em 1940, porém, temendo a concretização do projeto com o capital alemão, e depois de muitas negociações, o Governo dos Estados Unidos concedeu um crédito de 20 milhões de dólares para a instalação da siderúrgica por uma empresa do Estado brasileiro<sup>30</sup>.

O acerto sobre a indústria siderúrgica liberou uma série de negociações militares sobre a defesa do Brasil. A estratégia

americana preocupava-se com a possibilidade de invasão da América através do Atlântico, pela Alemanha que conquistara a África. Havia resistência, principalmente no Exército, à formação de uma frente com os norte-americanos. Iniciavam fortes pressões para garantir a permanência do Brasil na órbita dos Estados Unidos.

"O Tenente-Coronel Lehman W. Miller, que a chefiava (Missão Militar Americana), sugeriu a criação de um serviço secreto, para vigiar as atividades de todos os estrangeiros e simpatizantes de regimes antiamericanos; e propôs que o Governo de Vargas mobilizasse a opinião pública no sentido de facilitar o auxílio prestado pelos Estados Unidos (ação de tropas americanas) dissuadindo qualquer ataque, que porventura surgisse, na imprensa e no rádio, contra o imperialismo lanque, etc."<sup>31</sup>.

Foi formalizado o pedido de localização de unidades militares norte-americanas no Brasil, que passou a enfrentar forte oposição dentro do exército.

"O plano do Tenente-Coronel Miller consistia em obter que o Governo de Vargas, quando se tornasse necessário, pusesse à disposição das forças armadas dos Estados Unidos portos, enseadas, aeroportos e instalações aeronáuticas do Rio de Janeiro, Salvador, Maceió, Recife, Natal, Fortaleza, São Luiz do Maranhão, Belém e Amapá, estradas-de-ferro e de rodagem, principalmente as que serviam àquelas regiões, rádio, cabos, telégrafo e telefones, usinas de energia elétrica, alojamentos, hospitais, armazéns (incluindo gás e óleo), frigoríficos e abastecimento local, enfim, todos os setores vitais do Estado brasileiro. Ele não conseguiu, entretanto, a colaboração que pretendia e recriminou o Governo brasileiro, lamentando que nada estivesse resolvido, de acordo com seus esforços e expectativas"<sup>32</sup>.

O Brasil continuava comprando armamento da Alemanha, o que começou a causar complicações com os Estados Unidos e a Inglaterra, que chegou a aprisionar navios brasileiros com carregamento de armas. O Governo americano abriu, então, crédito para a aquisição de material bélico. Em julho de 1941 uma Missão Militar norte-americana no Brasil recomendava "a repressão dos subversivos pró-Eixo e a eventual limpeza da casa, com a remo-

ção dos militares e outros funcionários do Governo de Vargas, que não merecessem a confiança dos Estados Unidos, e a sua substituição por elementos americanófilos"<sup>33</sup>.

"O Governo de Vargas ainda mantinha, publicamente, uma atitude de neutralidade e escondia do povo a cooperação com os Estados Unidos, nos preparativos para a guerra"<sup>34</sup>. Em novembro de 1941, por pressão dos Estados Unidos, eram retiradas de operação no Brasil as empresas de aviação Lati (italiana) e Condor (alemã). Suspeitavam os Estados Unidos que estas empresas fizessem espionagem, fornecendo informações que permitiam o torpedeamento de navios aliados no Atlântico Sul<sup>35</sup>. A comunicação entre o Brasil e a Europa, realizada pela Lati e as linhas internas, exploradas pela Condor, passaram a ser realizadas pela Pan American Air Lines (norte-americana).

A 7 de dezembro de 1941, o ataque a Pearl Harbor finalmente justificou a entrada dos Estados Unidos na guerra. Imediatamente foi iniciada a instalação de bases operadas por mariners no Nordeste, com a permissão do Governo, mas ainda sob oposição de setores do Exército. Em fevereiro de 1942 essas bases foram ampliadas com o aumento do efetivo militar. A 21 de agosto de 1942, com o motivo imediato do torpedeamento de navios mercantes brasileiros, mas na realidade formalizando uma aliança já estabelecida de fato com os Estados Unidos, o Brasil declara-se em guerra com o Eixo. Mesmo sem objetivos militares próprios, a 30 de junho de 1944 iniciava a participação do Brasil no conflito, com o envio de 5.400 homens para a linha de frente na Itália.

"O Brasil não mais se conformava com o papel de simples escudeiro dos Estados Unidos, papel que desempenhou na guerra de 1914-1918. Se a partilha do mundo estava muito além de sua capacidade econômica e militar, nem por isso ele renunciava à pretensão de ordenar o seu próprio subsistema, como agência do imperialismo no Sul do Continente. Em outras palavras, queria o posto de aspirante a cavaleiro da finança internacional, a posição de colônia privilegiada, que pagava, com a lealdade, o direito de importar capitais e de armar-se"<sup>36</sup>.

No final da guerra uma onda de anti-americanismo dominava

na América espanhola. As posições nacionalistas da Argentina chegaram a levar o Estado-Maior do Exército brasileiro a cogitar uma invasão. Os Estados Unidos estimulavam esta animosidade. Falava-se que a Argentina tentava a formação de um "bloco com o Chile, Peru, Bolívia, Paraguai e Uruguai, um consórcio de países para comandar o mercado mundial de matérias primas, ferro, óleo, estanho, cobre, bórax, possuindo o monopólio de iodine e tanino, 40% de matérias para a indústria química e farmacéutica, 85% da exportação de linhaça, 70% de milho e 23% de algodão"<sup>37</sup>. Para garantir a posição brasileira pró-americana os Estados Unidos começaram a propor uma aliança defensiva com o Brasil, que vinha sendo sistematicamente evitada desde a Independência do Brasil. Em 1944 foi fechada a Sociedade de Amigos da América, que reunia os principais setores de oposição ao Estado Novo e tinha Oswaldo Aranha como vice-presidente. O episódio ocasionou a demissão de Aranha do cargo de Embaixador nos Estados Unidos.

A morte de Roosevelt em abril de 1945, colocou na presidência dos Estados Unidos Harry S. Truman, que "representava o espírito das grandes corporações americanas enriquecidas pela guerra"<sup>38</sup>. Truman adotou uma política externa agressiva, abandonando a máscara do "intervencionismo conciliatório do New Deal"<sup>39</sup>, o que dificultou ainda mais as relações com os países da América Latina.

Em junho de 1945, Getúlio criou a Comissão de Defesa Econômica, através da Lei Malalaia<sup>40</sup>, conforme ficou conhecida, que "lhe dava poderes para expropriar qualquer organização cujos negócios lesassem o interesse nacional, mencionando, especificamente, as empresas nacionais e estrangeiras, vinculadas aos trustes e cartéis"<sup>41</sup>.

"Em especial, tratava-se de preservar a 'economia nacional' e o 'interesse público' dos atos que pudessem prejudicar o seu funcionamento e expansão. Nesse sentido, a lei definia como nocivos ao interesse público os atos que envolvessem 'indústrias bélicas, indústrias básicas, empresas editoras, jornalísticas, de rádio e teledifusão ou divulgação e publicidade', e aqueles que resultassem da 'ação de empresas nacionais ou estrangeiras, notoriamente

te vinculadas a coalizões, trustes ou cartéis, ajustados no estrangeiro"<sup>42</sup>.

Vargas fortalecia-se com essa e outras medidas de caráter nacionalista e com a condução firme do processo de redemocratização. A redemocratização, desejada pelos Estados Unidos, entretanto, avançava perigosamente além dos passos iniciais dados com a "normalização do funcionamento das instituições; a marcação para 2 de dezembro de 1945 de eleições para a Presidência da República, Congresso, Governos Estaduais e Assembleias Legislativas; o restabelecimento das relações com a União Soviética, a 2 de abril de 1945, mediada pelos Estados Unidos; e a anistia aos presos políticos a 28 de abril do mesmo ano. O queremismo (Queremos Getúlio) pela permanência de Vargas no poder, conduzido pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), alinhava-se com a palavra de ordem do Partido Comunista do Brasil (PCB): "Constituinte com Getúlio". A perspectiva da continuidade do Getulismo não era bem vista externamente pelos Estados Unidos e internamente por certos setores das classes dominantes. A ameaça getulista fez com que os Estados Unidos passassem para a ofensiva política. Em setembro de 1945, o Embaixador norte-americano Berle Jr. pronunciou um discurso reclamando a realização das eleições e manifestando-se contrário à permanência de Getúlio no poder. O pronunciamento teve grande repercussão e provocou acirradas polêmicas. A 3 de outubro, comemorando o aniversário da insurreição de 1930, mais de cem mil pessoas desfilam no Rio de Janeiro, aclamando a manutenção de Getúlio. Discursando para a multidão, Getúlio respondeu ao embaixador norte-americano: "Não preciso buscar exemplos nem lições no estrangeiro. Possuímos os princípios de democracia nas nossas tradições de democracia política, étnica e social"<sup>43</sup>.

O confronto tornou-se iminente: coincidindo com as eleições gerais de 2 de dezembro, preparou-se uma visita da frota norte-americana, ao Rio de Janeiro. A 17 de outubro fracassava um golpe contra Perón, que obteve decisivo apoio dos trabalhadores que marcharam sobre Buenos Aires<sup>44</sup>. A 29 de outubro, um golpe militar depõe Vargas. Entre as primeiras medidas do governo provisório estava a revogação da Lei Anti-Truste e preparou-se a repressão aos partidos de esquerda que caracterizaria a importação da guerra-fria para o Brasil. O liberalismo

necessário para as reformas no plano econômico estabelecia, no plano político, novos e estreitos limites.

2.1.3 - Internacionalização da economia - A doutrina da política externa norte-americana adotada pelo presidente Harry Truman, após a morte de Franklin Roosevelt, ao mesmo tempo que incentivava o liberalismo político e econômico nos países periféricos, tomava como premissa a definição de um novo papel para os Estados Unidos no mundo, delineado ao final da Guerra: "somos o gigante do mundo econômico. Quer isto nos agrade ou não, o futuro padrão das relações econômicas depende de nós. O mundo está atento ao que deveremos fazer. A escolha é nossa"<sup>45</sup>. Começava a ser exercido o "estilo americano" e o seu implacável autoritarismo.

No Brasil, a deposição de Vargas atendeu a necessidade de instauração de um governo mais afinado com o novo "estilo" que surgia. A União Democrática Nacional (UDN), principal força política civil que articulou o golpe, defendia o capital estrangeiro, "necessário para os empreendimentos da reconstrução nacional e, sobretudo, para o aproveitamento de nossas reservas inexploradas, dando-se um tratamento equitativo e liberdade para a saída de juros"<sup>46</sup>. "A Constituição de 1946 e as normas políticas e econômicas adotadas pelos governantes instauraram a hegemonia dos princípios da 'livre iniciativa' e da 'igualdade de oportunidades para nacionais e estrangeiros'<sup>47</sup>". A elaboração da Constituição foi acompanhada de pressões pelas corporações norte-americanas e com ela garantiu-se a instauração de um novo modelo de "democracia representativa":

"O artigo 5º, sobre a concessão dos serviços de telégrafos e de radiocomunicações, interessava à ITT. Os artigos 151, 152 e 153, sobre a propriedade do solo e aproveitamento industrial das minas e jazidas, inquietavam a Standard Oil. Um cidadão americano, chamado Paul Howard Schoppel, chegou ao Rio de Janeiro, para acompanhar os trabalhos da Constituinte. Hospedou-se no Hotel Glória. O ex-presidente da República e senador Artur Bernardes denunciou-o. Schoppel era agente da Standard Oil. Tinha como objetivo a modificação do que dispunha a Carta do Estado Novo sobre a exploração do petróleo. E conseguiu-o. O artigo 153 da Constituição saiu conforme os seus desígnios. A

Constituinte trabalhou, disse Nelson Werneck Sodré, em clima de estado de sítio. O General Dutra acionou o dispositivo policial militar, que herdou da ditadura, para manter o povo afastado dos debates. Pereira Lira, Chefe de Polícia e advogado da Light & Power, proibiu a realização de comícios em todo o país e suspendeu as comemorações do Dia do Trabalho. Uma concentração, que os comunistas promoveram, no Rio de Janeiro, a 23 de maio de 1946, terminou sob as rajadas de metralhadoras. Os mortos e feridos, espalhados pelo Largo da Carioca, tomaram uma lição de democracia representativa<sup>48</sup>.

A orientação da política econômica voltou-se para uma nova composição com os interesses do imperialismo. O entreguismo no plano econômico, refletia-se numa completa submissão no plano político, que chegou a formalizar-se na "atitude espetacular de humildade e servilismo"<sup>49</sup> que foi o beijo dado pelo ex-Chanceler e deputado udenista Otávio Mangabeira na mão do General Eisenhower, em visita ao Rio de Janeiro. A prostração da burguesia brasileira não era compartilhada por setores da classe média e do proletariado, ativos politicamente. Um movimento nacionalista começou a ser formado. Em 1947, às vésperas do Congresso receber do Governo o ante-projeto do Estatuto do Petróleo, que consagrava o entreguismo desse recurso natural, a Justiça Eleitoral fecha o PCB. Poucos meses depois, todos os parlamentares eleitos em sua legenda tinham seus mandatos cassados. A repressão aos integrantes do movimento nacionalista prosseguiu com o fechamento da Confederação dos Trabalhadores do Brasil e a intervenção em 143 sindicatos.

O novo papel assumido pelo Estado na determinação da economia desconsiderava o planejamento visando o "desenvolvimento de uma economia nacional". Entre 1946 e 1947 foram gastas as divisas acumuladas durante a Guerra, desequilibrando-se o balanço de pagamentos: "não se estabeleceram quaisquer restrições à importação de mercadorias estrangeiras; as divisas eram livremente adquiridas no mercado; e a taxa cambial fora mantida ao nível de pré-guerra, o qual não correspondia mais à realidade"<sup>50</sup>.

O gasto de divisas, ao contrário do que ocorria na política econômica do Governo anterior, não foi canalizado para a

importação de bens de capital, mas sim "na importação de artigos de consumo supérfluo ou suntuário, bem como em viagens de turismo ao exterior"<sup>51</sup>. Para garantir esse "liberalismo" não foi ativada a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), criada pelo Governo Vargas a 2 de fevereiro de 1945 para controlar importações, compra e venda de ouro, remessa de lucros, operações cambiais e bancárias, e pagamentos de dividendos e royalties. Esse órgão, que ainda tinha como atribuição a formulação de uma política cambial, foi mantido inútil no período 46-47.

No período seguinte, entre 1947 e 1950, agravou-se o desequilíbrio do balanço de pagamentos, obrigando o governo a adotar um regime de licença prévia para as importações. Por pressões dos partidos políticos de oposição, foi estabelecida uma escala de prioridades de importações, que beneficiava equipamentos, máquinas e implementos, matérias primas e combustíveis necessários à indústria. Para enfrentar as dificuldades foi criado o plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia) que reunia uma soma de sugestões apresentadas pelos diferentes Ministérios do Governo Federal, e coordenados - em termos administrativos e contábeis - pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP)<sup>52</sup>. Mas o plano resultou em quase nada.

Em 1948 foi constituída a Comissão Mista Brasileiro-Americana, que ficou conhecida como Missão Abbink, para analisar a problemática econômica brasileira. Entre os estudos e recomendações formuladas por essa comissão encontram-se a crítica ao "excessivo protecionismo alfandegário, para favorecer o crescimento da indústria"<sup>53</sup> e a proposta de que o Brasil se valesse do capital estrangeiro para reduzir a dependência da importação de petróleo. Os resultados gerais do trabalho da Comissão estabeleciam as linhas gerais para um aprofundamento da política governamental privativista e internacionalizante da economia brasileira, adotada depois de 1945.

A política salarial foi conduzida exclusivamente de acordo com os critérios de desenvolvimento da empresa privada. Entre 1946 e 1950 o salário mínimo não foi reajustado uma única vez.

Como o último reajuste datava de 1943, o poder aquisitivo decaiu enormemente com a intensa inflação. Adotava-se assim, uma política de confisco salarial que só beneficiava a acumulação de capital. A grande movimentação política ocorrida entre 1945 e 1946, após a queda do Estado Novo, foi abafada pela repressão sistemática que a Guerra Fria e o anticomunismo justificavam.

Os Estados Unidos, promovendo a Guerra Fria, estendiam seu manto para acolher os países "em perigo". Em 1949 surgiu nos Estados Unidos o Ponto IV, que enunciava programas de "assistência e cooperação com as 'áreas subdesenvolvidas', como parte de um programa em favor da 'paz e da liberdade'<sup>54</sup>". Enquanto isso, as grandes corporações norte-americanas disputavam acirradamente o controle dos recursos, do refino e da comercialização do petróleo no Brasil<sup>55</sup>. Também as companhias siderúrgicas de Volta Redonda e do Vale do Rio Doce, passaram a ser cobçadas pelos grupos financeiros internacionais, que defendiam a sua privatização. Eleito senador, Getúlio Vargas passa a mover campanha contra a penetração estrangeira na economia brasileira. A crise política e econômica do modelo de inspiração "internacionalizante" garantiriam a Getúlio o apoio das classes médias e trabalhadoras na sua recondução ao poder, desta vez pela via eleitoral, em 1950. Era a manifestação possível desses setores da população contra a pressão imperialista que se agitantava.

## 2.2 - O modelo privatista

Em 1930 haviam 19 emissoras de rádio operando oficialmente no país, todas elas localizadas nos grandes centros urbanos. A escuta dos "programas" de rádio era um hábito da moda e a crescente audiência despertava a atenção para a sua utilidade como divulgador de mensagens comerciais. O financiamento da operação das emissoras, inicialmente a cargo dos sócios dos rádio-clubes ou rádio-sociedades, com o aumento dos custos dos programas e com a sofisticação dos equipamentos, passou a ser garantido pela publicidade. A princípio, como uma forma de participação comunitária na sustentação da emissora o que garantia "status" à cidade, e posteriormente pela sua importância comercial, a publicidade passou a financiar integralmente as emissoras. Constituinte um ótimo negócio, tanto para os radiodifusores que

passaram a auferir lucros, como para os empresários, que tiveram os seus negócios incrementados, em poucos anos o rádio superaria a imprensa na captação das verbas publicitárias. Essa evolução foi acompanhada pela mudança do caráter das entidades executoras do serviço de radiodifusão que passaram a se organizar como empresas.

Quando surgiu o primeiro<sup>56a</sup> estatuto legal que regulava a execução "dos serviços de radiocomunicações no território nacional", a 27 de maio de 1931, consolidou-se juridicamente uma instituição que, de fato já predominava: a exploração privada comercial da radiodifusão. Resultado da preocupação de Getúlio Vargas com a utilização do rádio, o decreto 20.047 consagrou as bases do modelo privativista comercial vigente até hoje no país.

O decreto atribuía à "competência da União todos os serviços de radiocomunicações", que poderiam ser executados mediante concessão outorgada por decreto presidencial, por "sociedades civis ou empresas brasileiras idôneas", desde que fossem comprovadamente controladas por brasileiros. O decreto 20.047 ainda estabelecia que os serviços das sociedades civis de radiodifusão em atividade, poderiam continuar a ser executados, a título precário, desde que estes se subordinassem às exigências legais por ele formuladas e especialmente às "exigências educacionais". Definindo os serviços de radiodifusão como de "interesse nacional e finalidade educacional", o decreto previa a constituição de uma "rede nacional que atenda aos objetivos de tais serviços". A orientação educacional dessa rede nacional cabia ao Ministério da Educação e Saúde Pública e a sua fiscalização técnica competia ao Ministério da Viação e Obras Públicas. Entretanto, pouco foi feito para atender estes requisitos da legislação, e o caráter dominante da radiodifusão brasileira ficou sendo a exploração comercial do serviço.

O decreto 20.047 também criava a Comissão Técnica do Rádio, com a competência de estudar as questões de caráter técnico suscitadas na aplicação da legislação, coordenar as freqüências e potências utilizadas e prestar outros serviços de consultoria técnica. Subordinada ao Ministro da Viação e Obras

Públicas, a Comissão Técnica do Rádio era composta<sup>56b</sup> por um presidente de livre escolha do ministro e quatro técnicos de "reconhecida competência em radioeletricidade", sendo dois do Departamento de Correios e Telégrafos, um do Exército e um da Marinha, designados pelos respectivos ministros.

A regulamentação dos serviços de radiocomunicações foi instituída pelo decreto 21.111 de 1 de março de 1932, estabelecendo algumas limitações à exploração comercial da radiodifusão. O artigo 73 deste decreto permitia a propaganda comercial, durante a execução dos programas, "por meio de dissertações proferidas de maneira concisa, clara e conveniente à apreciação dos ouvintes, observadas as seguintes condições":

a) o tempo destinado ao conjunto dessas dissertações não poderá ser superior a dez por cento (10%) do tempo total de irradiação de cada programa;

b) cada dissertação durará, no máximo, trinta (30) segundos;

c) as dissertações deverão ser intercaladas nos programas, de sorte a não se sucederem imediatamente;

d) não será permitida, na execução dessas dissertações, a reiteração de palavras ou conceitos".

O controle dos serviços de radiodifusão executados pelos concessionários era bastante rígido, pelo menos em tese, e o regulamento estipulava, entre outras determinações: o prazo máximo da concessão, em dez anos, renovável a juízo do Governo; a intransferibilidade, direta ou indireta, da concessão; a proibição de ser firmado qualquer convênio, acordo ou ajuste com outras companhias ou empresas de comunicações, sem prévia aprovação do Governo. De acordo com o artigo 27 do decreto 21.111, eram passíveis de cassação os concessionários que violassem, entre outros itens, as alíneas: "s) submissão ao regime de fiscalização que for estabelecido pelo Governo;" e "t) obrigação de, em qualquer tempo, serem prestadas ao Governo informações que permitam ajuizar do modo como está sendo explorada a concessão".

Essa legislação, que começou a surgir no país a partir de 1930, revela em suas grandes linhas, a nítida influência do modelo político da radiodifusão norte-americana. O decreto 20.047 de 1931 possui grande semelhança com a Lei do Rádio, norte-americana, de 1927: ambas confirmam o princípio de que o espectro rádio-elétrico só pode ser utilizado pelo Governo, ou por particulares mediante licenças provisórias; e ambas criam órgãos vinculados à Presidência da República, responsáveis pela política de radiodifusão (nos Estados Unidos a Comissão Federal do Rádio - criada em 1927 e transformada na Comissão Federal de Comunicações (FCC) em 1934 - e no Brasil a Comissão Técnica do Rádio).

A criação institucional iniciou no Brasil com grande atraso, em relação aos Estados Unidos, que já em 1912 possuíam uma Lei do Rádio<sup>57</sup>, devido ao lento desenvolvimento da radiodifusão no Brasil. Enquanto nos Estados Unidos em 1925 já haviam 500 estações operando regularmente, às quais se somavam 1.400 estações menores operadas eventualmente<sup>58</sup>, o Brasil em 1930 possuía apenas 19 estações e só foi atingida a casa das 250 emissoras em 1950<sup>59</sup>. Igualmente é desproporcional o número de aparelhos de rádio disseminados pelo país: em 1930 os Estados Unidos possuíam 13 milhões de receptores, cifra que só foi alcançada pelo Brasil em 1967.

O caráter dependente e as limitações da economia brasileira determinaram que só na década de 60 ocorresse um desenvolvimento do rádio semelhante à fase áurea do rádio norte-americano, verificada de 1930 a 1940 e retomada entre 1945 e 1950. Por mais paradoxal que pareça, um amplo desenvolvimento do rádio no Brasil só foi ocorrer dez anos depois de implantada a televisão. Até serem conjugadas as condições favoráveis à sua efetiva expansão, a popularidade do rádio ficou restrita aos centros urbanos, onde exerceu importante papel na cultura brasileira a partir da década de 30.

As proporções do desenvolvimento do rádio até 1930, portanto, não provocaram conflitos de interesse com a intensidade dos surgidos nos Estados Unidos. Esses conflitos ficariam latentes até a década de 60, quando as condições sócio-econômicas

permitiram uma acentuada expansão do rádio e da televisão. Isso não significa que, dentro dos seus limites, não se estabelecesse um acirrado jogo de interesses. Pelo contrário, à medida que se aguçava a exploração comercial do serviço de radiodifusão, aumentava a capacidade de organização e reação dos empresários. O pequeno número de emissoras existentes, nesse período, limitava a competição e possibilitava a união na luta pelos objetivos comuns.

A 19 de junho de 1933 surgia no Rio de Janeiro a Confederação Brasileira de Radiodifusão (CBR), entidade pioneira na representação do empresariado do setor. Aos poucos os empresários começaram a fixar metas e posições na defesa de seus interesses. Uma polêmica provocada em 1933 pela Associação Brasileira de Autores Teatrais, que defendia o pagamento de direitos autorais sobre obras irradiadas, por exemplo, foi respondida com uma greve, comandada pelas emissoras cariocas, que durou quase uma semana<sup>60</sup>. Também a pretensão das gravadoras em cobrar a "quantia absurda de 1\$000 por disco irradiado" foi respondida com violência<sup>61</sup>.

Por outro lado, os interesses despertados pelo rádio passaram a gerar acirradas disputas políticas pelas concessões e em 1933 denunciava-se a "nababesca distribuição de favores" que se "constituem no panamá da nova República", e a ilegalidade da Comissão Técnica do Rádio "agindo fora de suas atribuições técnicas" e "propondo medidas completamente contrárias às disposições regulamentares do decreto 21.111"<sup>62</sup>.

Com o passar do tempo, a improvisação com que o Governo controlava a radiodifusão começou a ser objeto de críticas por parte dos empresários. A subordinação do rádio a "órgãos distintos", como o Ministério da Viação e Obras Públicas e o Ministério da Educação e Saúde Pública, e a "normas diversas" muitas vezes conflitantes, começou a ser apontada como a causa da asfixia do seu desenvolvimento em mãos da iniciativa privada. A falta de dinamismo do poder público realmente justificava muitas críticas e pode ser avaliada pela instituição, somente em 1935, do regimento interno da Comissão Técnica do Rádio, criada em 1931.

Novo órgão de pressão é fundado a 12 de junho de 1934: a Federação Paulista das Sociedades de Rádio, mais tarde denominada Associação das Emissoras de São Paulo (AESP), que inicia uma luta pela reforma da legislação vigente. A dependência do Poder Executivo ditatorial era um dos maiores motivos de insatisfação dos empresários e a Federação elaborou um Código de Princípios para "pelo menos, regular as relações entre as empresas, enquanto se esboçavam alguns projetos normativos e vários contatos eram promovidos com as autoridades competentes sem nenhum resultado positivo"<sup>63</sup>.

A força que os empresários adquiriam lhes permitiu arrancar várias facilidades do Governo. A 11 de julho de 1934 era aprovado o decreto 24.655 que dispunha sobre a concessão e a execução de serviços de radiodifusão. Esse decreto fixou, em seu artigo 6º, condições mais favoráveis para a divulgação de publicidade, ampliando significativamente os limites estabelecidos até então pelo decreto 21.111 de 1932:

"a) o tempo destinado ao conjunto dessas dissertações não poderá ser superior a 20% do tempo total de irradiação de cada programa;

b) cada dissertação durará, no máximo, 60 segundos, e nos dias úteis entre 7 e 16 horas esse máximo poderá ser elevado a 75 segundos".

Aprovado o decreto, os protestos dos empresários se voltaram para a obrigação do depósito de "50% do valor das instalações" das empresas, como pré-requisito para habilitação das concorrentes a concessões. Nova vitória: três dias depois, o decreto 24.772 de 14 de julho de 1934 retificava que a obrigação do depósito devia corresponder a "um terço do valor das instalações".

Os empresários conseguiram, também, eliminar as limitações no número máximo de estações por região, fixado pelo artigo 59 da Portaria nº 269 de 31 de março de 1936, que estava assim formulado:

"art. 59. Dadas a exiguidade de frequências para os serviços de radiodifusão e a necessidade de distribuição equitativa de esta-

ções pelo território nacional, fica limitado o número de estações de acordo com o seguinte critério:

Distrito Federal, 7;  
São Paulo (capital), 5;  
Porto Alegre, 2;  
Cidade de Salvador, 2;  
Recife, 2;  
Belo Horizonte, 2;  
Capitais de outros Estados, 1;  
Cidades do interior, 1.

Parágrafo único. Não serão outorgadas concessões para o estabelecimento de estações em localidades situadas a menos de 300 quilômetros das capitais ou de outras cidades onde já existam estações potentes, nem em cidades do interior situadas a menos de 200 quilômetros de outras já providas de estações".

O parágrafo único do artigo 59 deste decreto foi substituído, posteriormente, com a Portaria nº 87 de 8 de fevereiro de 1939, pela seguinte redação:

"Os pedidos de permissão serão apreciados isoladamente pela Comissão Técnica do Rádio que opinará sobre a conveniência e possibilidade técnica de atendê-los, tendo em vista o interesse público apreciado do ponto de vista da situação demográfica, geográfica, econômica e social da localidade pleiteante e o desenvolvimento racional da rede de radiodifusão no território brasileiro".

Essa atribuição de competência à Comissão Técnica do Rádio implicou na absoluta desconsideração dos limites anteriormente fixados. O Governo além de ceder às pressões para facilitar o aumento indiscriminado de emissoras no interior, também abriu mão dos limites fixados para as capitais e cidades do interior e permitiu, não só a concentração geográfica das emissoras, mas a concentração de concessões por grupo empresarial. Algumas empresas foram beneficiadas por várias concessões num mesmo estado e às vezes até numa mesma cidade. Só para citarmos dois exemplos, Curitiba e Porto Alegre hoje possuem 15 estações de rádio em AM e outras tantas em FM.

A Portaria nº 87 de 8 de fevereiro de 1939, que liberou a instalação de emissoras no interior, subordinando-a ao parecer da Comissão Técnica do Rádio, seguia o caminho aberto pelo de-

creto-lei 714 de 20 de setembro de 1938. Esse decreto autorizava o Ministério da Viação e Obras Públicas a "permitir a montagem de estações radiodifusoras de caráter local, com potência de 100 a 250 watts, em cidades do interior com menos de 100.000 habitantes". Assim, a instalação dessas emisoras não necessitava mais da concessão outorgada por decreto presidencial, mas de simplex permissão do Ministério da Viação e Obras Públicas. Essa medida, sem dúvida, liberalizou em muito o surgimento dessas estações de rádio, dando margem à prevalência de critérios arbitrários e interesses políticos.

Mas a grande aspiração dos empresários era a elaboração de um Código Brasileiro de Radiodifusão. Por isso, causou grande contentamento a designação, através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), de uma comissão mista encarregada de elaborar o 1º Projeto do Código, que unificaria em um só estatuto os vários decretos, regulamentos e portarias existentes. Depois de quase um ano de trabalhos, o projeto elaborado sob a tutela do órgão que estabelecia as normas de política e censura no país, foi esquecido<sup>64</sup>.

Em 1944 novo projeto elaborado pelos radialistas foi entregue ao presidente Vargas sem que decorresse qualquer medida prática<sup>65</sup>. A realização em 1946, após a queda de Getúlio, do 1º Congresso Brasileiro de Radiodifusão, no Rio de Janeiro, redundou no 8º Projeto do Código Brasileiro de Radiodifusão. Entregue ao presidente Eurico Gaspar Dutra este projeto também caiu no esquecimento.

Em 1947, com o Congresso Nacional revigorado pela Constituição de 46, após a ditadura do Estado Novo, a luta se estendia ao legislativo com a apresentação do Projeto de Lei nº 3, que criava o Código Brasileiro de Radiodifusão, de autoria do deputado Bertho Condé, inspirado pela Federação Paulista das Sociedades de Rádio. No ano seguinte, uma Comissão Mista da Câmara dos Deputados, criada para examinar a matéria, apresentava o Projeto nº 1234<sup>66</sup>.

Enquanto o Código não surgia, os empresários somavam vitórias políticas, obtidas diretamente sobre os órgãos governamen-

tais responsáveis pela radiodifusão. Em 1937, pela Portaria nº 534 de 22 de novembro de 1937, eram aprovadas as instruções "para permissão, a título precário, de estações de radiodifusão de ondas intermediárias e curtas". Essa portaria também contornava a esfera presidencial, eximindo a instalação de emissoras de ondas intermediárias e curtas da necessidade de aprovação por decreto presidencial, embora estas pudessem ser exploradas comercialmente em âmbito internacional, nacional e regional. O número de 5 emissoras em ondas curtas fixado para o país (uma emissora em Belém, Recife e São Paulo e duas no Distrito Federal, sendo uma da União), foi posteriormente revogado. A Portaria nº 403, de 24 de maio de 1945, substituiu as prescrições do limite de 5 emissoras pelo seguinte dispositivo:

"Até que se organize um plano geral para a execução do serviço de radiodifusão sob bases estritamente técnicas e que atenda aos interesses nacionais, a distribuição de estações pelo território nacional obedecerá ao critério que em cada caso, quanto à sua localização, for estabelecido pelo Governo".

Assim, foi sendo constituído o modelo jurídico da radiodifusão brasileira, baseado na exploração comercial desse serviço público. A evolução da legislação correspondeu fundamentalmente, no período de 1930 a 1950, às necessidades de expansão das empresas de radiodifusão, ensejando graves distorções incorporadas estruturalmente, que limitaram sua utilização para fins sociais. As funções educacionais e culturais que a legislação previa serem estimuladas pelo Governo, jamais o foram a contento e as experiências realizadas foram condicionadas pelos interesses privados que manipulavam as emissoras. O rádio existiu, quase unicamente, como um veículo publicitário que passou a absorver a maior parte das verbas publicitárias destinadas à imprensa.

Embora o controle global da radiodifusão estivesse rigorosamente submetido ao regime autoritário de Vargas e depois de Eurico Gaspar Dutra, os governos não deixaram de transigir na cessão de facilidades aos empresários, beneficiando a exploração privatista, e cedendo espaço à sua expansão. O modelo, com todos os seus inconvenientes, seria a herança deixada para

a institucionalização da televisão que, desde a sua implantação, não deixou ilusões quanto aos interesses a que se destinaria a servir. O Código pretendido pelos empresários só foi aprovado em 1962, mediante violentas pressões sobre o Congresso.

### 2.3 - A produção cultural do rádio

Durante a Revolução Constitucionalista de 1932, que sublevoou São Paulo na luta pela volta ao estado de direito e pela convocação de uma Assembléia Constituinte, o rádio incorporou-se ao trabalho de agitação que vinha sendo realizado pela imprensa. Os revolucionários paulistas compreenderam que, ao lado do Estado de São Paulo, A Gazeta e o Correio de São Paulo, o rádio podia desempenhar um ativo papel de politização das massas urbanas. Foi formada, então, uma rede paulista de comunicações, em cuja programação se destacavam as crônicas de Rubens Amaral<sup>67</sup> e a locução de César Ladeira. As transmissões da rede paulista de emissoras, à noite, atingiam diversos estados brasileiros e tinham concorrida audiência de milhares de ouvintes privados de informações sobre os acontecimentos pela censura imposta pelo Governo central. O poder mobilizador do rádio, entretanto, superado esse momento de crise, seria cuidadosamente capitalizado, de um lado pelo Estado que passou a estabelecer sobre ele uma rigorosa censura e, de outro, pelos interesses privados que o instrumentalizavam para estimular o mercado.

A programação do rádio baseou-se, desde logo, em duas vertentes de grande apelo popular: o futebol e a música popular. O futebol, que sempre foi bem recebido pelo público, sofreu um período de adaptação ao rádio. Entre 1930 e 1933 registram-se relatos de proibições, por parte dos clubes, de irradiação de partidas de futebol, o que obrigava as emissoras, muitas vezes, a "instalar observatórios em pontos elevados, para que, de binóculo, o speaker"<sup>68</sup> realizasse a transmissão. Nessa época notabilizou-se Amador Santos, conhecido como o speaker acrobata pois, inúmeras vezes, para furar proibições, subia em "palanques de madeira (que são chamados observatórios) e, mesmo, o galinheiro de uma propriedade residencial, em ponto elevado"<sup>69</sup>. A noite Amador Santos era "obrigado a usar óculos

escuros para proteger-se contra os possantes holofotes que os clubes assestavam contra o seu posto de observação, com o objetivo de ofuscar-lhe a visão"<sup>70</sup>. Todas essas peripécias só serviam para aumentar o interesse do público até que, aos poucos, os clubes percebessem que a cobertura radiofônica era um bom negócio. Profissionalizado em 1933, o futebol passou então a crescer junto com o rádio.

A música popular esteve presente desde que o rádio procurou ampliar suas faixas de público ouvinte e, se lhe deu caminhos para a sua popularização, também lhe deve muito, no excepcional impulso experimentado desde o final da década de 20. Ademar Casé, Renato Murce, Gastão Lamounier, Luiz Vassalo, são alguns nomes de programistas particulares<sup>71</sup>, responsáveis pelo recrutamento de artistas para a realização de programas ao vivo e pelo agenciamento de patrocínio publicitário. Toda uma grande geração de artistas que abriram novos rumos para a música popular brasileira foi lançada pelo rádio. Pixinguinha, Francisco Alves, Noel Rosa, Orlando Silva, Nuno Rolando, Carmem e Aurora Miranda, Linda e Dircinha Batista, Ciro Monteiro, Marília Batista, Sílvio Caldas, Ari Barroso, são alguns dos expoentes que emergiram nesta época. As expressões desses novos valores culturais difundiam-se amplamente nos grandes centros, integrando horizontalmente as massas urbanas, com uma ideologia característica.

O rádio começou a perder seu caráter amadorístico e de improvisação quando o custo dos programas passou a ser financiado pela publicidade. As obrigações comerciais contraídas exigiram que fossem elaboradas programações estáveis, que carreassem sistematicamente a atenção do público. Desde o início da década de 30 os programas assumiram feições mais elaboradas, passaram a ser periódicos e se diversificaram. Em 1931 surgiam os primeiros programas humorísticos, de variedades e de rádio-teatro. "Rádio Miscelânea", "Programa Casé", "Esplêndido Programa" e "Horas do Outro Mundo", são exemplos de programas que apresentavam músicas, enquetes, poesia, piadas e sátiras, com grande receptividade de público.

Fazer rádio já era um bom negócio em 1934 quando César

Ladeira assumiu a direção artística da Mayrink Veiga do Rio de Janeiro. Com um timbre de voz privilegiado e já conhecido por um grande número de radiouvintes pelo seu trabalho na locução da rede paulista de comunicações, durante a revolução constitucionalista, César Ladeira iniciou fazendo sucesso no Rio de Janeiro. César Ladeira imprimiu um novo modelo ao rádio brasileiro, implantando uma programação efetiva, dividida em horários conforme sua especialidade e inserindo compartimentos de publicidade. Abandonando a radiodifusão rotineira, sem criação, César Ladeira adotou um padrão revolucionário para a radiodifusão de entretenimento, baseada em crônicas, comentários e no pequeno e no grande teatro. Além disso, deu maior dinamismo aos programas musicais, criando shows e usando um modo especial de referir os artistas, dando-lhes um adjetivo consagrado<sup>72</sup>. O surgimento de A Garota Notável (Carmem Miranda), O Rei da Voz (Francisco Alves), o Cantor Que Dispensa Adjetivos (Carlos Galhardo), o Seresteiro Incorrigível (Sílvio Caldas), despertou o rádio brasileiro para uma fase em que o tratamento da programação deixou de ser improvisada. Também a publicidade deixava de ser improvisada e foi nessa época que os ouvintes começaram a se acostumar com nomes como Untisal, Toddy, Esso, Sonrisal, Cafiaspirina, que iniciavam suas grandes campanhas.

Em 1935, com a inauguração da rádio Jornal do Brasil, adotando uma programação gabaritada e de elite, inicia o período de especialização das emissoras. Um ano depois surge a Rádio Nacional do Rio de Janeiro, que obteve grande popularidade, particularmente por seus programas de auditório e, especialmente depois de 1940, quando passou da órbita privada para a governamental.

A programação elaborada pela Rádio Nacional superou o prestígio desfrutado pela Rádio Mayrink Veiga. A fase de introdução de uma programação estável estava superada e a Rádio Nacional avançou diversificando e aumentando a qualidade técnica dos programas. Com a preparação prévia dos roteiros, e uma produção organizada, foi inaugurada a época dos "programas montados"<sup>73</sup> que consistia na apresentação sucessiva de músicos, maestros, cantores, arranjadores, comediantes, locutores, etc. Ganharam destaque nesta fase os programas de humorismo, os

shows musicais e de "perguntas e respostas" e o rádio-teatro, com gêneros de suspense, romance, policial e novelas serializadas. A especialização conduziu ainda à criação de programas esportivos e outros, destinados aos públicos femininos e infantis.

Com a instauração do Estado Novo aumentou o controle do Governo sobre as emissoras de rádio. Esse controle, entretanto, restringia-se ao conteúdo político da programação, em nada resultando além de evitar que certos temas fossem levados ao ar. O órgão encarregado da censura nas emissoras de rádio e na imprensa era o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), vinculado ao Ministério da Justiça, que também fazia a divulgação dos atos governamentais. "Uma sala especial foi montada para o controle das estações de rádio. Cada estação tinha um censor responsável que acompanhava, nos seus três períodos de funcionamento, os vários programas, anotando o que de estranho se verificasse"<sup>74</sup>. Além da censura o DIP distribuía verbas de publicidade do Governo entre os jornais e as emissoras: "Jornais enriqueceram e jornalistas se corromperam, o quanto era possível enriquecer-se e corromper-se"<sup>75</sup>. Também data de 1937 a criação do Código de Imprensa, que "tornava ilegal qualquer referência desrespeitosa às autoridades públicas"<sup>76</sup>. Neste mesmo ano foi criada a "Hora do Brasil", emissão radiofônica diária sobre os atos dos órgãos governamentais e do presidente, que todas as emissoras eram obrigadas a retransmitir em cadeia nacional.

O estabelecimento de "assuntos proibidos" durante o regime ditatorial de Vargas, ao mesmo tempo que restringia a atuação das emissoras, liberava o lugar comum, a vulgaridade, o popularesco. O interesse despertado pela informação, durante a Segunda Guerra, provocou um desenvolvimento do rádio-jornalismo. Passando da simples leitura das notícias publicadas pelos jornais à montagem de departamentos próprios, criou-se um estilo próprio de cada emissora apresentar seu noticiário, invariavelmente precedidos de uma "vinheta musical"<sup>77</sup> que os tornavam inconfundíveis. Os noticiários foram incluídos de hora em hora na programação da maioria das emissoras, geralmente patrocinados pelos grandes anunciantes. Marcou época, impondo um padrão de noticiário, o Repórter Esso, patrocinado pela Standard Oil,

"dando um novo estilo à informação com um tipo de noticiário suscito, ágil, vibrante, de cinco minutos exatos de duração"<sup>78</sup>.

A programação das emissoras, assim, moldava-se de acordo com três fatores principais: a censura oficial que impedia a abordagem de temas políticos ou de conotação política desfavorável à ditadura; a grande publicidade que manipulava as verbas pressionando economicamente em nome dos interesses que representava; e o "gosto popular", avaliação arbitrária baseada no que, dentro desses rígidos limites, tinha maior ou menor aceitação. Esses condicionamentos reduziram o rádio, sob o controle dos interesses privados, a um simples "dispositivo de marketing, tendo como determinantes do conteúdo as necessidades do mercado em vez dos impulsos naturais dos autores ou as necessidades dos ouvintes"<sup>79</sup>.

As poucas experiências no sentido de fazer com que o rádio assumia funções distintas do enriquecimento de particulares foram, neste período da radiodifusão brasileira, demasiado efêmeras e incoseqüentes para que sequer mereçam ser avaliadas com profundidade. O esforço dos interesses privados dominantes ultrapassa à simples defesa da legitimidade do usufruto de um bem público, como o é a radiodifusão: "ao mesmo tempo, fazem com que os caminhos para outras alternativas pareçam indesejáveis, ou impedem que a existência desses caminhos se torne conhecida"<sup>80</sup>. O público ouvinte, maravilhado com a evolução da tecnologia, não vislumbra outra possibilidade de utilização socialmente útil das imensas potencialidades da radiodifusão. Entre os que não perderam essa perspectiva encontra-se Roquette Pinto, um dos pioneiros do rádio, que tinha uma visão inegavelmente altruísta, considerando-o como "o jornal dos que não sabem ler, o mestre de quem não pode ir à escola"<sup>81</sup>. O pensamento de Roquette Pinto nunca chegou a encontrar correspondência prática, exceto em algumas poucas tentativas esporádicas e passageiras, que acabaram sendo diluídas na soberania da mesquinhez dos interesses nacionais e internacionais envolvidos na radiodifusão. As críticas à excessiva comercialização de nossas rádios levaram a Comissão Brasileira do Rádio a realizar, em 1933, uma cadeia com as seis emissoras existentes no

Rio de Janeiro, para transmitir um programa "educativo e cultural", denominado "Quarto de Hora da Comissão Rádio-Educativa da CBR". Esse programa era levado ao ar das 18h45min às 19h, e esteve no ar durante pouco tempo<sup>82</sup>. Na verdade, a criação desse programa constituía uma forma de negociar a imagem das emissoras, junto ao público e ao Governo, que realizava algumas pressões para que a legislação fosse cumprida, e a radiodifusão atendesse seus objetivos fixados em lei.

Talvez a experiência mais rica, realizada em toda a história da radiodifusão brasileira, tenha sido a "Universidade do Ar", criada a 19 de abril de 1941 e transmitida pela Rádio Nacional do Rio de Janeiro, então sob o controle do poder público. Com seus cursos paralelos ao das Faculdades de Filosofia, a "Universidade do Ar" funcionou durante três anos, diplomando cerca de 5.000 alunos, número expressivo para a época e mesmo hoje, em relação aos cursos realizados pelo rádio. As atividades da "Universidade do Ar", encerradas em 1944, entretanto, jamais foram retomadas. E essa experiência ficou sendo mais uma que se diluiu na exploração mercantil que é submetida a radiodifusão.

#### 2.4 - O papel da radiodifusão

A depressão econômica mundial de 1929 a 1933 provocou a crise fatal para a hegemonia do setor agrário-exportador. Estimulado pela política de valorização sustentada por grupos financeiros internacionais, o setor cafeeiro produzia muito mais do que o mercado externo tinha condições de absorver. A produção superava a exportação desde 1925 e a solução buscada para a crise foi através da queima de 80 milhões de sacas de café, o equivalente a três anos do consumo mundial do produto<sup>83</sup>. Responsável por mais de 80% das exportações do país durante a década de 20 (e também o seria durante a década de 30)<sup>84</sup>, o café tinha os seus preços aviltados pela superprodução. Além disso, aumentava a produção dos países que competiam com o Brasil na exportação de café. A extrema dependência da economia, sustentada pela hegemonia política das oligarquias rurais, tornava crítica a inadequação da superestrutura com a base econômica. As forças produtivas estavam sendo entravadas pelo sistema político e administrativo controlado pelas oligar-

quias.

Na Revolução de 1930 as tensões estruturais encontraram expressão no plano político: as contradições econômicas, sociais e culturais tornam insustentável o domínio do Estado oligárquico. A mudança de conteúdo do Estado implica numa revisão dos padrões, valores e instituições do tipo capitalista<sup>85</sup>. Essas transformações operadas no subsistema econômico brasileiro, embora não atingissem a causa fundamental da dependência, que era a produção de gêneros especialmente destinados ao comércio exterior, serviu para integrar o Brasil às exigências mais amplas do sistema capitalista mundial<sup>86</sup>. Reformulou-se a dependência estrutural brasileira, reduzindo-se a intensidade do seu automatismo em relação ao sistema capitalista mundial e desafiando-se as forças produtivas.

"A Revolução de 1930 marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial. Ainda que essa predominância não se concretize em termos da participação da indústria na renda interna senão em 1956, quando pela primeira vez a renda do setor industrial superará a agricultura, o processo mediante o qual a posição hegemônica se concretizaria é crucial: a nova correlação de forças sociais, a reformulação do aparelho e da ação estatal, a regulamentação dos fatores, entre os quais o trabalho ou o preço do trabalho, tem o significado, de um lado, de destruição das regras do jogo segundo as quais a economia se inclinava para as atividades agrário-exportadoras e, de outro, de criação das condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno. Trata-se, em suma, de introduzir um novo modo de acumulação, qualitativa e quantitativamente distinto, que dependerá substantivamente de uma realização parcial interna crescente"<sup>87</sup>.

A condução da economia, pelas novas forças que compõem o bloco de poder, até então polarizada no fator produção, destinada ao mercado externo, passa a considerar o fator consumo<sup>88</sup>, referente às possibilidades do mercado interno em expansão. A reorganização do sistema produtivo e das condições institucionais que estimulam ou inibem o seu desenvolvimento, tratou de harmonizar de forma racional a coordenação desses dois fatores,

de acordo com um dinamismo próprio das forças produtivas. Os agrupamentos sociais urbanos constituem o mercado interno que apresenta uma considerável demanda até então suprida pelas importações. A redução da capacidade de importar, provocada pela crise das exportações, impele as forças produtivas a atender esta demanda. A interferência do Estado na economia altera a "espontaneidade" com que se processavam as relações de dependência. Criadas as condições favoráveis, liberam-se o dinamismo interno e algumas potencialidades do sistema produtivo.

Francisco de Oliveira sustenta que as transformações estruturais que se processam no Brasil são resultado de "uma possibilidade definida dentro dela mesma; isto é, as relações de produção vigentes continham em si a possibilidade de reestruturação global do sistema, aprofundando a estruturação capitalista, ainda quando o esquema da divisão internacional do trabalho no próprio sistema capitalista mundial fosse adverso"<sup>89</sup>.

Assim, se internamente havia possibilidade de alternância no poder entre as oligarquias rurais e a burguesia empresarial industrial, externamente não havia possibilidade de rearranjo e o papel de país primário-exportador na divisão internacional do trabalho prossegue indefinidamente. O que se altera é o modo como a economia, submetida a esses condicionantes do sistema capitalista mundial, elabora internamente essa dependência, com a reorganização das forças produtivas patrocinada pela nova correlação de forças sociais. As transformações estruturais geraram, entre outras conseqüências, um pacto social expresso por instituições próprias, e uma cultura, com seus valores e padrões dominantes, correspondente ao embate ideológico que se processa entre as forças sociais que se movimentam nesta sociedade. Nesse contexto a radiodifusão adquirirá singular importância: contribuirá para o desenvolvimento das relações capitalistas de uma economia de mercado em expansão, estimulando o consumo, e constituir-se-á numa estrutura de poder que ultrapassa os limites dos sistemas de difusão ideológica até então existentes. Mais dinâmica que a estrutura de educação formal e de maior alcance que a imprensa, pois rompe a barreira do analfabetismo, a radiodifusão, em mãos dos interesses priva-

dos, reproduzirá os valores e a ideologia das classes dominantes, consistindo num eficaz instrumento de integração e cooptação das classes dominadas.

2.4.1 - As transformações estruturais - O único caminho restante para a solução das contradições mais prementes da sociedade brasileira foi a organização de uma economia nacional<sup>90</sup> que, mesmo não rompendo a dependência estrutural, proporcionasse maior dinamismo ao desenvolvimento das forças produtivas. Até então não havia um planejamento que disciplinasse, com alguma expressão, o funcionamento das forças produtivas e as decisões iam sendo tomadas à medida que surgissem os problemas. Com a Revolução de 1930 foram alterados os "estilos de mando, liderança, organização e mentalidade do tipo oligárquico"<sup>91</sup>. Criaram-se órgãos e instituições, em todos os níveis da administração pública, que incentivaram a "sistematização de informações, a realização de debates, a análise de problemas, a tomada de decisões e a própria execução de medidas económicas"<sup>92</sup>. O Estado munindo-se das instituições apropriadas, teve aumentado o poder de intervenção sobre os fatores produtivos:

"Operando na fixação de preços, na distribuição de ganhos e perdas entre os diversos estratos ou grupos de classes capitalistas, no gasto fiscal com fins direta ou indiretamente reprodutivos, na esfera da produção com fins de subsídio a outras atividades produtivas. Aqui o seu papel é o de criar as bases para que a acumulação capitalista industrial, ao nível das empresas, possa se reproduzir. Essa intervenção tem um caráter 'planificador', ao modo do estado inglês que editava tanto a 'poor law' como o 'cereals act', isto é, no 'trânsito', o Estado intervém para destruir o modo de acumulação para o qual a economia se inclinava naturalmente, criando e recriando as condições do novo modo de acumulação"<sup>93</sup>.

O resultado do desempenho desse modo de acumulação surgido da intervenção do Estado foi canalizado para o setor industrial, que passou a ser o centro de todo planejamento económico. A capitalização do setor industrial se processa com o Estado:

"Regulando o preço do trabalho, ... investindo em infraestrutura, impondo o confisco cambial ao café para redistribuir os ganhos

entre grupos das classes capitalistas, rebaixando o custo do capital na forma do subsídio cambial para as importações de equipamentos para as empresas industriais e na forma da expansão do crédito a taxas de juros negativas reais, e investindo na produção (Volta Redonda e Petrobrás, para exemplificar)"<sup>94</sup>.

Entre os mecanismos de intervenção do Estado na economia, um dos mais revolucionários na subversão do predomínio do modo de acumulação de base primária-exportadora, foi a regulamentação dos fatores de trabalho. A legislação trabalhista criada após 1930, além de constituir numa política de alianças entre as classes sociais urbanas, permitiu o surgimento de um novo modo de acumulação de base urbana-industrial. O duplo efeito desse intervencionismo de Estado garantiu a condição de uma política econômica favorável à expansão do setor industrial. Por um lado, neutralizou a agitação das classes trabalhadoras submetidas até então a uma legislação trabalhista repressiva e condenadas ao imobilismo, dando aos sindicatos um relevante papel político, passando a funcionar como um decisivo mecanismo de cooptação social. O sistema sindical procurava impedir que essas organizações atuassem com força negativa, hostil ao poder público, e assegurar que se tornassem "elementos proveitosos de cooperação no mecanismo dirigente do Estado"<sup>95</sup>. Por outro lado, esse "redistributivismo" foi apenas político<sup>96</sup>. A política salarial, estabelecendo níveis mínimos, limitava rigorosamente a remuneração do trabalho ao "custo de reprodução da força de trabalho", não incorporando nenhum ganho relativo à produtividade<sup>97</sup>. Essa política, "igualava pela base", estabelecendo um "denominador comum de todas as categorias", que beneficiou a acumulação de capital<sup>98</sup>. Dessa forma, foram rebaixados os salários dos trabalhadores especializados que teriam uma maior possibilidade de barganha se o "mercado fosse livre"<sup>99</sup>. Essa efetiva menor remuneração do trabalho aumentou a capacidade de acumulação na indústria.

Uma outra decorrência importante da intervenção do Estado na economia foi o novo papel reservado à agricultura. Foi mantida a função original da agricultura, porém com características "qualitativamente distintas": o capital resultante da exportação de produtos primários desloca-se do financiamento da

importação de bens de consumo ao financiamento de "bens de capital e intermediários de produção externa"<sup>100</sup>. Além disso, a diversificação do sistema produtivo criou uma produção agrícola comercial que passou a abastecer os mercados urbanos. No que era fundamental, entretanto, permaneceram intocadas as bases agrárias de acumulação primitivas, sendo os trabalhadores rurais submetidos a altas taxas de exploração, sem nenhuma proteção trabalhista legal e sem previdência social. A manutenção desse sistema primitivo assegurou que:

a) mantendo-se baixa a remuneração do trabalhador rural reduziam-se, indiretamente, os custos de reprodução da força de trabalho urbana, que dependiam em boa parte, do custo da produção agrícola comercial, especialmente dos produtos horti-fruti-granjeiros;

b) criou-se um excedente de mão-de-obra rural, que aumentou a oferta nos centros urbanos, formando um "exército de reserva", que impedia o aumento da procura no setor urbano, mantendo a remuneração sempre em níveis mínimos, e suprindo o setor terciário de força de trabalho a custos baixos.

A especificidade do processo brasileiro de transformação do modo de produção de base agrário-exportadora para o de base urbano industrial, é que ele não ocorreu com uma ruptura total do sistema. Não houve, portanto, a revolução burguesa clássica. No modelo europeu as forças produtivas dominadas pelas classes proprietárias rurais não se vinculavam a nenhum sistema que pudesse lhes fornecer bens de capital para a expansão do setor industrial, e a única opção era ou produzi-lo ou não expandir as forças produtivas: era necessária a ruptura completa "em todos os níveis e em todos os planos"<sup>101</sup>. No Brasil a dependência estrutural é adaptada a um processo de fortalecimento da base urbano-industrial, e não há necessidade de ruptura do sistema nos moldes clássicos.

"Com o colapso das relações externas, essa hegemonia das classes proprietárias rurais desemboca no vácuo; mas, nem por isso, 'ipso facto' entram em ação mecanismos automáticos que produzissem a industrialização por 'substituição de importações'. Estavam dadas as con-

dições necessárias, mas não suficientes. A condição suficiente será encontrar um novo modo de acumulação que substitua o acesso externo da economia primário-exportadora. E, para tanto, é preciso adequar antes as relações de produção. O populismo é a larga operação dessa adequação, que começa por estabelecer a forma da junção do 'arcaico' e do 'novo', corporativista como se tem assinalado, cujo epicentro será a fundação de novas formas de relacionamento entre o capital e o trabalho, a fim de criar as fontes internas da acumulação. A legislação trabalhista criará as condições para isso<sup>102</sup>.

As condições para instauração desse novo modo de acumulação não exigiram a destruição do modo de acumulação primário-exportador. Pelo contrário, a base capitalista industrial articulou-se com a base primitiva, através de uma forma de convivência equilibrada, benéfica ao desenvolvimento do sistema. A acumulação não capitalística é, assim, necessária à expansão das formas capitalísticas industriais de produção<sup>103</sup>.

Nesse contexto o setor terciário exerce uma importante função. Absorvendo a força de trabalho do "exército de reserva", a baixo custo, o setor terciário apresenta grande crescimento, mas com reduzida capacidade de capitalização,

"(...) à base de concurso quase único da força de trabalho e do talento organizatório de milhares de pseudo pequenos proprietários, que não estão mais que vendendo sua força de trabalho às unidades principais do sistema, mediadas por uma falsa propriedade que consiste numa operação de pôr fora dos custos internos de produção fabris a parcela correspondente aos serviços"<sup>104</sup>.

No caso brasileiro, diferentemente do modelo clássico, o "tipo de relação de produção estabelecida entre o capital e o trabalho na indústria" não foi "exportado" para o "restante da economia"<sup>105</sup>.

"A originalidade consistiria talvez em dizer-se que - sem abusar do gosto pelo paradoxo - a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera

força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo 'preserva' o potencial de acumulação liberado 'exclusivamente' para os fins de expansão do próprio novo"<sup>106</sup>.

As transformações estruturais resultantes desse processo provocaram uma expressiva concentração de "renda, de propriedade e de poder"<sup>107</sup>. A compatibilização da superestrutura política, ideológica e cultural com essa nova base econômica convocou todos os meios disponíveis, entre os quais o rádio foi, sem dúvida, um dos mais importantes.

2.4.2 - A intervenção do rádio - O novo modo de acumulação legitimava a maior exploração do trabalho com uma revisão do papel político das massas trabalhadoras urbanas. A agitação que caracterizou a movimentação política das classes trabalhadoras nos centros urbanos, desde a primeira década do século, precisava ser neutralizada e capitalizada politicamente. Um dos recursos encontrados foi a cuidadosa regulamentação das relações entre o capital e o trabalho. Através da legislação trabalhista posterior a 1930, superou-se a legislação repressiva e formalizaram-se canais de representação das classes trabalhadoras. Evidentemente, os sindicatos e associações de classe, ao mesmo tempo que possuíam um importante papel político, estavam totalmente atrelados ao Estado. Concretamente, a instituição dessa política trabalhista, por um lado atendia às novas exigências de acumulação de capital e, por outro, cooptava politicamente as classes trabalhadoras sendo, portanto, imprescindível ao novo regime.

As transformações que se processavam na base econômica da sociedade, após a Revolução de 1930, exigiam uma nova superestrutura ideológica. A hegemonia do modo de produção de base urbano-industrial só viria a ocorrer com o surgimento de novas instituições que rompessem, em todos os níveis, com o estilo de mando oligárquico. A representação no bloco de poder exigida pelas classes médias e burguesas emergentes era tão necessária como o estabelecimento de canais de expressão para as classes trabalhadoras. Vimos como os traços da sociedade urbana-industrial que surgiam, ao nível das forças produtivas, se compatibilizaram com a manutenção de uma estrutura agrária primitiva.

Nesse complexo amálgama entre os sistemas produtivos velho e novo se origina uma cultura peculiar: é a fusão entre a carga ideológica herdada do domínio oligárquico e a ideologia engendrada pelo modo de produção capitalista que se instaurava principalmente nos centros urbanos. Essa nova cultura, embora se organizasse por impulso do novo modo capitalista de produção, também resultou na adaptação dos valores característicos do estilo oligárquico de mando. Basta lembrar que os valores da democracia liberal importados dos países capitalistas encontram no Brasil pouca correspondência, porque a condução das transformações exigem um Estado autoritário.

O papel do Estado ao promover essas transformações lhe deu, por extensão, a atribuição de paguear o desenvolvimento da nova cultura, interpondo restrições, em maior ou menor grau, à produção cultural. No caso dos meios eletrônicos de difusão surgidos no Brasil na década de 20, o Estado assumirá um controle direto. A importância do rádio, nessa sociedade em mudança, é determinada pelas diferenças qualitativas que este apresenta em relação aos outros meios de difusão ideológica. Até então, o jornal constituía o meio mais dinâmico de mobilização social, mas esbarrava nos 80% de analfabetos então existentes. O rádio surgiu como um verdadeiro instrumento de acesso às massas e, ainda que num primeiro momento apresentasse preços proibitivos, passou a difundir-se amplamente nos centros urbanos. O rádio era, então encarado como um "veículo de integração do homem à comunidade", como lembra Saint-Clair Lopes:

"Antes da radiodifusão as sociedades eram herméticas, era difícil o acesso à cultura. As classes mais poderosas impediam a muitos de ir aonde quisessem, ou de fazer o que quisessem. Com o advento da radiodifusão, recebida por um público indistinto, pobres, ricos, brancos, pretos, todos ouvem sem que existam barreiras. Assim se conseguiu uma verdadeira igualdade democrática. O ouvinte tornou-se um homem integrado na comunidade. Modificaram completamente as reações: integrou-se o homem ilhado pela ignorância. Os 80% de analfabetos que então existiam tinham no rádio o livro que não sabiam ler. O rádio era o divertimento das famílias que não tinham mais aonde ir"<sup>108</sup>.

A integração através do rádio, do homem "analfabeto, que

não tinha mais aonde ir", eliminava as contradições mais visíveis que ele mantinha com "as classes poderosas, das sociedades herméticas". A forma de dominação, portanto, ao contrário da visão otimista de Saint-Clair Lopes, não as extinguiu, apenas alterou-se qualitativamente. Os ouvintes, compartilhando "democraticamente" da programação, desapercebem-se da estrutura de poder que foi estabelecida: o conteúdo é concebido por uns poucos, promovendo uma integração autoritária, de cima para baixo. A participação real das massas ouvintes ocorre como "opinião pública", conceito que mascara as relações de poder e disfarça o controle das massas através da popularização imposta às custas da repetição.

A princípio, a criteriosa política de concessão de frequências foi suficiente para garantir a execução das tarefas. Posteriormente o Estado passou a requisitar diretamente o rádio para a execução de certas funções de propaganda, como por exemplo a criação da Hora do Brasil. Assim, garantido o controle do rádio, ele passa a refletir as condições sociais de seu uso: serve aos interesses comerciais de propaganda em uma economia de mercado que se delineava; difunde a ideologia correspondente às relações capitalistas que começam a se aprofundar; e moderniza-as, com uma dinâmica sincronização com os valores impostos pelo imperialismo.

2.4.2.1 - Interesses econômicos na radiodifusão - Podemos apontar três áreas de interesse econômico envolvidas no desenvolvimento do rádio: a comercialização de produtos da indústria eletrônica; o mercado publicitário e o mercado de trabalho para artistas e profissionais especializados.

Os dados sobre a comercialização de produtos da indústria eletrônica são muito descontraídos. Mas podemos constatar, segundo dados do IBGE, que a produção de aparelhos elétricos, inclusive receptores de rádio, inexistente em 1925, chegou a 32 mil unidades em 1931 e a 80,8 mil unidades em 1936. Em 1942 a produção atingia 410 mil unidades; em 1943, 561 mil unidades e em 1944, 649 mil unidades. Os 119 estabelecimentos que em 1940 operavam na indústria de material elétrico e de comunicações, passaram para 343 em 1950. Nesse período, o valor da produção

subiu de 143,5 milhões de cruzeiros para 1.546,6 milhões.

A importação de aparelhos de rádio e acessórios, ainda conforme os dados do IBGE, em 1937 foi de 1.122 toneladas, sendo 717 provenientes dos Estados Unidos, 243 da Holanda e 156 de outros países, perfazendo um total de 49,5 milhões de cruzeiros. Esse volume de importações baixou sensivelmente durante a guerra: em 1942, 726 toneladas de aparelhos de rádio e acessórios custaram 46,6 milhões de cruzeiros; em 1943, 158 toneladas custaram 16,5 milhões; e em 1944, 89 toneladas custaram 13,8 milhões. O ritmo acelerado de importações foi retomado em 1945, quando se importou 332 toneladas a 39,2 milhões de cruzeiros; em 1946 importou-se 1.637 toneladas a 194 milhões de cruzeiros; e em 1947 importou-se 3.506 toneladas que custaram ao país 430,4 milhões de cruzeiros.

A publicidade, ao mesmo tempo que financiava a radiodifusão privada, estimulava o consumo de mercadorias e serviços. No período de 1930 a 1950 registra-se um acelerado desenvolvimento da publicidade no Brasil, principalmente pela entrada de várias agências norte-americanas, de porte internacional. Entre estas, em 1930 instalou-se a N. W. Ayer and Son, com a conta da Ford; em 1932 a J. W. Thompson, com a conta da General Motors e em 1935 a McCann Erickson com a conta da Esso-Standard Oil. É incalculável a contribuição do rádio para o incremento do comércio nesse período. Em poucos anos o rádio suplantou o jornal na captação das verbas publicitárias. Calcula-se que em 1950, 40% das verbas publicitárias fossem destinadas ao rádio; 30% à revista; 25% aos jornais; 3% aos out-doors, 1% ao cinema e 1% à televisão (recém criada)<sup>109</sup>.

A exploração do trabalho, que nos centros urbanos assumia formas capitalistas, também ocorria no rádio, enquanto um meio de produção:

"Os artistas, com muito raras exceções, ganhavam ordenados ridículos. A única, ou maior, vantagem era a divulgação dos seus nomes pelo Brasil a fora. Tornava-os conhecidos. Proporcionava-lhes também uma renda extra: atuavam em espetáculos ou faziam pequenas excursões ao interior do país durante as férias"<sup>110</sup>.

A exploração sofrida pelos artistas (atores de rádio-teatro, cantores, humoristas e músicos) também o era pelos locutores, redatores, operadores, radiotécnicos e pessoal de administração. O mercado publicitário, bastante restrito, era disputado com grande concorrência por um número de emissoras que, de acordo com dados do IBGE, chegava a 291 emissoras em 1950. A média de irradiação da maioria das emissoras situava-se entre 10 e 18 horas diárias. Mais de 80% das emissoras situava-se em São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio de Janeiro.

2.4.2.2 - A ideologia dominante - O desenvolvimento do modo capitalístico de produção gerou uma ideologia característica, cujo traço geral, assimilado principalmente pelas classes que compunham o bloco de poder, foi a ideologia do desenvolvimento através da industrialização. Mas havia, também, toda uma imensa gama de valores e manifestações ideológicas típicas do estilo capitalista que se impunha na sociedade brasileira. As relações estruturais de dependência, por um lado, e a conformação interna das classes sociais, por outro, são os dois grandes condicionantes do desenvolvimento capitalista ocorrido no país e as principais vertentes da ideologia que lhe corresponde.

O rádio foi recrutado como um dos principais meios, senão o principal, dessa difusão ideológica gerada a partir dos centros urbanos, introduzindo a pregação consumista de uma economia de mercado em formação e a "modernização" dos padrões e valores que compunham a cultura de base urbano-industrial. E, nesse período em que a liberação de algumas potencialidades do sistema produtivo está impulsionada pela ideologia da construção de uma "economia nacional", há nítida contrapartida na produção cultural: a importação de cultura estrangeira é suplantada pelo caráter "nacionalista" do excepcional desenvolvimento da música popular brasileira detonado na década de 30.

A música e os valores culturais difundidos pelo rádio nos centros urbanos apresentaram uma radical distinção da produção cultural até então existente no país. Paralelamente aos esforços (conscientes) de elaboração de uma "economia nacional", desencadeou-se neste período um processo de formação (inconsci-

ente) de uma "cultura nacional", adequada a esse tipo de aprofundamento das relações capitalistas. Essa cultura seria circunscrita aos centros urbanos, não apenas porque é principalmente aí que as condições materiais para o seu desenvolvimento se encontram presentes, mas porque ela é exatamente resultante das relações capitalistas de uma sociedade urbana-industrial emergente. A "velha cultura", de expressão e valores com explícitas raízes de classe é posta de lado em função da nova "cultura nacional", com os padrões e valores essenciais à evolução das relações capitalistas.

O rádio é o instrumento ideal para a promoção desta "nova cultura" porque é através dele que as classes dominantes (setores das classes médias e burguesa) passam a exercer controle sobre os meios de produção e distribuição de bens culturais. A imprensa viveu essa tendência com o surgimento do jornal-empresa. Mas não deixaram de surgir expressões de outras classes que não as dominantes. Já o rádio, por necessitar do aval do Estado com a concessão da frequência e pela legislação restritiva, naturalmente tem selecionados os seus operadores. O rádio ainda apresenta a vantagem de extrapolar os limites do público alfabetizado. O surgimento do rádio, como um novo meio de produção cultural, comprometido compulsoriamente com o Estado e com os representantes das classes dominantes aos quais ele foi confiado, permitiu um amplo acesso às classes médias e aos trabalhadores. Essa estrutura de poder passou a reproduzir as relações de produção, incorporando-as ao conteúdo ideológico do produto desses meios. Perdendo o controle de produção da cultura reduzida à condição de "produto industrial", as classes ausentes do bloco de poder perderam o controle do seu conteúdo. O rádio, assim, passou a representar não só os interesses do Estado e dos grupos privados que o controlavam, mas do próprio imperialismo, na medida em que estes são seus agentes nacionais.

Em 1930, promovido pelo Diário Carioca, foi realizado o primeiro dos muitos concursos que seriam realizados a partir de então, para eleger a Rainha da Canção Brasileira e o Príncipe dos Cantores Regionais do Brasil. O concurso se desenvolveu em duas fases, através do voto, e uma finalíssima, para consagração popular, em auditório. Também se destacavam os programas de

calouros em que os principiantes procuravam se igualar aos "melhores". Alguns desses programas, como o "Papel Carbono" e outros, estimulavam justamente a imitação dos grandes artistas. A ideologia da competição também era a tônica de diversos programas de pergunta e resposta, como "O Céu é o Limite" e outros, nos quais se disputava o nível de conhecimento sobre assuntos pitorescos, personalidades, etc.

O futebol que recebeu grande incentivo com o rádio e profissionalizou-se em 1933, é outro "dato cultural" em que predominava a ideologia da competição. Diferentemente dos Estados Unidos onde a popularidade se voltou para o football que é uma verdadeira guerra, e o box no qual também se valoriza a violência física, no Brasil os motivos de maior apelo popular tem um forte componente lúdico. Talvez se possa associar essa distinção ao nível de desenvolvimento do capitalismo norte-americano e o brasileiro. No Brasil as contradições menos aguçadas contornariam o lado "selvagem" da competição pela valorização de seus aspectos lúdicos. O futebol, apesar de ser extremamente competitivo, tem, na habilidade de algumas individualidades, uma dimensão "artística". Ao futebol pode ser somado o carnaval, os concursos de músicas carnavalescas e popular em geral, os concursos de escolas de samba e os programas de auditório, no rádio e posteriormente de televisão.

Paralelamente à imposição de novos padrões, as expressões originais de vertentes populares, como a música folclórica e a sertaneja foram incorporadas formalmente<sup>111</sup>. A subordinação à ideologia dominante tornou a música sertaneja, até 1930 predominantemente rural, em artigo de consumo para os contingentes urbanos que migram do interior. A urbanização da música sertaneja corresponde a uma redefinição de sua temática. Abandonando o drama da subsistência do homem rural e as contradições vividas em sua realidade, a música sertaneja passa a ser exemplo típico da transição da "velha" para a "nova" cultura. Assim, tanto a música sertaneja como a música popular em geral, perdem a autonomia, deixando de ser arte com raízes populares para ser uma modalidade musical que a "nova cultura" adota para atingir o proletariado<sup>112</sup>.

2.4.2.3 - A sintonia com o imperialismo - A partir do fim da Segunda Guerra Mundial a luta do imperialismo, comandada pelos Estados Unidos, orientou-se pelo anticomunismo como forma de evitar qualquer solução socialista para os países dependentes. Tomando o anticomunismo como núcleo da ideologia imperialista, passou-se a conferir papel mais ativo "às atividades de comunicação em favor dos interesses governamentais e privados" o que chegou a induzir "algumas tentativas de criar uma base filosófica para distinguir os métodos americanos contemporâneos, das tentativas de hegemonia imperial levadas a efeito por outras sociedades, em outras épocas, através de amplamente definidas operações culturais"<sup>113</sup>.

"Desde que assumiu ampla hegemonia sobre o mundo capitalista, no curso da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os governantes dos Estados Unidos passaram a dedicar substanciais recursos materiais, organizatórios e culturais à sua política cultural internacional. Eles reconheceram que a 'indústria de conhecimentos', a 'frente ideológica' ou a 'conquista das mentes', era fundamental à consolidação e à extensão da sua hegemonia"<sup>114</sup>.

O Fulbright Act de 1946, o Smith-Mundt Act de 1948, o Point Four Program de 1949 e posteriormente o Fair Deal de 1961 são, entre outros, documentos que complementam o Fair Deal, doutrina da ala liberal do Partido Democrático americano, assumida formalmente por Harry Truman em 1949. O Fair Deal, considerado uma doutrina de continuidade do New Deal adotado no governo de Franklin D. Roosevelt, entre 1943 e 1941, "enfatizava a ajuda aos desprivilegiados com uma série de medidas trabalhistas e de previdência social"<sup>115</sup>. O assistencialismo paternalista aos países dependentes em crise, a defesa da liberdade de empresa e a pregação do "pluralismo" norte-americano são as pontas de lança da ofensiva ideológica que busca a conquista pela convicção ao invés da força.

"No final da Segunda Guerra Mundial, os americanos já estavam ativos no negócio da persuasão internacional. Estávamos utilizando a maioria das técnicas hoje em uso, inclusive filmes documentários, traduções de livros americanos, programas de rádio, mostras fotográficas, bibliotecas de livros americanos, programas de intercâmbio de pessoas, preparação

de noticiários, fotografias para imprensa, artigos de revistas, cartazes, filmes, panfletos. Essas técnicas eram aplicadas no exterior por americanos, operando com muita assistência de cidadãos locais"<sup>116</sup>.

A tese central do neocolonialismo está enunciada claramente nas palavras de Truman em seu discurso de posse em 1949: "o velho binômio exploração-imperialismo para lucro estrangeiro não tem lugar em nossos planos. O que tencionamos fazer é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos do fair dealing democrático"<sup>117</sup>.

A assim anunciada "suave invasão imperialista" avantajou-se depois do fim da Segunda Guerra Mundial. A queda de Getúlio e a adoção de uma política econômica "liberalizante" abriram as portas para o capital estrangeiro e para o imperialismo introduzir seus tentáculos. O cinema norte-americano aumentou ainda mais o fluxo de penetração no país, os comics trouxeram o superman, o Capitão América, os cowboys e toda uma infinidade de heróis; a Coca-Cola e os chicletes; o jazz, swings e blues foram outros valores culturais introduzidos<sup>118</sup>.

"O rádio impôs a música americana, Hollywood, os ideais de beleza. Vários galãs, como Douglas Fairbanks Jr. e Orson Welles, passaram pelo Brasil. Os astros e as estrelas do cinema venderam a guerra e promoveram a imagem dos Estados Unidos. A mercadoria americana adquiriu prestígio.

"As fontes da cultura européia, praticamente desapareceram. O francês, como idioma das elites e da intelectualidade perdeu a sua primazia. A presença de tropas americanas popularizou o inglês. Bye, bye-bye, good-bye, big, boy, black-out, night club, money e outras expressões entraram na linguagem do cotidiano. Muitas ficaram. Outras, os businessmen ainda trouxeram: marketing, merchandising, standard, fashion, etc. Os brasileiros passaram a ler Eugene O'Neil, Sinclair Lewis, Carl Sandburg, Ernst Hemingway, John dos Passos, John Steinbeck, William Faulkner, Artur Miller e Henry Miller. O cinema, ainda nesse particular, contribuiu para difundir a literatura americana. As empresas de publicidade, que se instalaram no país (J. W. Thompson, em 1930, McCann-Erickson, em 1935, Grant, em 1941, etc.) começaram a influir na opinião dos jornais e a criar, com seus anúncios, novas necessidades de consu-

mo"119.

"Em dados globais, a indústria e o comércio haviam gasto, através das agências de publicidade, em 1947, cerca de 750 milhões de cruzeiros, ascendendo para 3.500 milhões em 1953. A lista das firmas que mais dispendiam indicava: Cia. Antártica Paulista (cervejas e refrigerantes): 70 milhões; Esso Standard do Brasil (gasolina e lubrificantes): 28 milhões; Cia. Industrial Gessy (sabonetes e perfumes): 27 milhões; The Sidney Ross Co. (drogas e perfumes): 25 milhões; S. A. Irmãos Lever (sabonetes e perfumes): 20 milhões; The Shell-Brazil Limited (gasolina e lubrificantes): 18 milhões; The Coca-Cola Export Co. (refrigerantes): 15 milhões; Cia. Cervejaria Brahma (cervejas e refrigerantes): 14 milhões; The Johnson & Johnson (drogas): 13,5 milhões; Atlantic Refining Company (gasolina e lubrificantes): 13 milhões; The Gillette Safety Razor Co.: 12,5 milhões; The Colgate-Palmolive Pest Co.: 12 milhões; The Eno Scott Bowne & Cia. (drogas): 12 milhões; Cia. de Cigarros Souza Cruz (cigarros): 12 milhões; Companhia Nestlé (leite em pó): 10 milhões; seguindo-se mais cerca de oitenta empresas, dispendendo, cada uma, de 9 milhões até 1,2 milhões. O importante, entretanto, (...) é que a esmagadora maioria dessas firmas era estrangeira, como estrangeiras eram as agências de publicidade que canalizavam para jornais, revistas, emissoras de rádio e de televisão essas enormes quantias, e que essa canalização obedecia a uma política e, pelo seu vulto e origem, como pelos processos, era, praticamente, o sistema de financiamento das empresas de jornais, revistas, emissoras de rádio e de televisão, porque as mantinha e lhes permitia realizar lucros, logo, as condicionava"120.

Nesse contexto, principalmente a partir da Segunda Guerra, o rádio passou a permear os valores do imperialismo. Inverteu-se, assim, a condição "nacionalista" do rádio, na medida em que o acesso e o controle efetivo desse meio de produção cultural saem das mãos das classes empenhadas na construção de um "capitalismo nacional" e passam para as mãos das classes dominantes associadas ao capital estrangeiro. Fortalecendo-se como sistema nacional de comunicações, e como estrutura de poder, o rádio prossegue favorecendo a adequação da superestrutura ideológica à base econômica, agora, porém, subordinado mais diretamente às exigências do imperialismo.

## NOTAS

- 1 - PRADO JÚNIOR, op. cit. p. 295.
- 2 - Ibidem, p. 293.
- 3 - SODRÉ, Formação Histórica do Brasil, op. cit. p. 324.
- 4 - Os Estados Unidos, que ofereceram apoio ao governo deposto em 1930 e hesitaram durante certo tempo em reconhecer o governo revolucionário vitorioso, mantiveram-se coerentes com essa política em 1932. "Cameron, Cônsul Geral dos Estados Unidos em São Paulo, não ocultava sua simpatia pelos sediciosos. Seus telegramas só se referiam a Vargas como ditador e às forças do Governo Federal como inimigas. Para ele, a falta de compreensão nos outros Estados decepcionou os paulistas. 'Não existe, em absoluto, nenhum comunismo no movimento, sendo o contrário exatamente certo' - explicou o Departamento de Estado. De acordo com sua opinião, São Paulo estava disposta a ir até o fim. Os rebeldes continuavam unidos e sustentando terreno. 'O único elemento discordante' - acrescentava - 'é o proletariado radical, antigamente organizado por João Alberto e Miguel Costa, mas não tem muito peso e está controlado com mão de ferro'. Efetivamente, dos quase duzentos mil operários paulistas, muitos influenciados pelo PCB, 'a contribuição de voluntários para guerrear não foi mínima, foi nula', como acentuou Mário de Andrade. A simpatia de Cameron pela sublevação não constituía uma atitude isolada. 'Todos os estrangeiros se têm oferecido para combater; (...) As empresas estrangeiras mandaram (...) recursos em dinheiro e materiais e se prontificaram a pagar todos os empregados que se mobilizaram' - informava Djalma Pinheiro Chagas a Olegário Maciel. O Ministro Afrânio de Melo Franco chamou Thurston, Encarregado de Negócios dos Estados Unidos, e protestou contra a utilização da All America Cables para a propaganda dos insurretos no exterior. A Companhia, apesar da oposição do Diretor-Geral dos Correios e Telégrafos, continuava a receber as mensagens dos paulistas para a transmissão. Melo Franco ameaçou proibi-la de operar no Brasil. A All America Cables resolveu então desligar sua linha em Montevideú, para evitar seu uso pelos rebeldes, que controlavam a estação de Santos": In BANDEIRA, op. cit. p. 233-234.
- 5 - "... a partir da reação armada de 1932, o governo provisório tomou, a partir de 1933, uma série de medidas destinadas a ajudar financeiramente os produtores de café, inclusive, uma redução de cinquenta por cento nas dívidas bancárias deste último". Apud FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. Rio, 1959, p. 18-20; in SODRÉ, Formação histórica do Brasil, op. cit. p. 338.
- 6 - "De âmbito nacional e revestindo nova forma partidária e política conseguiu mais do que qualquer outro (grupo) uma prodigiosa expansão, com mais de 1.600 núcleos e inscri-

ção diária de 3 mil elementos pagantes somente em maio". Apud CARONE, Edgar. Revoluções do Brasil contemporâneo. São Paulo, Ed. Buriti, 1965; in NOTA, Carlos Guilherme, comp.; SOLA, Lourdes et alii. Brasil em perspectiva; o golpe de 37 e o Estado Novo. 5. ed. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1974, p. 260.

- 7 - Ibidem, p. 260.
- 8 - Ibidem, p. 261.
- 9 - Ibidem, p. 266.
- 10 - Ibidem, p. 266.
- 11 - Ibidem, p. 268.
- 12 - Ibidem, p. 269.
- 13 - Ibidem, p. 269.
- 14 - Ibidem, p. 271.
- 15 - Ibidem, p. 272.
- 16 - Ibidem, p. 272.
- 17 - Ibidem, p. 272.
- 18 - IANNI, Octávio. Estado e planejamento econômico no Brasil: (1930-1970). 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, p. 42.
- 19 - BANDEIRA, op. cit. p. 244.
- 20 - Ibidem, p. 244-245.
- 21 - Ibidem, p. 245.
- 22 - Ibidem, p. 247.
- 23 - Exposição ao Ministro da Fazenda, 13.12.1934, Banco do Brasil, Gabinete do Diretor da Carteira de Câmbio (cópia sem assinatura), Ministério das Relações Exteriores - Missão aos Estados Unidos, 1939, AOA; in ibidem, p. 246.
- 24 - Idem in ibidem, p. 246.
- 25 - Ibidem, p. 262.
- 26 - Ibidem, p. 263.
- 27 - Ibidem, p. 263.
- 28 - Ibidem, p. 262.
- 29 - Ibidem, p. 273.
- 30 - Ibidem, p. 272.

- 31 - Ibidem, p. 276.
- 32 - Ibidem, p. 276.
- 33 - Ibidem, p. 281.
- 34 - Ibidem, p. 281.
- 35 - Ibidem, p. 282.
- 36 - Ibidem, p. 287-288.
- 37 - Ibidem, p. 293.
- 38 - Ibidem, p. 301.
- 39 - Ibidem, p. 300-301.
- 40 - Ibidem, p. 301.
- 41 - Ibidem, p. 301.
- 42 - IANNI, op. cit. p. 61. O grifo é nosso.
- 43 - BANDEIRA, op. cit. p. 304.
- 44 - Ibidem, p. 305.
- 45 - Discurso do Presidente Harry Truman em março de 1947, na Universidade Baylor, no Texas. In SCHILLER, op. cit. p. 16.
- 46 - PEREIRA, op. cit. p. 23.
- 47 - IANNI, op. cit. p. 82.
- 48 - BANDEIRA, op. cit. p. 310-311.
- 49 - Ibidem, p. 311.
- 50 - IANNI, op. cit. p. 85.
- 51 - Ibidem, p. 85.
- 52 - Ibidem, p. 91.
- 53 - Ibidem, p. 96.
- 54 - Ibidem, p. 104.
- 55 - "Queriam dobrar o Brasil, violentando o preço do café. E dispunham dos instrumentos para agir. A Great Atlantic & Pacific Tea Company, do grupo Rockefeller, controlava a American Coffee Corporation, que comprava a maior parte do café brasileiro, industrializava e distribuía ao consumidor nos Estados Unidos. A Standard Oil pretendia esgotar todos os recursos, para obter a concessão, nos seus termos. Admitiriam um acordo na base de 50% (óleo extraído e refinarias), mas exigia o controle técnico e admi-

nistrativo da exploração". In BANDEIRA, op. cit. p. 319.

- 56a - Surgido anteriormente, já existia o Decreto nº 16.657 de 1924, que estabelecia normas sobre a utilização dos "serviços de radiocomunicações". Também haviam portarias e normas surgidas a nível ministerial. O Decreto nº 20.047 de 1931, entretanto, foi a primeira legislação sistemática sobre a matéria, classificando os serviços existentes até então e disciplinando outras medidas gerais sobre o assunto. Era, em síntese, a primeira formulação de uma política para a utilização das "radiocomunicações" no país.
- 56b - Conforme estabelecia o artigo 3º da Portaria nº 466, de 18 de junho de 1935. Mais tarde, com a criação do Ministério da Aeronáutica, este também teve direito a um representante na Comissão Técnica do Rádio, conforme o disposto no Decreto-Lei nº 4.269 de 17 de abril de 1942.
- 57 - FLEUR, op. cit. p. 91.
- 58 - Ibidem, p. 94.
- 59 - Entre 1923 e 1930, surgiram 14 emissoras no Brasil, entre 1931 e 1940, 56 emissoras; entre 1941 e 1950, 255 emissoras; entre 1951 e 1956, 189 emissoras; entre 1957 e 1960, 169 emissoras.
- 60 - ABERT, op. cit. p. 35.
- 61 - REVISTA ANTENNA. O rádio no Brasil há meio século; edição histórica comemorativa. Rio de Janeiro, 1976. Número especial, p. 99.
- 62 - Ibidem, p. 105.
- 63 - A HISTÓRIA que não foi contada. AESP em revista, São Paulo, 3, 1966, p. 3.
- 64 - Ibidem, p. 3.
- 65 - Ibidem, p. 4.
- 66 - Ibidem, p. 4.
- 67 - SODRÉ, História da imprensa no Brasil, op. cit. p. 434.
- 68 - REVISTA ANTENNA, O rádio no Brasil..., op. cit. p. 99.
- 69 - Ibidem, p. 101.
- 70 - Ibidem, p. 101.
- 71 - LOPES, op. cit. p. 21.
- 72 - Ibidem, p. 63.
- 73 - Ibidem, p. 68.
- 74 - SODRÉ, História da imprensa no Brasil. op. cit. p. 439.

- 75 - NOBRE, Freitas. História da Imprensa de São Paulo, São Paulo, 1950, p. 95; in ibidem, p. 439.
- 76 - SOLA, Brasil em perspectiva, op. cit. p. 266-267.
- 77 - LOPES, op. cit. p. 67.
- 78 - Ibidem, p. 66-67.
- 79 - SCHILLER, op. cit. p. 30.
- 80 - Ibidem, p. 41.
- 81 - ABERT, op. cit. p. 24.
- 82 - Ibidem, p. 35.
- 83 - SODRÉ, Formação histórica do Brasil, op. cit. p. 321.
- 84 - IANNI, op. cit. p. 16.
- 85 - Ibidem, p. 22.
- 86 - PRADO JÚNIOR, op. cit. p. 291.
- 87 - OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualística. São Paulo, Estudos Cebrap, 3, 1975.
- 88 - PRADO JÚNIOR, op. cit. p. 292.
- 89 - OLIVEIRA, op. cit. p. 33.
- 90 - PRADO JÚNIOR, op. cit. p. 300.
- 91 - IANNI, op. cit. p. 23.
- 92 - Ibidem, p. 23.
- 93 - OLIVEIRA, op. cit. p. 13-14.
- 94 - Ibidem, p. 14.
- 95 - VARGAS, Getúlio. As diretrizes da nova política do Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio Ed., 1942, p. 29; citação do discurso proferido em 4 de maio de 1931; in IANNI, op. cit. p. 38.
- 96 - OLIVEIRA, op. cit. p. 10.
- 97 - Ibidem, p. 11.
- 98 - Ibidem, p. 12.
- 99 - Ibidem, p. 12.
- 100 - Ibidem, p. 15.
- 101 - Ibidem, p. 35.

- 102 - Ibidem, p. 35.
- 103 - Ibidem, p. 36.
- 104 - Ibidem, p. 39.
- 105 - Ibidem, p. 40.
- 106 - Ibidem, p. 32.
- 107 - Ibidem, p. 32.
- 108 - Entrevista com Saint-Clair Lopes, 5/8/77. Saint-Clair Lopes foi um radialista pioneiro, da fase de profissionalização da radiodifusão brasileira. Atualmente exerce a função de consultor jurídico da ABERT.
- 109 - CAPARELLI, Sérgio. Indústria cultural nos países subdesenvolvidos. Inédito, p. 79.
- 110 - MURCE, op. cit. p. 78.
- 111 - CALDAS, Waldenyr. Acorde na aurora; música sertaneja e indústria cultural. São Paulo, Ed. Nacional, 1977. O autor analisa o processo de transformação sofrido pela música sertaneja.
- 112 - CALDAS, op. cit. p. 19-61.
- 113 - SCHILLER, op. cit. p. 24.
- 114 - IANNI, Octávio. Imperialismo e cultura. Petrópolis, Vozes, 1976, p. 39.
- 115 - SCHILLER, op. cit. p. 27.
- 116 - SARGEANT, Howland H. American information and cultural representation overseas. Apud BARNETT JR., The representation of the United States abroad, p. 79. In IANNI, Imperialismo e cultura, p. 41.
- 117 - Citado por SCHILLER, op. cit. p. 27.
- 118 - BANDEIRA, op. cit. p. 309-310.
- 119 - Ibidem, p. 310.
- 120 - SODRÉ, História da imprensa no Brasil, op. cit. p. 465-466.

### 3 - 1951 A 1960: O SURGIMENTO DA TELEVISÃO

#### 3.1 - Segundo governo de Getúlio Vargas

A volta de Getúlio Vargas à presidência da República, pela via eleitoral, depois de governar por quinze anos o país, ora através de um autoritarismo legalista, ora com a adoção explícita de poderes ditatoriais, revela a profundidade das condições existentes na sociedade brasileira. As características nacionalistas do getulismo estabeleciam um equilíbrio entre os interesses nacionais e a pressão do imperialismo. A sua formulação da ideologia do desenvolvimento dava ao Estado um papel importante na condução da economia, rompendo com o automatismo mantido pelo sistema produtivo brasileiro, na fase agrário-exportadora em relação ao capitalismo mundial. A ditadura de Getúlio conseguia, assim, ser mais representativa dos interesses da pequena burguesia e das classes médias do que o governo do General Dutra, que o sucedeu.

O poder de intervenção do Estado, tão logo Getúlio foi deposto em 1945, voltou-se para liberalizar as condições de funcionamento do setor privado, nacional e estrangeiro. Durante o governo do General Dutra, o imperialismo reconquistou posições no cenário nacional e exercitou sua rapinagem, sem encontrar maiores resistências. As divisas acumuladas no período governado por Getúlio evadiram-se rapidamente, o país endividou-se e passou a viver um agudo processo inflacionário. Neste período, de 1945 a 1950, o Brasil não recebeu um centavo sequer dos Estados Unidos<sup>1</sup>, embora remetesse ao exterior milhares e milhares de dólares em lucros e dividendos das empresas estrangeiras. "O extremo servilismo que caracterizou a sua política interna e externa tranqüilizava o Governo de Washington, desobrigando-o de qualquer investimento para comprar lealdade e segurança, na retaguarda"<sup>2</sup>.

Em 1951, quando Getúlio iniciou seu segundo período governamental, a expansão do setor industrial e o acelerado crescimento dos principais centros urbanos, haviam transformado a sociedade brasileira.

"À medida que progredia a divisão social do trabalho e a diferenciação social interna da sociedade brasileira, as classes sociais tornavam-se mais configuradas e representativas. Assim, nessa época, a burguesia industrial e o proletariado, por exemplo, já eram uma realidade política e cultural, ao lado da classe média, bastante ampliada, e dos setores agrário, comercial e financeiro da burguesia"<sup>3</sup>.

Vargas procurou orientar-se pela redefinição das relações entre o Estado e a economia, como forma de enfrentar os principais problemas que afligiam a nação: "a inflação, o desequilíbrio na balança de pagamentos, a necessidade de importar máquinas e equipamentos, a insuficiência de energia e transportes, a insuficiência de oferta de gêneros alimentícios para as populações dos centros urbanos em expansão, etc."<sup>4</sup>.

No plano internacional, a defesa da reciprocidade nas relações econômicas, seria a base da estratégia de sustar a acentuada exploração: "'A boa vontade do Governo brasileiro de contribuir com as matérias-primas nacionais para a economia de emergência dos Estados Unidos' - dizia um memorandum entregue ao Embaixador Herschel V. Johnson - 'deve encontrar sua contrapartida na boa vontade do Governo norte-americano de conceder prioridades de fabricação e créditos bancários a termo médio e longo, para a imediata execução de um programa nacional de industrialização e de obras públicas'"<sup>5</sup>. Essa política condenava as restrições aos produtos e matérias primas exportados pelo Brasil e "reivindicava a implantação de indústrias junto às fontes de matérias primas"<sup>6</sup>.

3.1.1 - Nova fase de intervencionismo estatal - O abandono da doutrina liberal foi conduzindo o Estado a assumir papéis importantes para a expansão da economia e, ao mesmo tempo, a ser sensível ao debate político e técnico sobre as condições e as possibilidades do desenvolvimento brasileiro. As teses da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), criada em 1948, no Chile, começaram a atrair o Governo brasileiro. Criada para servir de suporte técnico-científico à realização de estudos, elaboração de projetos e planejamento, a CEPAL tornou-se uma alternativa mais próxima dos interesses latino-americanos do que organismos como a Comissão Mista Brasil-Estados

Unidos (Missão Abbink) que serviu de assessoria do governo do General Dutra. A CEPAL logo passou a sofrer acirrada oposição de empresas e do governo norte-americano.

O debate sobre as alternativas político-econômicas para o país se processava com uma nova configuração social. Segundo Octávio Ianni<sup>7</sup>, delineavam-se com maior nitidez as classes sociais que apresentavam as seguintes características:

a) Pequena burguesia industrial: ligada à produção de bens de consumo tradicionais, era totalmente dependente dos mercados locais ou regionais, geralmente polarizados em torno de centros urbanos médios ou grandes. Em geral, ela era bastante nacionalista, apoiando toda espécie de protecionismos alfandegários ou governamentais.

b) Grande burguesia industrial: além de ligar-se à produção de bens de consumo tradicionais, vinculava-se à produção de bens de consumo mais modernos, o que a tornava favorável a toda espécie de protecionismos, aceitando o intervencionismo estatal. Foi a classe que mais beneficiou-se com a industrialização do tipo monopolístico, em marcha no país, e também da inflação de lucros que ocorria na época. Aceitava, em certas condições, vinculação e alianças com o capital estrangeiro. Possuía clareza suficiente para perceber os benefícios econômico-financeiros e políticos da formação de grupos econômicos que reunissem empresas de diferentes setores da produção. O nacionalismo dessa burguesia era tático.

c) Grande burguesia internacional: vinculava-se ao setor de serviços e à produção de bens de consumo duráveis. Mostrava interesses no setor de bens de produção, que o país preparava-se para instalar.

d) Classe média: social e culturalmente heterogênea, tinha dificuldade em definir-se politicamente. Quando politizada mostrava tendências nacionalistas e de apoio ao intervencionismo desenvolvimentista levado a efeito pelo Estado. Temerosa da proletarianização, entretanto, era bastante influenciável pelas campanhas anti-getulistas e anti-populistas que ressaltavam o

caráter pacífico, cristão e ocidental da civilização brasileira.

e) Proletariado: também era cultural e socialmente heterogêneo, dado à sua formação recente. Compunha-se de pessoas ou famílias provenientes de distintas regiões do país, associados ou somados aos grupos proletários e urbanos pré-existentes. Apesar das diferenciações de seus vários grupos, passava a representar considerável força política. Politizado e mobilizado, mostrava-se favorável à industrialização, ao protecionismo econômico governamental e às soluções nacionalistas. As principais fontes de politização do proletariado eram, até então, o trabalhismo getulista e o PCB.

Ainda de acordo com Octávio Ianni<sup>8</sup>, haviam três grandes estratégias de organização e desenvolvimento da economia brasileira em debate:

1. a organização e expansão da economia com base na associação com capitalismo mundial, o que seria obtido com a modernização da organização econômica e o desenvolvimento de amplas e sistemáticas relações com as economias mais desenvolvidas para obtenção de capital e tecnologia;

2. a socialização dos meios de produção, com a estatização da economia, luta contra o latifúndio e o imperialismo, tendo como tendência dominante a transição pacífica para uma sociedade socialista;

3. a formação de um capitalismo nacional no Brasil, com o intercâmbio e a participação do capital e da tecnologia exterior, mas sob controle nacional, viabilizada por um poder público fortalecido e pelo planejamento.

A terceira estratégia foi a mais vivamente buscada durante o segundo governo de Getúlio Vargas, em oposição à primeira estratégia, predominante no governo do General Dutra, que o precedeu. A adoção desta estratégia, entretanto, subordinava-se à atuação das forças sociais e das projeções de seus interesses, que pressionavam em função de uma e de outra alternativa. A

deposição de Vargas, em 1954, foi o resultado da radicalização dos setores que defendiam a internacionalização da economia.

O incentivo à industrialização, visando a formação de um capitalismo nacional, foi concretizado através de diversos órgãos técnicos, econômicos, financeiros e administrativos, que aumentavam o poder de interferência do Estado. Entre 1952 e 1953 surgiram, entre outras entidades, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e a Petróleo Brasileiro S. A. (Petrobrás). Paralelamente, o Brasil parecia fugir da esfera de influência dos Estados Unidos com a cessação das atividades da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (por decisão daquele país) e uma maior aproximação com a CEPAL.

3.1.2 - As pressões do imperialismo - O subsistema econômico brasileiro, sofrendo o curso de profundas transformações, por um lado, aproveitava as brechas concedidas pelo imperialismo para buscar um desenvolvimento de seu sistema produtivo mas, por outro, recebia renovadas solicitações e imposições do sistema capitalista mundial. Os Estados Unidos passaram a buscar apoio para o seu envolvimento na guerra da Coreia, expressão militar da Guerra Fria. Era defendida, inclusive, a criação de uma força militar latino-americana de 140 mil homens<sup>9</sup>. A IV Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos pretendia mobilizar os países latino-americanos para a Guerra da Coreia, reforçar o espírito da Guerra Fria e a dominação econômica dos Estados Unidos, buscando:

"1) Medidas para que a Junta Interamericana de Defesa preparasse, 'dentro do tempo mais breve possível, a defesa coordenada deste Hemisfério'; 2) melhorar as medidas de segurança interna de cada país, para impedir 'a subversão e outras formas de agressão indireta pelo movimento comunista internacional'; 3) 'mobilizar as forças econômicas do continente'"<sup>10</sup>.

As solicitações para o engajamento do Brasil na Guerra da Coreia chegaram a ser formuladas da maneira mais direta possível, através de uma carta de Truman a Vargas<sup>11</sup>, datada de 9 de abril de 1951. Vargas preferiu evitar o comprometimento de uma

resposta. A 27 de junho de 1951 Vargas recebia uma requisição de envio de soldados à Guerra da Coréia, da Secretaria Geral da ONU. Depois de muito protelar, observado o clima interno francamente desfavorável ao envolvimento na guerra coreana, Vargas recusou a participação brasileira.

A diplomacia norte-americana, entretanto, tinha objetivos estratégicos mais audaciosos do que a simples ampliação no número de países envolvidos na guerra da Coréia. Os Estados Unidos tornavam cada vez mais agressiva sua diplomacia na ampliação do "seu poder internacional de polícia, conjugando a diplomacia do dólar à força do big stick, ou seja, do grande cassetete, numa série de atos e instrumentos que o Governo de Truman elaborou, ao deflagrar a Guerra Fria contra a União Soviética"<sup>12</sup>.

A guerra militar contra a Rússia, visando a liquidação do socialismo, e o comprometimento político e econômico dos países do mundo ocidental eram objetivos subjacentes a essa diplomacia. O Acordo Militar Brasil-Estados Unidos firmado a 15 de março de 1952, procurava impor ao país "os objetivos das leis americanas, a Lei de Assistência e Defesa Mútua (Mutual Defense and Assistance Act), de 1949, e a Lei de Segurança Mútua (Mutual Security Act), de 1951, cabendo ao Governo do Rio de Janeiro o financiamento de sua execução"<sup>13</sup>.

"É a primeira vez na História Universal que, sem ter se empenhado em guerra alguma, nem sofrido derrota militar, nações capitulam e abdicam de sua soberania, aceitando em seu território a vigência de leis de outro país, discutidas e a discutir, votadas e a votar apenas pelo Parlamento de que não participam' - comentou o então Juiz de Direito Osny Duarte Pereira, acrescentando: 'Pela primeira vez, em nossa História, depois que nos libertamos de Portugal, leis, não elaboradas pelos nossos Deputados, nem por Governos nossos, terao vigência dentro de nossas fronteiras'. Os funcionários e militares americanos encarregados de observar a aplicação da assistência e de colher 'informações técnicas indispensáveis à realização dos objetivos do presente Acordo', gozariam de todas as facilidades e desfrutariam das mesmas prerrogativas e imunidades concedidas aos diplomatas. A reciprocidade formal, expressa no texto, mais uma vez disfarçava a unilateralidade

de de fato.

"O mais sério, entretanto, o documento apenas insinuava, de modo propositadamente vago e indefinido. O item 1º do art. 1º declarava que o Brasil e os Estados Unidos negociariam, periodicamente, ajustes pormenorizados, por troca de notas, 'para aplicar o disposto neste parágrafo', ou seja, 'os planos que determinem a participação de ambos os Governos em missões relevantes', para a defesa do Hemisfério Ocidental. O Brasil não só aderiria, incondicional e indiscriminadamente, a toda e qualquer ação de guerra que os Estados Unidos empreendessem, alegando a defesa e a segurança do chamado mundo livre, como o Presidente da República ficava com o poder de assinar o verdadeiro tratado, em termos efetivos e concretos, por meio de troca de notas e sem o conhecimento do Congresso. Os ajustes pormenorizados, como disse Osny Duarte Pereira, constituam a essência e a razão do Acordo, cuja aplicação se pretendia subtrair até mesmo o eventual julgamento pelo judiciário.

"O Acordo Militar, cumprindo os dispositivos da Lei de Defesa e Assistência Mútua e da Lei de Segurança Mútua, continha cláusulas que obrigavam o Brasil a adotar 'medidas de defesa econômica e controles comerciais contra as ameaças de qualquer nação', assim como a 'fornecer aos Estados Unidos da América principalmente materiais estratégicos, sob a fiscalização de seus órgãos administrativos'. O Brasil, em outras palavras, dispunha-se a fechar o seu mercado à entrada de capitais e produtos que porventura prejudicassem à economia das empresas americanas e ainda entregaria manganês, urânio e areias monazíticas aos Estados Unidos, a preço real, conforme os entendimentos entre João Neves e o Embaixador Herschell V. Johnson. Esse compromisso o Brasil cumpriria, antes mesmo de concluir as conversações sobre o Acordo Militar"<sup>14</sup>.

Bem antes da firmação do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, no mesmo dia 21 de fevereiro de 1952, em que era criada a Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos, e "sem que os seus membros tivessem sequer sido nomeados", era autorizada por esse órgão a "remessa de 5 mil toneladas, por ano, de monazita in natura e refinada, para os Estados Unidos"<sup>15</sup>.

"Esta constitui, pela primeira vez no Governo de Vossa Excelência, a quebra da política defendida pelo Conselho Nacional de Pesquisa e

pelo Conselho de Segurança Nacional, no tocante à exportação de minerais atômicos' - escreveu a Vargas, algum tempo depois, o General Aguiinaldo Caiado de Castro, Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

"O Coronel Armando Dubois Ferreira, no ofício secreto nº C/91, datado de 17 de janeiro de 1952 e dirigido ao Chanceler João Neves da Fontoura, aludiu a motivos superiores, que 'impeliram o Governo da República a adiantar as negociações relativas aos fornecimentos da monazita ao Governo americano, sem entrar, nesta altura, no terreno das compensações específicas que foram objeto das recomendações do Conselho'. No curso dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada em 1956, constou, aliás, que os Estados Unidos impuseram ao Brasil duas condições: ou fornecer os minerais atômicos ou mandar forças para a Coréia. Mas o Conselho de Segurança Nacional, que discutira a questão da Coréia, só veio a saber do convênio sobre a monazita, em 22 de setembro de 1952, sete meses depois de sua assinatura. Os motivos eram tão superiores que o Itamarati nem o consultou. Mesmo assim, o Conselho de Segurança Nacional manifestaria a sua discordância, na Exposição de Motivos nº 696, de 14 de outubro daquele ano, embora já não pudesse impugnar a transação, como salientou o General Caiado de Castro"<sup>16</sup>.

A entrada da Rússia na corrida nuclear fez aumentarem as pressões sobre o Brasil, rico em materiais radioativos. De fato, os materiais atômicos interessavam muito mais aos Estados Unidos do que a entrada do Brasil na guerra contra a Coréia. Getúlio cedeu às pressões e "a corrida do urânio coincidiu com o avanço sobre o petróleo"<sup>17</sup>.

O imperialismo norte-americano começou a mobilizar todas as forças disponíveis para impor-se no Brasil. A repressão iniciou no Exército, após a saída do General Estillac Leal, principal expressão militar da resistência nacionalista, do Ministério da Guerra nos primeiros dias de março. Abandonando o Ministério, após o Acordo Militar ter sido aprovado sem a sua anuência, Estillac Leal passou a disputar acirrada campanha pela Presidência do Clube Militar. Nesse período, dezenas de militares das três armas, que pugnavam pelas posições nacionalistas, foram submetidos a inquéritos e prisões. "Quartéis foram transformados em locais de torturas, oficiais transforma-

ram-se em carrascos, celas em câmaras de defuntos, com a anuência ou a conivência, ou a cumplicidade de Comandantes de unidades, e com o conhecimento de Generais"<sup>18</sup>.

A bárbara perseguição de militares foi acompanhada de intensa campanha movida pela imprensa ligada aos interesses estrangeiros contra a Revista do Clube Militar. "Entre editoriais, notas, entrevistas, tópicos, notícias, contra o Clube Militar e sua Diretoria, contavam-se por centenas, diariamente, os ataques"<sup>19</sup>. As manobras levaram à Presidência do Clube Militar o General Alcides Etchegoyen, que defendia uma "estreita colaboração militar econômica com os Estados Unidos, em defesa do Hemisfério Ocidental, e por enérgicas medidas contra os comunistas no Brasil"<sup>20</sup>.

Oficiais e agentes norte-americanos participaram, comprovadamente, de várias diligências efetuadas contra militares brasileiros<sup>21</sup>. "A Central Intelligence Agency (CIA), o Ponto Quatro e outros órgãos que Truman criara e desenvolvera, já operavam no Brasil, dentro da doutrina de contenção do Comunismo. E Comunismo era tudo que se opunha aos interesses dos Estados Unidos"<sup>22</sup>. A CIA estendia as garras do imperialismo norte-americano sobre o mundo. No Irã, o premier Mohammed Mossadegh, nacionalizando o petróleo, provocou a fúria dos Estados Unidos, sendo derrubado pela CIA. Nesse episódio, no final de 1952, pouco antes da deposição de Mossadegh, o embaixador brasileiro Hugo Gouthier foi expulso do Irã pela interferência em favor dos Estados Unidos e contrária aos interesses do país na questão do petróleo<sup>23</sup>.

Em fins de 1952, com a ascensão do General Dwight Eisenhower à Presidência dos Estados Unidos, os grandes capitalistas norte-americanos obtinham o controle do Estado. Oswaldo Aranha, nesta época, previa o significado da vitória de Eisenhower:

"O Governo de Truman foi o dos pequenos negócios de homens pequenos e este (o de Eisenhower), espera-se, será não de pigmeus, mas dos maiores gigantes e magnatas deste país e, portanto, do mundo"<sup>24</sup>.

"Este será um Governo republicano e militar. Entre les deux mon coeur balance sem saber

qual o pior. A Wall Street será o Estado-maior. A reação virá para o mundo destas duas forças conjugadas no maior poderio já alcançado por um povo e na hora mais incerta e insegura para a vida de todos os povos. O capitalismo no poder não conhece limitações, sobretudo as de ordem internacional. O esforço para voltar à ordem mundial é o espetáculo que iremos assistir. A nova ordem, que se iniciava pela libertação dos povos do regime colonial, vai sofrer novos embates. Mas acabará por vencer, mesmo porque este povo, ao que me parece, não está unido no sentido de apoiar esta volta violenta a um passado internacional que levará, inevitavelmente o país à guerra com quase todos os demais povos"<sup>25</sup>.

Junto com Eisenhower, chegavam ao poder Nelson Rockefeller e George Humphrey, ligados a negócios de petróleo e manganés no Brasil. Ante a ameaça de uma radicalização ainda maior na política externa norte-americana, Vargas sonda o General Perón para uma aliança entre os três principais países do cone sul da América Latina: a formação do ABC, reunindo Argentina, Brasil e Chile. Perón, da Argentina e Ibañez, do Chile, dispuseram-se imediatamente à formação da aliança. Vargas, porém, desacele-rou as negociações na expectativa de uma melhoria das relações com Washington. Alzira Vargas, filha de Getúlio, visita os Estados Unidos com boa receptividade, mas logo as relações se deterioram. Em junho de 1953, numa decisão unilateral, Eisenhower dissolve a Comissão Mista Brasil-EUA.

3.1.3 - Reação anti-imperialista - A inflexibilidade de Eisenhower faz com que Vargas passasse a alimentar uma tendência política de formação de um capitalismo nacional. Entre junho e julho de 1953, é reformulado o corpo ministerial: João Goulart assume a Pasta do Trabalho; Aranha a Pasta da Fazenda e Vicente Rao substitue a João Neves, ex-presidente da Ultragás S. A. do grupo Standard Oil, no Itamarati. A 3 de outubro, depois de muitas lutas políticas, pela Lei 2.004, criou-se a Petrobrás e instituiu-se o monopólio estatal do petróleo.

Aranha executou, no Ministério da Fazenda, uma reforma cambial através da Instrução 70, que "encareceu os bens de produção importados, estimulando a fabricação de similares nacionais, a utilização da capacidade ociosa da indústria brasileira e a sua ampliação, para atender a demanda do mercado"<sup>26</sup>.

As contradições externas e internas obrigavam o esforço do desenvolvimento a marchas e contramarchas: o primeiro presidente da Petrobrás, por exemplo, acabou sendo Juraci Magalhães, ardoroso inimigo de sua criação, que tomou como uma das primeiras providências, a contratação nos Estados Unidos, "para chefe da prospecção, Mr. Link, o geólogo mais bem pago do mundo encarregado de 'provar' que, fora dos reduzidos campos baianos, o Brasil não tinha petróleo"<sup>27</sup>.

Outro foco de preocupações de Getúlio foi a remessa de lucros para o exterior: "Estou sendo sabotado por interesses de empresas privadas que já ganhavam muito no Brasil, que tem em cruzeiros duzentas vezes o capital que empregam em dólares e continuam transformando os nossos cruzeiros em dólares para emigrá-los para o estrangeiro a título de dividendos"<sup>28</sup>.

"Segundo os cálculos do Ministério da Fazenda, as empresas americanas, sediadas no Brasil, enviaram para as suas matrizes lucros da ordem de Cr\$ 2.628.204.057,10, em 1951, e de Cr\$ 1.993.216.124,00, em 1952. E isto sem falar no superfaturamento, que Vargas, posteriormente atacaria"<sup>29</sup>.

"Os investimentos diretos norte-americanos, em 1953, alcançavam valor equivalente a um bilhão e dezessete milhões de dólares, mais do que quatro vezes o total existente em 1940, da ordem de, aproximadamente, 240 milhões. No mesmo período, porém, só entraram no Brasil cerca de 13 milhões de dólares, como investimentos e saíram 807 milhões, para atender ao serviço da remessa de lucros e dividendos das firmas americanas. De 1947 a 1957, conforme os dados da SUMOC, as remessas de lucros para o exterior ultrapassaram a cifra de 975 milhões de dólares e isto sem contar a fuga de divisas, pelo mecanismo do superfaturamento e do envio de donativos particulares. No mesmo período, como salientou Sérgio Magalhães, a soma do deficit acumulado pelo Brasil alcançou, por estranha coincidência, a cifra de 1.503 milhões de dólares, que correspondia ao total dos lucros das empresas estrangeiras, enviados para o Exterior e reinvestidos no país"<sup>30</sup>.

Para fazer frente à exploração, Vargas criou, através do Decreto nº 34.839, um controle para a remessa de capital ao exterior "que não só fixava em até 10% ao ano (8% para os juros) as remessas de lucros e dividendos, pelo mercado de taxa

livre, como impunha às empresas estrangeiras a obrigatoriedade de se registrarem na Superintendência da Casa da Moeda e do Crédito (SUNOC), a fim de gozar das vantagens oferecidas pelo Governo"<sup>31</sup>.

As medidas adotadas por Vargas não conseguiram estancar a evasão de capital face ao recuo do Governo ante as pressões. Assim, prosseguiu a transferência de lucros "sem qualquer controle e utilizando todos os processos clandestinos e ilegais, tais como o superfaturamento e o expediente de donativos particulares, para fraudar a economia do país"<sup>32</sup>. Havia, até mesmo, compensações para o capital estrangeiro na própria política monetária vigente. A Lei 1.807, de 7 de janeiro de 1953, por exemplo, "proporcionou aos capitais estrangeiros um regime de privilégios, eliminando, com a criação do mercado livre, paralelo ao oficial, quaisquer restrições à remessa de lucros, juros e dividendos"<sup>33</sup>.

A luta contra o imperialismo, mesmo truncada com os avanços e recuos de Getúlio, aguçou violentamente as contradições entre os Governos do Rio de Janeiro e de Washington. A agressividade do imperialismo norte-americano chegou ao ponto de sabotar os esforços brasileiros para implantação de instalações nucleares em convênio com a Alemanha. Invocando o Atomic Act (Lei McMahon), que permitia o acesso de outros países apenas a conhecimentos sem importância e não classificados como secretos, os Estados Unidos tudo fizeram para boicotar a política nuclear brasileira. Em janeiro de 1954, foram dispendidos 80 milhões de dólares na fabricação secreta, por 14 fábricas alemãs, de peças que permitiriam construir no Brasil ultracentrífugas para a produção de urânio enriquecido. O equipamento sequer foi embarcado para o Brasil: "O Brigadeiro inglês Harvey Smith, do Military Board Security, apreendeu todo o material das ultracentrífugas, por ordem expressa do Alto Comissário americano, o Professor James Conant"<sup>34</sup>.

3.1.4 - Resposta: a morte de Getúlio Vargas - A insegurança do capital estrangeiro aumentou com a ameaça de nacionalização das grandes empresas de eletricidade (Light & Power e Bond & Share). A imprensa levava a extremos o McCarthyismo cri-

oulo que fazia eco da caça às bruxas nos Estados Unidos. O jornalista Carlos Lacerda e a UDN comandavam o ataque sistemático às posições nacionalistas do Governo de Getúlio. Em fevereiro de 1954 surge o manifesto dos coronéis, documento que reclamava da carência de verbas e equipamentos e do mau pagamento dos efetivos do Exército. O documento também posicionava-se contra o pretendido aumento do salário-mínimo e não deixava de lembrar a ameaça do "Comunismo solerte, sempre à espreitar, ameaçando os próprios quadros institucionais da nação, talvez, de subversão violenta".

"Os homens de negócios, que rangiam os dentes de impotência, fizeram os Coronéis bater as esporas. O movimento, liderado pelos Coronéis Jurandir Bizarria Mamede, Amauri Kruehl<sup>35</sup>, Ademar de Queiroz, Silvio Castor da Nóbrega e Newton Fiúza, contava com o apoio de Ademar de Barros, do General Cordeiro de Farias e de jornais como 'O Estado de São Paulo', 'Correio da Manhã', 'Diário de Notícias' e 'O Globo'. E Vargas cedeu"<sup>36</sup>.

As pressões dirigiram-se principalmente contra o Ministro do Trabalho, João Goulart, que foi obrigado a deixar o cargo. "Não me deixei intimidar com o descontentamento que minha conduta provocou naqueles que vivem acumulando lucros à custa do suor alheio. Abri as portas do Ministério aos oprimidos" - escreveu Goulart a Vargas no episódio da saída do Ministério. Goulart afirmava, também, repudiar "o capitalismo desumano, absorvente de forma e essência, caracteristicamente antibrasileiro, que gera trustes e cria privilégios, e que, não tendo pátria, não hesita em explorar e tripudiar sobre a miséria do povo"<sup>37</sup>.

No dia 1º de maio, contra o manifesto dos militares, Vargas concedeu aumento de 100% sobre o salário-mínimo. Buscava, como forma de resistir à pressão, uma aproximação com os trabalhadores: "Hoje, vocês estão com o Governo. Amanhã, vocês serão o Governo"<sup>38</sup>, afirmou Getúlio discursando naquela data. Os Estados Unidos torpedeavam a economia com o corte das importações de café:

"(...) as vendas daquele produto aos Estados Unidos baixaram, nos primeiros meses de

1954, para 2.900.000 sacas, contra 4.100.000, no mesmo período do ano anterior. A situação, em agosto, piorou ainda mais. O Brasil exportou para os Estados Unidos somente 145 mil sacas, contra 860 mil do mesmo mes de 1953. As cotações de café, que, em abril de 1954, atingiram a vertiginosa altura de 95 centavos a libra-peso, desceram com a mesma rapidez com que subiram. 'Em relação ao mes de agosto' - informa Nelson Werneck Sodré - 'o declínio é expresso na diferença entre os 66 milhões de dólares pagos em 1953 e os 14 milhões apenas pagos em 1954. A balança comercial do Brasil, no fim do ano, acusaria um deficit de 30 milhões de dólares, que provocou, juntamente com a liquidação dos demais compromissos externos, serviço da dívida externa e remessa de lucros, a depreciação cambial do cruzeiro em cerca de 60%. O Brasil dependia do café. E o café, dos Estados Unidos"39.

A agitação tornou-se incontrolável. As assembléias de oposição no Exército, a campanha movida pela imprensa, a luta parlamentar da UDN e a Cruzada Democrática (reunindo homens como os generais Juarez Távora, Oswaldo Cordeiro de Farias e o Brigadeiro Eduardo Gomes) começaram a ser respondidas com greves pelos trabalhadores. O atentado da rua Toneleros, contra Carlos Lacerda que resultou ferido, provocou a morte do Major Vaz, que o acompanhava como guarda-costa. Logo soube-se do envolvimento de Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Getúlio. O crime foi usado para engrossar as denúncias de corrupção no Governo Vargas, alardeadas pela imprensa. A 21 de agosto de 1954 os militares fazem um ultimatum a Vargas, exigindo a sua renúncia. Vargas nega-se terminantemente a renunciar. A 23 de agosto, 30 Generais, em manifesto, reafirmam a necessidade da renúncia de Vargas. E, finalmente, na manhã de 24 de agosto, a notícia explode no país: Vargas suicidou-se com um tiro no peito. As massas ganham as ruas, mobilizadas pela comoção da morte e pelas denúncias da carta-testamento deixada por Getúlio. Em diversas cidades, empresas americanas são atacadas pela população revoltada, assim como as sedes da Rádio Globo, da Tribuna da Imprensa e de outros veículos de comunicação que promoveram a campanha contra Vargas. Na carta-testamento o povo encontrou força e motivo para revoltar-se:

"A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais

revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei dos lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário-mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás; mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente".

### 3.2 - Governo de Juscelino Kubitschek

A derrota de Juarez Távora e Milton Campos, candidatos pela UDN à Presidência e Vice-Presidência da República, e a eleição de Juscelino Kubitschek e João Goulart, foi a resposta do povo brasileiro ao movimento golpista que antecedeu à queda de Getúlio. Os udenistas, entretanto encabeçados por Carlos Lacerda no Clube da Lanterna e no jornal Tribuna da Imprensa, não aceitaram a derrota eleitoral e procuraram impedir a posse.

"A crise eclodiu quando o Coronel Jurandir Bizarria Mamede, aproveitando o enterro do General Canrobert Pereira da Costa, pronunciou um discurso contra a posse dos eleitos, infringindo a disciplina militar. O General Lott quis puni-lo. E surgiram os problemas. A essa altura, Café Filho, alegando enfermidade cardiovascular, passou o Governo a Carlos Luz, Presidente da Câmara dos Deputados. Era 8 de novembro. Luz não concordou com a punição de Mamede e exonerou Lott, nomeando para o seu lugar o General Álvaro Fiúza de Castro, que não chegou a se empossar. Na madrugada de 10 para 11 de novembro, o Exército depôs Carlos Luz e, no dia 21, repetiu a mesma operação para impedir que Café Filho reassumisse o Governo. Nereu Ramos, Presidente do Senado, dirigiu o país, até a posse de Juscelino Kubitschek, em 31 de janeiro de 1956"<sup>40</sup>.

Com Juscelino na Presidência instaurou-se uma nova ideologia do desenvolvimento no país. Em Juscelino e Getúlio Vargas o desenvolvimento está ligado à idéia de industrialização. O que difere um do outro é a presença do conceito de "autonomia econômica", primordial em Getúlio, que parece ser secundária ou distinta em Juscelino. Essa tendência, no Governo Kubitschek, se tornou explícita, principalmente, no Plano de Metas, que "implicou numa mudança qualitativa da figura e dos papéis do Estado"<sup>41</sup>.

"De fato, esse programa implicou na adoção de uma política econômica de associação e interdependência, em âmbito internacional. Isto significava que os governantes optaram por uma estratégia política de desenvolvimento que trazia consigo, como componente essencial, a reelaboração da dependência estrutural, que sempre caracterizou a economia brasileira. E significava, ainda, que a intervenção estatal na economia deixara de inspirar-se na idéia de emancipação ou autonomia. A verdade é que o Programa de Metas implicou na modificação substancial do sentido político da atividade governamental. Nos anos de 1956-60 acomodaram-se positiva e dinamicamente os fins e os meios, de modo a produzir-se o desenvolvimento industrial segundo as condições e as possibilidades estabelecidas pela reprodução do capital. Isto é, a reprodução capitalista acelerou-se de conformidade com as tendências do setor privado, nacional e estrangeiro"<sup>42</sup>.

A participação do Estado na economia tornou-se uma garantia para os investimentos estrangeiros, centrando-se<sup>43</sup> na:

a) eliminação dos pontos de estrangulamento através de investimentos em infra-estrutura, nas áreas de menor interesse do setor privado;

b) expansão da indústria de base, com estímulos a investimentos privados nacionais e estrangeiros (indústria automobilística, indústria pesada e de material elétrico pesado).

Essa política econômica consolidou a preponderância do setor industrial como "unidade chave" do sistema<sup>44</sup>. A busca internacional da industrialização aproveita a disponibilidade da tecnologia e bens de capital no mercado mundial. O baixo custo da mão-de-obra nacional multiplicará as possibilidades de acumulação com a simples transferência de tecnologia, isto é, trabalho morto externo<sup>45</sup>. O aumento da produtividade sem uma correspondente participação da Força de Trabalho no rendimento do capital, também contribuirá para um processo de concentração de renda.

A associação com o capital estrangeiro será importante, por isso, principalmente pela transferência de tecnologia. A omissão do Estado em regulamentar as condições, ou mesmo inter-

mediar o repasse de tecnologia, fez com que a sua transferência se processasse diretamente das empresas estrangeiras para as nacionais ou suas subsidiárias localizadas no Brasil. Esse processo acentuou a dependência da economia brasileira. A penetração do capital estrangeiro orienta-se, principalmente, para os ramos dinâmicos e, já que "esses ramos são os motores da expansão, o capital estrangeiro de certo modo 'controla' o processo dessa expansão; por oposição, o capital nacional 'controla' menos a economia brasileira que há vinte anos atrás"<sup>46</sup>.

A interferência estrangeira no Brasil, principalmente a norte-americana, não se restringia unicamente ao plano econômico. A luta anti-imperialista levada em diversos países da América Latina aumentava a preocupação dos Estados Unidos com a necessidade de um maior controle social. O anti-americanismo chegava a níveis intoleráveis para os Estados Unidos e Cuba tipificava a "perniciosa" radicalização desse estado de ânimos. Em 1958, a visita do Secretário de Estado Foster Dulles deixa clara a posição dos Estados Unidos que todos os problemas da América Latina se reduziam à luta anticomunista<sup>47</sup>.

"E este constituía o primeiro item de sua agenda. Ele queria a adoção de maiores medidas de segurança, a coordenação de serviços secretos, a oficialização da espionagem da CIA no Brasil. Não admitia, por outro lado, a possibilidade de qualquer financiamento ou endosse do Eximbank a negócios com a Petrobrás. Dissertou sobre os benefícios colhidos pelos Estados Unidos, no regime de livre iniciativa, e disse que o seu Governo não desviaria recursos públicos, mais escassos, para aplicar num setor onde havia abundância de capitais privados. O Estado americano não se imiscuiria com o petróleo. A sua exploração competia aos grupos particulares"<sup>48</sup>.

A abertura de espaço político nos países da América Latina seguia sempre o movimento dos interesses econômicos que se ampliavam cada vez mais. No Brasil, o esforço para controlar o petróleo, produziu várias tentativas para anular as posições nacionalistas já assumidas. Os representantes dos grupos estrangeiros estavam presentes no Governo de Juscelino e manobravam para cumprir suas tarefas entreguistas.

"O primeiro escândalo estourou, em fins de 1958, quando se desenvolvia a campanha contra a Petrobrás. O Coronel Alexínio Bittencourt, Presidente do Conselho Nacional de Petróleo, denunciou as gestões de Roberto Campos, à frente do BNDE, para forçar as empresas brasileiras, interessadas na exploração do petróleo boliviano, a receber financiamento da Pan American Land Oil & Royalty Co., sob condições que implicavam a sua completa desnacionalização. Enviou a Kubitschek um relatório secreto, que o Correio da Manhã descobriu e revelou. A Comissão Parlamentar de Inquérito, que apurava as críticas à Petrobrás, passou a investigar o caso de Roboré e comprovou, com testemunhos e farta documentação, a culpabilidade de Roberto Campos. Os estudantes saíram às ruas. Exigiram a sua demissão da Presidência do BNDE. A polícia interveio e houve pancadas e correrias. Mas o movimento continuou. A UNE voltou a promover outra passeata, com o enterro simbólico de Roberto Campos. Kubitschek não teve outra alternativa senão destituí-lo"<sup>49</sup>.

O inaceitável comprometimento exigido para a participação dos Estados Unidos na promoção do desenvolvimento da economia brasileira, levou o Governo Kubitschek a aproximar-se dos países europeus, da União Soviética e outros países socialistas. A ameaça da proximidade com os países socialistas que ofereciam condições de intercâmbio econômico muito mais favoráveis do que os Estados Unidos, pôs em pânico os diplomatas de Washington. As formulações brasileiras de inconformidade com a diplomacia norte-americana, concretizaram-se basicamente na Operação Pan-Americana (OPA): "Desejamos formar ao lado do ocidente, mas não desejamos constituir o seu proletariado"<sup>50</sup> - afirmou Kubitschek numa conferência sobre os objetivos da Operação Pan-Americana. Esta manobra diplomática procurava galvanizar o descontentamento dos países latino-americanos, manifesto com violência durante a visita do vice-presidente Richard Nixon. "Verifico que no Brasil - e creio que nos demais países do Continente - amadureceu a consciência de que não convém mais formarmos um mero conjunto coral, uma retaguarda incharacterística, um simples fundo de quadro"<sup>51</sup>, disse Kubitschek perante os embaixadores latino-americanos. Washington passou, de todos os modos, a esvaziar o significado da OPA. A situação agravou-se com a derrubada da ditadura de Fulgêncio Batista em Cuba, e a instauração da primeira República Socialista das Américas.

Os Estados Unidos, para normalizar as relações com a América Latina, prometeu programas de assistência. Mas, na realidade, não havia como exigir um Plano Marshall, que patrocinasse a industrialização de qualquer país da América Latina<sup>52</sup>. Nem internamente conseguia-se criar as condições favoráveis para um processo de industrialização conseqüente com as necessidades brasileiras. O Programa de Metas, que pretendia racionalizar a condução da política governamental, baseava-se na atração de capital e tecnologias estrangeiras e no estímulo da poupança nacional e mudança do sistema produtivo<sup>53</sup>. Transportes, energia, alimentação e indústria de base eram os setores mais importantes do Plano de Metas. A importância atribuída à participação estrangeira no desenvolvimento da economia brasileira pode ser avaliada pela Instrução 113, da SUMOC, criada no Governo Café Filho, que liberava às empresas estrangeiras a importação de "bens de produção, sem cobertura cambial, enquanto negava o mesmo direito aos brasileiros"<sup>54</sup>. A atração através de estímulos dessa espécie e o protecionismo aos produtos industrializados nacionais, características da economia brasileira, forçava o capital estrangeiro a localizar-se no país, para não perder o acesso ao mercado<sup>55</sup>.

A abertura para o capital estrangeiro possibilitou que o imperialismo passasse a agir organicamente na sociedade brasileira, através da internalização de suas estruturas. O Estado, avocando a si funções mais amplas, assumia uma posição ainda mais privilegiada na sociedade. A disponibilidade de "recursos técnicos, científicos e organizatórios, disponíveis para a pesquisa, análise e interpretação de problemas econômicos em geral"<sup>56</sup>, desfrutada pelo Estado, aumentou a sua capacidade de compreensão e acesso aos problemas nacionais. O Legislativo foi, na prática, sendo posto de lado pelo Executivo que continuamente criava órgãos e aumentava seu poder de intervenção<sup>57</sup>. O caráter assumido pelo Estado na condução da política econômica brasileira permite concluir que "a privatização, a internacionalização e a hipertrofia do Executivo encontravam-se e conjugavam-se numa ditadura disfarçada da burguesia industrial"<sup>58</sup>.

Durante o Governo de Kubitschek a indústria chegou a apre-

sentar taxas de crescimento em torno de 10% e 11%. Em 1958, o setor de meios de produção "contribuia com 55,5% para o conjunto da produção industrial brasileira superando o de bens de consumo (44,5%)"<sup>59</sup>. A produção industrial passou a ser realizada basicamente dentro do país, apesar de controlada pelas subsidiárias dos grandes grupos estrangeiros.

Capitais europeus também contribuíram para esse desenvolvimento econômico, ainda que os Estados Unidos fossem a maior potência investidora. Entre 1951 e 1961, o Brasil foi o país que recebeu a maior parte dos investimentos alemães no exterior<sup>60</sup>.

"Isto fortaleceu, sem dúvida, a área de resistência aos Estados Unidos e acirrou a luta interimperialista, engendrando inúmeras contradições no quadro brasileiro, tanto econômico quanto político. Mas o rush dos capitais europeus, os alemães liderando, foi igualmente um dos fatores que impeliram os Estados Unidos a incrementar os investimentos na indústria Brasileira, a partir de 1956, para manterem e consolidarem a sua hegemonia. Em 1958, de 1.650 grupos estrangeiros, que tinham investido no Brasil, 591 (pouco mais de 1/3) pertenciam aos Estados Unidos. Nessa mesma época, 552 firmas (num total de 1.353 registradas como brasileiras, mas com participação direta de capitais estrangeiros) eram americanas, sem contar aquelas (cerca de 76) onde havia triangulação"<sup>61</sup>.

"Os números abaixo permitem a visualização da supremacia americana no Brasil:

<u>Países de Origem</u>	<u>Nº de grupos investidores</u>
Estados Unidos	591
Inglaterra	168
França	152
Alemanha	137
Suíça	102
Outros (28 países)	500

"São 33 países de origem. Afora os 5 principais, especificados acima, somente a Itália, entre os 28 restantes, apresentava um número (69) mais expressivo de grupos investidores"<sup>62</sup>.

Entre os fatores que concorreram para o processo de industrialização, além do capital e da tecnologia estrangeira, encontra-se a exploração da força de trabalho, que forneceu o

excedente interno para a manutenção de altas taxas de acumulação. A política salarial prosseguiu cumprindo uma função de política de confisco, com os reajustes salariais desproporcionais em relação ao aumento do custo de vida e da produtividade. No quadro seguinte, podemos acompanhar a evolução do salário mínimo real nos dois maiores centros industriais do país<sup>63</sup>.

TABELA V  
Salário-mínimo real - Guanabara e São Paulo

ANO	ÍNDICES (BASE - 1944 = 100)		VARIACÃO ANUAL	
	Guanabara	São Paulo	Guanabara	São Paulo
1944	100	100		
1945	84,2	80,3	- 15,8	- 19,7
1946	74,1	70,9	- 12,0	- 11,7
1947	60,7	53,8	- 18,1	- 24,1
1948	58,0	49,6	- 4,4	- 17,8
1949	55,4	50,4	- 4,5	+ 1,6
1950	50,9	47,9	- 8,1	- 5,0
1951	53,6	53,0	+ 5,3	+ 10,6
1952	122,3	124,8	+ 128,2	+ 135,5
1953	107,1	101,7	- 12,4	- 18,5
1954	144,6	138,3	+ 35,0	+ 36,0
1955	142,9	139,3	- 1,2	+ 0,7
1956	150,9	147,0	+ 5,6	+ 5,5
1957	159,8	153,8	+ 5,9	+ 4,6
1958	140,2	133,3	- 12,3	- 13,3
1959	106,3	101,7	- 14,2	- 23,7
1960	140,2	130,8	+ 13,2	+ 28,6
1961	161,6	146,2	+ 15,3	+ 11,8
1962	137,5	123,9	- 15,0	- 15,3
1963	128,6	114,5	- 6,5	- 7,6
1964	124,9	116,3	- 2,1	+ 1,6
1965	119,6	112,8	- 5,0	- 3,0
1966	107,1	97,4	- 10,7	- 13,7
1967	104,5	95,7	- 2,4	- 1,7
1968	103,6	94,0	- 0,9	- 1,8

Tomado de: Alberto Mello e Souza. "Efeitos Econômicos do Salário-Mínimo", In APEC - A Economia Brasileira e suas Perspectivas, Estudos APEC, APEC Editora S. A., Rio, julho de 1971. In OLIVEIRA, Francisco de. A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista. São Paulo, Estudos CEBRAP, 3, 1975.

Fonte dos Dados Originais: Anuário Estatístico do Brasil e Conjuntura Econômica.

"É fácil a constatação, em primeiro lugar, de que 25 anos de intenso crescimento industrial não foram capazes de elevar a remuneração

real dos trabalhadores urbanos (pois dos dados sob análise excluem-se os trabalhadores rurais, os funcionários públicos e os autônomos), sendo que no Estado mais industrializado, o nível do salário mínimo real em 1968 era ainda mais baixo que em 1964! Além disso, pode-se perceber claramente três fases no comportamento do salário-mínimo real: a primeira, entre os anos de 1944 e 1951, reduz pela metade o poder aquisitivo do salário; a segunda, entre os anos 1952 e 1957, mostra recuperações e declínios alternando-se na medida do poder político dos trabalhadores: é a fase do segundo Governo Vargas, que se prolonga até o primeiro ano do Governo Kubitschek; a terceira, iniciando-se no ano de 1958, é marcada pela deterioração do salário-mínimo real, numa tendência que se agrava pós-anos 64, com apenas um ano de reação, em 1961, que coincide com o início do Governo Goulart. Difícil é não se tirar a conclusão de que a característica geral do período é a de aumento da taxa de exploração do trabalho, a qual foi contrarrestada apenas quando o poder político dos trabalhadores pesou decisivamente"<sup>64</sup>.

A mobilização das classes trabalhadoras se faz através de uma ampla pregação do significado da industrialização para o desenvolvimento do país. Nas palavras de Kubitschek, a industrialização era uma "necessidade imperiosa" e os brasileiros eram os "soldados do desenvolvimento"<sup>65</sup>.

"Pouco a pouco, avançava a hegemonia da cidade, enquanto universo cultural singular, sobre a cultura de tipo agrário. Pode-se mesmo dizer que durante o Governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira a cidade conquistou uma segunda vitória sobre o campo, no sentido de que o poder político passou, em maior escala, às mãos da burguesia industrial. De fato, nesses anos, a 'cultura da cidade', enquanto sistema de valores, padrões de comportamento e modos de pensar peculiares às relações de produção geradas com a produção industrial e a expansão do setor terciário, passou a exercer uma influência ainda maior nos debates políticos, científicos e artísticos realizados nos centros dominantes do País. A partir dos anos 1956-60, já não era mais possível reviver - a não ser como anacronismo - a ideologia da 'vocação agrária' do Brasil. A indústria, como categoria econômica, política e cultural passara a dominar o pensamento e a atividade dos governantes e das classes sociais dos centros urbanos grandes e médios"<sup>66</sup>.

"Os jornais se modernizaram, adotaram o

estilo direto, objetivo, seguindo o modelo americano, para a leitura do homem apressado (he who runs may read). As agências de publicidade (na maior parte americanas) implantaram técnicas de comunicação mais sofisticadas e aumentaram o controle sobre a orientação da imprensa no interesse (político ou econômico) dos anunciantes (também na maioria americanos). O consumo se desenvolveu nas grandes cidades e o povo se beneficiou com a difusão de aparelhos eletrodomésticos, geladeiras, rádios, máquinas de lavar, etc. Os supermercados começaram a aparecer, inaugurando o sistema de self-service (auto-serviço). Os cafés e bares aboliram mesas e cadeiras onde outrora artistas e intelectuais se reuniam. E a geração Coca-Cola chegou ao apogeu. O uso de blue-jeans (calças do tipo far-west) se generalizou. O ruído do jazz e do rock-and-roll abafou a melodia do samba. Os canais de televisão invadiram os lares, levando-lhes a contrafação e a subcultura. As colunas de Jacinto de Thormes e Ibrahim Sued glorificaram o vip, o top-set, o café society, os segmentos mais corruptos e apodrecidos da burguesia cosmopolita. E as classes dominantes aderiram ao whisky, ao drink"<sup>67</sup>.

A imersão nos valores culturais do imperialismo mascarava o braço da dominação. Entre 1951 e 1960, saíram do país para os Estados Unidos 10 bilhões de dólares sob a forma de remessa de lucros, cerca de dez vezes o valor dos investimentos norte-americanos existentes no país, enquanto o investimento direto foi de apenas 6,2 bilhões de dólares"<sup>68</sup>.

"Os interesses privados dos Estados Unidos espalhavam-se, no Brasil, por numerosos setores de atividades tais como bancos, companhias de investimentos, seguros, comunicações, empresas imobiliárias, hotéis, cinemas, publicações, publicidade e agropecuária. Mas apenas nove ramos da indústria (automobilística, distribuição de petróleo, vidros, cimento, energia elétrica, artefatos de borracha, produtos alimentícios e farmacêuticos) absorviam 3/4 dos capitais americanos, que totalizavam, aproximadamente, 953 milhões de dólares (1959), aplicados no país"<sup>69</sup>.

O Fundo Monetário Internacional (FMI), em meados de 1959, condicionou um empréstimo de 300 milhões de dólares ao Brasil à redução dos investimentos públicos, especialmente na Petrobrás, de modo a reduzir o ímpeto de industrialização"<sup>70</sup>. A acentuação das contradições com os Estados Unidos agravou-se quando Kubit-

schek rompeu com o Fundo Monetário Internacional, acusando "o FMI e os inimigos do Brasil independente, de tentares forçar uma capitulação nacional, a fim de que a indústria caísse em mãos forasteiras"<sup>71</sup>.

A reação anti-imperialista prosseguiu com manifestações no Exército, através do Clube Militar, e com a encampação, pelo Governador Leonel Brizola, do Rio Grande do Sul, da Companhia de Energia Elétrica Riograndense, subsidiária da American & Foreign Power Co. (Bond & Share)<sup>72</sup>. O aumento das contradições internas e externas mobilizava os trabalhadores em busca de melhores salários. As posições se polarizavam entre direita e esquerda. No nordeste as ligas camponesas ocupavam engenhos de açúcar e latifúndios. O país esteve prestes a ter decretado estado de sítio.

"O próprio Juscelino, aliás, não perdera a esperança de permanecer na Presidência da República, até mesmo através de um golpe de Estado, conforme na época se supunha. O Ministro da Justiça, Armando Falcão, procurou criar condições que o justificassem, patrocinando ou favorecendo provocações, atentados à bomba (na Comissão Federal de Abastecimento e Preços - COFAP e nas torres de energia da Light) e sabotagens. Mas todas as manobras para o adiamento das eleições não tiveram êxito. A candidatura do General Henrique Lott, Ministro da Guerra, se impôs ao Governo, com o apoio dos nacionalistas e dos comunistas, e a aliança PSD-PTB a homologou, juntamente com a de João Goulart à Vice-Presidência da República. O nome de Jânio Quadros, ex-Governador de São Paulo, ofereceu à UDN e a outros partidos de oposição a perspectiva de usarem o populismo para conquistar o poder através das eleições"<sup>73</sup>.

A tática udenista de se abrigar sob a bandeira da arrevesada pregação nacionalista de Jânio Quadros funcionou perfeitamente. Lott foi derrotado fragorosamente e Jânio Quadros, com João Goulart na Vice-Presidência, assume o comando da nação. A tônica da campanha, entretanto, reuniu Quadros e Lott na denúncia do debruçar do imperialismo sobre o Brasil. O enfrentamento tornava-se cada vez mais eminente.

### 3.3 - Internacionalização da comunicação social

#### 3.3.1 - O surgimento da televisão - Conta a lenda que a

implantação da televisão no Brasil surgiu após Assis Chateaubriand, o fundador da maior cadeia de jornais, revistas, rádio e televisão da América Latina (os Diários e Emissoras Associados), ter tomado conhecimento, em 1949 nos Estados Unidos, da opinião de um engenheiro americano que considerava "inviável, a curto prazo, a idéia de instalar televisão num país subdesenvolvido como o Brasil". Esta opinião seria encarada como um desafio e teria bastado para que Chateaubriand instalasse, no ano seguinte, a primeira emissora de televisão da América Latina. A verdade é que, já em 1948, C. G. Roberts, enviado da General Electric dos Estados Unidos, vinha ao Brasil para "estudar as possibilidades do mercado brasileiro de televisão"<sup>74</sup>. E em 1949 o Ministério de Viação e Obras Públicas aprovou o "Parecer do Cel. Lauro Augusto de Medeiros, da Comissão Técnica do Rádio, sobre os padrões técnicos de televisão a serem adotados no Brasil"<sup>75</sup>.

As 17 horas do dia 18 de setembro de 1950, com 40 minutos de atraso, iniciava a primeira emissão de uma emissora de televisão brasileira, a TV Tupi, Canal 3, de São Paulo. Um pouco antes do início do programa inaugural, que duraria duas horas e meia, Assis Chateaubriand quebrara uma garrafa de champanha sobre uma câmera que imediatamente parou de funcionar<sup>76</sup>. O programa, ironicamente chamado "TV na Taba", incluía quadros musicais, esportivos, humorísticos e românticos, reunindo Lolita Rodrigues (que cantou o "Hino à TV"), Aurélio Campos, Walter Forster, Lia de Aguiar, Mazzaropi, Wilma Bentivegna, entre outros, e foi realizado de improviso, apesar dos esforços do técnico norte-americano Walter Obermuller, da RCA Victor. Haviam, na época, cerca de 200 receptores no Rio de Janeiro, "número que aumentou para 375 em 1951"<sup>77</sup>.

O rádio, nesse ano de surgimento da televisão, estava em sua plenitude de popularidade nos centros urbanos. Haviam no país conforme o IBGE, em 1950, 291 emissoras, número que se elevaria para 470 em 1955. 82 dessas emissoras localizavam-se nas capitais e 388 no interior. Cerca de um terço<sup>114</sup> das emissoras existentes no Brasil concentravam-se em São Paulo, 15% em Minas Gerais (82 emissoras), 13% no Rio Grande do Sul (63 emissoras). O restante estava distribuído nos demais Estados, des-

tacando-se o Paraná com 40 emissoras, Santa Catarina com 31, o Rio de Janeiro com 21, e o Distrito Federal com 15. Estas empresas, ainda de acordo com o IBGE, reuniam um capital aplicado de mais de 500 milhões de cruzeiros e possuíam mais de 14 mil empregados, entre pessoal administrativo, artistas, locutores e técnicos. Esboçava-se uma tendência de concentração de emissoras em determinadas empresas, já havendo, em 1955, 2 empresas com 5 estações, 3 empresas com 4, 29 empresas com 2, e o restante com apenas uma emissora.

Apesar desse desenvolvimento, o rádio situava-se apenas nos médios e grandes centros urbanos. Até o final da década de 50, quando surgiria o transistor, o maior impedimento para a difusão do rádio no Brasil era a dependência da energia elétrica<sup>78</sup>. Em 1936, por exemplo, de 1.920 localidades servidas por abastecimento domiciliar de energia elétrica, 1.317 (68%) situavam-se em apenas cinco Estados: Minas Gerais (529 localidades), São Paulo (311), Rio Grande do Sul (216), Rio de Janeiro (155) e Pernambuco (106). Em 1954, o número de localidades que possuíam abastecimento domiciliar de energia elétrica cresceu para 3.655, mas 2.851 (76%) destas localidades estavam concentradas em sete estados: Minas Gerais (749 localidades), São Paulo (600), Bahia (304), Rio Grande do Sul (282), Pernambuco (211), Rio de Janeiro (196) e Ceará (180).

Considerando o total de ligações domiciliares em todas as localidades brasileiras, que em 1945 era de 1.676.977 unidades atendidas, perceberemos outro aspecto da concentração: quase a metade (792.297) situa-se nas capitais dos Estados. Apenas as capitais do Rio de Janeiro (275.293) e São Paulo (248.587) reuniam um terço de todas as ligações domiciliares de energia elétrica do país.

Com o rádio submetido a estas limitações, pode se ter uma idéia da grande dificuldade enfrentada pela televisão, nos primeiros anos. A falta de público restringia as verbas publicitárias e determinava um retorno quase nulo aos pesados investimentos requeridos pelas instalações técnicas das emissoras. Ainda assim elas iam surgindo. Após a estação de São Paulo surgiram em 1951 a também TV Tupi, Canal 6, dos Diários Asso-

ciados, no Rio de Janeiro; a Rádio e Televisão Paulista, Canal 5, de São Paulo, nesse mesmo ano; e igualmente em São Paulo, em 1953, a TV Record; em 1955 a TV Rio, Canal 13, na Guanabara e a TV Itacolomi, em Belo Horizonte.

3.3.2 - Expansão da indústria eletrônica - A partir da Segunda Guerra, a economia brasileira, assim como a de muitos países latino-americanos, sofreu um processo de substituição de importações que atingiu faixas de bens de consumo duráveis, produtos intermediários e bens de capital. As condições externas favoráveis a esse processo, como o fechamento do mercado externo para os produtos primários e a redução da capacidade de importar dos países agro-exportadores, na segunda metade da década de 50, voltaram a ser restritivas, provocando uma redefinição nas alternativas de industrialização. No governo Kubitschek, a saída encontrada foi a adoção de facilidades para o capital estrangeiro e medidas protecionistas para a produção manufatureira do país, que condicionaram a localização das indústrias estrangeiras no Brasil para manterem o acesso ao mercado.

"A indústria de material elétrico apresenta entre 1949 e 1958 uma queda de 70% no coeficiente de importação, que foi a mais violenta sofrida por qualquer setor industrial no período. Essa substituição intensa corresponde à implantação das indústrias eletrodomésticas e de material e equipamento leve, da qual decorreu o aumento da participação no setor no valor global da produção industrial, bem como a diminuição relativa das importações"<sup>79</sup>.

Em 1949, a importação de material elétrico e de comunicações representava 7% do total das importações, taxa que caiu, em 1958, para 5,9%. Enquanto isso, a produção deste mesmo ramo, que em 1949 atingia a 1,4% do total da produção industrial do país, subia para 4,4%. Em 1949, a importação de material elétrico e de comunicações, corresponde a 44,8 do total do movimento econômico do ramo (produção mais importação). Em 1958, a importação limita-se a 13,3% deste total<sup>80</sup>.

Já no início da década de 30, com o recesso do capitalismo mundial, surgem no Brasil duas indústrias: a Guarani, resultan-

te da associação entre o do engenheiro francês Claude Poters e o comerciante e industrial Alberto Byington, com a finalidade inicial de produzir aparelhos para o cinema falado; e a Rádio Cacique, fundada em São Paulo pelo francês Paulo Caen, que alternava a produção de rádios com outras atividades, chegando a produzir peças de metralhadora durante a Revolução de 1932. Quando surgiram as dificuldades econômicas a indústria Cacique foi vendida ao industrial Roberto Simonsen, que aumentou o grau de nacionalização dos componentes: apenas as válvulas, os potenciômetros e certos tipos de condensadores eram importados<sup>81</sup>.

A Rádio Cacique chegou a produzir 300 aparelhos receptores por mes, mas foi sufocada pelas importações quando, em 1935, o governo reduziu as tarifas alfandegárias que passaram a ser calculadas pelo peso e não mais pelo valor das mercadorias. Essa modalidade tarifária resultou em evidentes prejuízos ao desenvolvimento da indústria nacional: "quando as válvulas importadas vinham com as outras peças do rádio para serem montadas, custavam 12.000 réis o quilo. Se vinham sozinhas, passavam a custar 60.000 réis"<sup>82</sup>. Até o início da II Guerra Mundial predominaram as importações, especialmente a de um rádio da Philips, o Matador, com "quatro válvulas, circuitos super-heteródinos e uma excepcional recepção em ondas curtas"<sup>83</sup>. Até 1939 foram importados anualmente cerca de 130.000 Matadores por ano, o que representou uma virtual liquidação da indústria nacional: a Rádio Cacique reduziu de 250 para 40 o número de funcionários e "mudou-se para instalações mais modestas", restringindo-se à produção de transmissores para o interior e equipamentos para a Marinha e o Exército. Em 1943, a Rádio Cacique foi absorvida pela Philips.

Em 1941 a Cia. Marconi já disputava a crescente demanda de aparelhos de transmissão (entre 1931 e 1940 instalaram-se 53 estações; entre 1941 e 1950, 225; e entre 1951 e 1955, 157 estações), iniciando no Brasil a fabricação em série de radiotransmissores de 250/500 watts<sup>84</sup>.

A redução de importações obrigou a obtenção de um maior grau de nacionalização dos componentes. A substituição de com-

ponentes importados iniciou com a fabricação no Brasil das caixas de madeira dos receptores, "depois vieram os tecidos afônicos e ornamentais, transformadores, chassis, blindados, suportes e mecanismos de escala, diferentes tipos de fios elétricos e componentes eletromecânicos"<sup>85</sup>.

A escassez de alguns componentes chegava a levar à manufatura artesanal das peças ou então, como fazia o Departamento de Rádio da Marinha, à "refabricação", em moldes industriais, de alguns tipos de válvulas<sup>86</sup>. Em 1943 surgiu a Delta, que aproveitando os transformadores queimados da Light, nacionalizou a linha de transformadores para rádio. "Com um capital de 200 réis - o equivalente a 10.000 dólares na época", Felicíssimo de Oliveira Júnior e um sócio, juntamente com dois funcionários, instalaram a Delta numa garagem do bairro de Perdizes em São Paulo<sup>87</sup>. Três anos depois eram inauguradas as novas instalações da indústria, com 60 funcionários e já fabricando rádios completos.

Alguns importadores, como Affonso Brandão Hennel, representante da Fulltone, Indiana, Saratoga e Mercury, começaram a montar seus próprios aparelhos para a comercialização. Hennel, viria a ser o mais próspero deles, fundador da Sociedade Eletro Mercantil Paulista Ltda., que resultaria na Semp, Rádio e Televisão. A partir do fim da Segunda Guerra, várias empresas estrangeiras, adotando uma estratégia para contornar as barreiras alfandegárias, reduzir o custo de transporte e aproveitar a mão de obra barata, passaram a localizar suas indústrias e a produzir no país, garantindo desta forma o acesso ao mercado em condições privilegiadas. Em 1944, a Standard Electric instalou no Rio de Janeiro uma fábrica de válvulas de transmissão<sup>88</sup>. A primeira válvula nacional, entretanto, só foi produzida em 1947. Em 1948, a Philips iniciou a produzir componentes no Brasil.

Apesar das limitações iniciais, a indústria começou a acreditar na televisão desde o seu surgimento e diversos grupos nacionais prepararam-se para produzir receptores. Em 1952, fundada pelo imigrante russo Bernardo Kocubej, que aportara no Brasil em 1935, a Invictus iniciava a produção de aparelhos

receptores de televisão, já com 50% de nacionalização de seus componentes.

Em 1953 o índice de nacionalização dos componentes dos televisores Invictus subiam para 73%, o que reduzia a 65 dólares a quantidade de material importado por aparelho, enquanto os concorrentes necessitavam pelo menos o dobro<sup>89</sup>. A Invictus tornou-se o grupo nacional mais poderoso da indústria eletro-eletrônica brasileira, produzindo de 1952 a 1970, meio milhão de receptores de televisão e mais de 5 milhões de aparelhos radiofônicos. Em 1956, a indústria nacional controla 80% do mercado de televisores.

Num processo semelhante ao ocorrido com o rádio nos Estados Unidos, as possibilidades econômicas da televisão, tanto publicitárias como de mercado consumidor de receptores, só começaram a ser desenvolvidas quando interferiram os interesses econômicos mais diretamente envolvidos. Nos Estados Unidos, como já vimos, o rádio ganhou impulso quando as indústrias começaram a instalar emissoras e produzir programas para estimular a audiência e, conseqüentemente, o consumo de aparelhos receptores. Em 1955, Abraham Medina fundava o Rei da Voz, casa que "durante mais de uma década controlaria o comércio de eletrodomésticos no Rio de Janeiro"<sup>90</sup>. Com o co-patrocínio da Philips, Medina lançou a produção "Noite de Gala", na televisão, "de custo elevado, entremeando quadros jornalísticos, shows, humor e personalidades do mundo artístico"<sup>91</sup>. Os "quinze a dezoito" aparelhos vendidos mensalmente pelo Rei da Voz logo passaram a uma média de "oitenta a cem", e não parava de subir. "A 'Noite de Gala' demonstrou cabalmente que a televisão poderia promover qualquer produto. De fato, através dela, Medina vendeu desde eletrodomésticos até a candidatura de seu filho para deputado"<sup>92</sup>.

**3.3.3 - Ampliação do modelo privativista** - A exploração comercial a que o rádio era submetido foi naturalmente estendida à televisão, condicionando-a aos seus erros e vícios. O sistema de financiamento da operação das emissoras de televisão, através da publicidade, foi adotado desde o seu surgimento, sem que sequer se cogitasse outra modalidade que não a da

exploração comercial. A legislação sobre radiodifusão, criada a partir de 1930, aplicava-se tanto ao rádio como à televisão e suas linhas gerais foram mantidas. As pressões dos empresários, que desde o surgimento da legislação procuravam liberalizar ainda mais suas condições de atuação, intensificaram-se depois da implantação da televisão.

As tentativas de sensibilizar o Governo durante a ditadura do Estado Novo, após a queda de Getúlio, em 1945, foram complementadas por um intenso debate no Legislativo. O projeto de Lei nº 3, do deputado Bertho Condé, inspirado pela Federação Paulista das Sociedades de Rádio, apresentado em 1947, e o projeto nº 1.234, de autoria de uma Comissão Mista da Câmara para examinar a matéria, tramitaram muito lentamente. Os novos interesses surgidos no setor de radiodifusão sedimentavam-se com muito vagar.

Passados cinco anos, em 1953, foram apresentados os substitutivos nº 3.658 de autoria do deputado Armando Falcão e o nº 3.958 de autoria do deputado Billac Pinto. Também em 1953, a Associação das Emissoras de São Paulo (que em 1948 substituiu a Federação Paulista das Sociedades de Rádio) elaborou um novo projeto de Código durante o 2º Congresso de Rádio, que foi apresentado no Senado como projeto de Lei nº 36, pelo senador Marcondes Filho<sup>93</sup>. Quatro anos se passaram sem que se chegasse a nenhuma conclusão.

Em 1957 o deputado Prado Kelly apresentou na Câmara o projeto de Lei nº 3.300 que instituiu o Código Nacional de Radiodifusão, com três órgãos fiscalizadores: o Conselho Nacional de Radiodifusão, a Comissão Parlamentar de Fiscalização Política, e a Comissão Técnica de Rádio. Neste mesmo ano o senador Cunha Mello retomou o projeto de Lei nº 36, do senador Marcondes Filho de 1953, adaptando-o para, além de substituir os 21 decretos-leis, os sete decretos regulamentares e as incontáveis portarias que regulavam a radiodifusão, reger as telecomunicações em geral. O projeto foi saudado pelos empresários como representativo de seus interesses, apenas contrariando-os ao não incluir um item que proibisse a publicidade comercial nas emissoras governamentais<sup>94</sup>.

Ainda em 1957, o Ministério da Viação e Obras Públicas ultimou um ante-projeto de lei sobre a matéria que não satisfaz os empresários e acentuou ainda mais a disputa de interesses. Um dos grandes defensores dos interesses dos empresários da radiodifusão era o então Presidente da Comissão Técnica do Rádio, Coronel Olímpio Mourão Filho<sup>95</sup>. Aprovado no Senado o substitutivo do senador Cunha Mello, foi enviado à Câmara, onde recebeu outros substitutivos e emendas e foi objeto de um grande debate. Apenas em 1962 seria aprovado um Código para as telecomunicações no Brasil que consagraria um Modelo Político para a radiodifusão, base da legislação vigente até hoje. No Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído em 1962, estaria marcada a atuação dos poderosos interesses econômicos que predominavam na área da radiodifusão. A década de 50 seria marcada pela formação de grandes grupos econômicos beneficiários de frequências de rádio e canais de televisão e pela sua articulação com interesses nacionais e internacionais. A partir desta década, a convergência de interesses na área da indústria eletrônica, publicidade e rádio e televisão, seria cada vez maior. O próprio Código Brasileiro de Telecomunicações foi elaborado com base numa proposta dos engenheiros da Associação Brasileira de Telecomunicações (Telecom), entidade controlada pelas grandes empresas estrangeiras da indústria eletrônica<sup>96</sup>.

3.3.4 - O fortalecimento da radiodifusão como estrutura de poder - Cedo, Assis Chateaubriand, fundador dos Diários e Emissoras Associadas, então o maior grupo latino-americano na área de comunicação social, aprendeu a exercitar o poder obtido com a concentração de meios disponíveis, fazendo jus à classificação que o Departamento de Estado dos Estados Unidos viria a lhe fazer: "proprietário de vários jornais no Brasil, homem esperto e sem nenhum escrúpulo"<sup>97</sup>. Na década de 40, financiados pela Light, os Diários Associados moveram uma feroz campanha contra a pretensão da Central do Brasil abastecer-se com energia elétrica de uma usina própria. Vitoriosa a campanha contra o governo, a Central submeteu-se ao fornecimento de energia pela "concessionária estrangeira Light e a expansão de sua eletrificação estacionou, logo adiante"<sup>98</sup>.

A defesa dos interesses da Light é apenas um exemplo de

como podia ser mobilizado o oligopólio constituído pela conjugação de diversos meios de comunicação. Mas a estrutura de poder dos Diários Associados não era desfrutada por Assis Chateaubriand apenas visando benefícios políticos ou lucros financeiros: ele também a acionava para conquistar os favores do poder público, imprescindíveis para a eliminação dos concorrentes que pudessem ameaçar sua expansão. Em 1956, na comemoração dos vinte anos de fundação da Rádio Nacional, então pertencente ao poder público, todos esperavam pela concessão de um canal de televisão à emissora, que tinha a preferência absoluta dos ouvintes. Equipamento da melhor qualidade chegou a ser importado para a TV Nacional, mas Juscelino Kubitschek rompeu as promessas feitas e a vetou. Renato Murce explica a atitude, aparentemente incompreensível de Kubitschek:

"O sr. Assis Chateaubriand vislumbrou o risco que correriam as Emissoras Associadas (a concorrência de uma TV). A nova TV Nacional levaria para as suas antenas toda aquela incalculável força e o amplo know-how que sempre demonstrara. Assis Chateaubriand ameaçou o então presidente da república: iniciaria e desenvolveria uma campanha política contra o seu governo. Faria isso através de sua grande rede de emissoras de rádio, TV e jornais. Razões políticas, portanto, devem ter influído no gesto do sr. Juscelino. Quando o material chegou à Rádio Nacional, foi encaminhado para Brasília. Está lá até hoje. Choveram promessas de mandar buscar outros transmissores. De promessa em promessa, a coisa foi caindo no esquecimento"99.

Já em 1955 o deputado Geraldo Soares, do PDC de Minas Gerais estranhava a transferência da concessão de um canal de televisão do Ministério da Educação à Rádio Globo, do grupo de Roberto Marinho. Em pedido de informações dirigido ao Governo, o deputado levantava questões sobre a transferência do canal, sobre possíveis irregularidades na transação e sobre facilidades propiciadas pelo poder público à organização "O Globo". Ao encaminhar o requerimento o parlamentar mineiro assim o justificou:

"Pelo que noticia a imprensa, vimos assistindo a um verdadeiro testamento dos ocupantes deste governo interino, previdente quanto a sua derrota no próximo pleito e vigilantes quanto a

sorte de seus beneficiários. Não me refiro ao olho mágico de cidadãos que se dizem austeros e que estão a ganhar serventias vitalícias, outrora pelos mesmos condenadas.

"Trata-se no momento de favores contra bens públicos, pertencentes ao patrimônio do povo, loteados afoitamente entre os felizardos do dia. Há dias foi denunciado na Câmara um saque no patrimônio das empresas incorporadas ao Patrimônio da União, matéria de dois pedidos de informação.

"Hoje queremos chamar a atenção do povo e Câmara para a concessão de pai a filho de um canal de televisão, pertencente ao Ministério da Educação, ao senhor Roberto Marinho, ou seja, Rádio Globo, devedora relapsa do Banco do Brasil. Aliás, cumpre ressaltar que o sr. Marinho é proprietário de um punhado de revistas de quadrinho de crime, violência e horror, além de revistas ilustradas de caráter deletério, como a que se intitula 'Aconteceu', pormenor de suma importância quando se trata de tirar do Ministério da Educação um veículo de formação, para entregá-lo, sem maior exame, aos deformadores da juventude, preocupados tão só com a cata de dinheiro"100.

Inaugurava-se uma nova era da radiodifusão brasileira. Começavam a ser formados grupos econômicos com grande poder de interferência social, graças à concentração de meios de comunicação conseguida. Progressivamente, os poderosos interesses estrangeiros que se instalavam no país passaram a ter acesso, pela publicidade, às maiores expressões da grande imprensa. Ao contrário do suborno, dirigido a individualidades, a nova modalidade de corrupção se daria ao nível das empresas. Reduziam-se os impedimentos legais ou morais para a manipulação e aumentava-se a eficiência: o fortalecimento de alguns grupos econômicos do setor de comunicações (imprensa e radiodifusão), por um lado serviam para aparentar um pluralismo democrático e, por outro, constituíam estruturas de poder a serviço das forças econômicas dominantes. As grandes agências de publicidade estrangeiras passaram a cumprir as tarefas fundamentais para a submissão do país ao imperialismo mundial. O poder de pressão anteriormente exercido diretamente por cada anunciante, de maneira fracionada, passou a ser unificado pela grande agência de publicidade estrangeira, que intermediava os interesses dos grandes grupos econômicos nacionais e, principalmente, estran-

geiros. O rádio e a televisão, pela sua grande potencialidade de alcance, atingindo um imenso público, vencendo até mesmo a barreira do analfabetismo, prestaram-se magnificamente bem a este papel de tangir as massas sociais.

3.3.5 - A invasão da publicidade estrangeira - A Constituição de 1946 trazia no seu artigo 160 uma clara proibição: "É vedada a propriedade de empresas jornalísticas, sejam políticas ou simplesmente noticiosas, assim como as de radiodifusão, às sociedades anônimas ao portador ou a estrangeiros. Nem esses, nem pessoas jurídicas, excetuados os partidos políticos, poderão ser acionistas de sociedades anônimas proprietárias dessas empresas. A brasileiros (art. 129, números I e II) caberá, exclusivamente, a responsabilidade principal delas e a sua orientação intelectual e administrativa". A proibição, tal como foi formalizada, desconsiderava, propositalmente, o regime básico de financiamento pela publicidade da imprensa e das empresas de radiodifusão brasileiras. O dispositivo constitucional, portanto, abria uma larga avenida de acesso ao controle de fato dos meios de comunicação, ao poder de manipulação dos distribuidores das verbas publicitárias. A inconsistência da legislação iniciava com a inviolabilidade das agências noticiosas estrangeiras em operação no país e de várias revistas com controle notoriamente realizado no exterior, como é o caso de Seleções do Reader's Digest e da revista Visão<sup>101</sup>.

O resultado da liberdade do capital estrangeiro, garantida pelas brechas existentes na Constituição, era um grande poder de interferência junto à opinião pública. O comportamento da grande imprensa no debate da política nacional do petróleo, por exemplo, foi condicionado por uma gigantesca campanha movida pelas agências de publicidade estrangeiras, contra qualquer solução nacionalista. Por outro lado, sem condições de subornar a imprensa, tal como fora possível nos tempos do DIP, Vargas, no seu segundo governo, abriu linhas de crédito ao vespertino Última Hora para tê-lo como alternativa contra a poderosa "frente de jornais" controlados pelas agências estrangeiras de publicidade"<sup>102</sup>.

"É preciso lembrar ainda, a esse respeito,



que as empresas jornalísticas usavam três caminhos para conseguir recursos: a tomada por particulares, por processos os mais variados, (caminho largamente palmilhado por Assis Chateaubriand para construir seu império jornalístico); a tomada a cofres públicos, em empréstimos de concessão e privilégio; e a recebida pela publicidade. Das três, esta era a pior, conquanto 'legal', isenta de constituir-se em alvo de campanhas pretensamente moralistas, visto como não infringiam e nem mesmo arranhava qualquer lei. Isso não retira, entretanto, o seu traço essencial quanto ao processo de desenvolvimento da imprensa burguesa em nosso país. Contra esse traço essencial, contra o conteúdo do problema não se levantava nenhuma voz. A campanha, por outro lado, dava a entender, o que servia ainda mais para ludibriar a opinião, que a empresa jornalística devia, por sua natureza, permanecer distante do crédito, e ainda do crédito oficial, e principalmente deste, o que constituiria injustificada discriminação. O que se podia, e se devia criticar, apurar e punir, não eram os empréstimos, em si mesmo, mas a forma de obtê-los, os processos utilizados para isso, e as condições privilegiadas que os cercavam<sup>103</sup>.

As grandes questões políticas internas e externas (a estagnação do petróleo, a guerra com a Coréia e a disputa pelos materiais atômicos brasileiros, por exemplo) polarizariam a imprensa, deixando a claro os protagonistas da encenação "entreguista". O primeiro passo, entre 1951 e 1952, foi a liquidação, com a invocação dos postulados da Guerra Fria, da corrente nacionalista do exército. A revista do Clube Militar foi massacrada pela grande imprensa e promoveu-se uma devassa no Exército.

O segundo passo, na escalada do imperialismo, foi a destruição da imprensa que apoiava Vargas, reduzida praticamente apenas ao jornal Última Hora. Foram então denunciados os empréstimos dos estabelecimentos oficiais que permitiram o lançamento do jornal. O objetivo final da campanha era debilitar o Governo, já agastado com a omissão de Getúlio no episódio da perseguição aos militares nacionalistas. Samuel Weiner, fundador da Última Hora, teve decretada prisão preventiva. Ao mesmo tempo, Vicente Rao, Ministro das Relações Exteriores, ligado à Júlio de Mesquita Filho, pressionava Vargas para transferir a concessão da Rádio Eldorado para o Estado de São

Paulo. Obtida a concessão, esta rádio "aliou-se à Rádio Globo na preparação do golpe"<sup>104</sup>. As acusações contra a Última Hora poderiam, entretanto, ser revertidas contra os jornais que moviam a campanha, conforme explica Nelson Werneck Sodré:

"A 17 de outubro de 1950, Vargas eleito mas ainda não empossado, O Globo levantara empréstimo no Banco do Brasil, no valor de 31.770 dólares, isto é os cruzeiros destinados à cobertura da importação de máquina impressora tipo off-set, modelo Roland-Ultra RZU V, alemã, para imprimir O Globo Juvenil, Gibi e outras revistas desse tipo, lançadas pela empresa, escritura registrada a folhas 59 e 61 do livro nº 354 do 15º Ofício de Notas, do tabelião Hugo Ramos, em que O Globo aparecia como 'sociedade irregular ou de fato', cujos sócios eram Francisca Pisani Marinho e seus filhos Heloísa Marinho Velho da Silva, Nilda Marinho Medrado Dias, Roberto Marinho, Ricardo Marinho e Rogério Marinho; O Globo dava, como garantia, penhor mercantil da própria máquina a importar e sua velha impressora Goss; entraria com 20% sobre o valor em dólares, mas em cruzeiros, e amortizaria o resto em três anos, em prestações mensais de 20.000 cruzeiros. Um mes depois, apenas, voltava O Globo ao Banco do Brasil, levantando o correspondente a 31.776 dólares, para importar três máquinas, uma dobradeira, uma impressora tipográfica e uma grampeadeira, todas alemãs, escritura registrada a folhas 86 a 88 do livro nº 355 daquele mesmo cartório, com as mesmas condições de pagamento, sendo as prestações mensais de 19.800 cruzeiros, e garantia dada ainda pelas máquinas a importar, mais a mesma e velha rotativa Goss, embora já hipotecada. Pouco depois, voltava O Globo ao Banco do Brasil para novo empréstimo, agora dos cruzeiros correspondentes a 50.000 dólares, destinados à importação de máquina de impressão off-set, modelo Roland Ultra RZU V, alemã, para imprimir a duas cores, escritura registrada a folhas 22 a 24 do livro nº 418 daquele mesmo cartório, sob as mesmas condições de pagamento, prestações de 33.000 cruzeiros mensais e, como reforço de garantia, pela terceira vez, a mesma velha rotativa Goss. A 26 de dezembro de 1952, voltava O Globo ao Banco do Brasil, tomando cobertura para 200.000 dólares, destinados à compra de rotativa off-set, a quatro cores, agora nos Estados Unidos, escritura registrada à folha 64 verso à 67 do livro nº 455 do mesmo cartório, com as mesmas condições de pagamento e as mesmas garantias, entrando outra vez nisso a velha rotativa Goss. Já a 26 de agosto de 1952, O Globo conseguia do Banco do Brasil a importância correspondente a 708.665 dólares, escritura registrada a folhas 1 a 5 do livro nº

445 do mesmo cartório, destinada à compra de moderníssima rotativa Hoe, nas mesmas condições de pagamento, prestações mensais de 442.000 cruzeiros, e as mesmas garantias, isto é, a máquina a importar e mais a velha rotativa Goss; o beneficiário, porém, não era mais a viúva Irineu Marinho & Filhos, mas a 'Empresa Jornalística Brasileira S/A.', proprietária de O Globo, tendo assinado a escritura Roberto Marinho e Herbert Moses, presidente e vice-presidente, respectivamente, da citada empresa e, como intervenientes fiadores, Stela Marinho e Leonor Sbreca Marinho. Claro que, enquanto levantava, assim, em dois anos, no Banco do Brasil, empréstimos correspondentes a mais de um milhão de dólares, O Globo combatia os 'favoritismos do Banco do Brasil', participava ativamente da campanha contra os empréstimos feitos à Última Hora e formava na vanguarda da 'Aliança Popular Contra o Roubo e o Golpe' que se propunha a combater a 'corrupção do Governo' <sup>105</sup>.

"Rafael Correia de Oliveira, em sua coluna do Diário de Notícias, mostrava como não era possível, quando menos por coerência, atitudes diversas ante fatos iguais e acusava os Diários Associados de se terem aproveitado mais dos estabelecimentos oficiais de crédito do que a Última Hora, posta sozinha no pelourinho. Mas o fato é que a campanha penetrou fundo no espírito dos leitores, mobilizou a opinião, abalou o Governo. E, entretanto, o que Última Hora fizera era comum, normal rotineiro: naquele momento, enquanto sua empresa levantara cerca de 156 milhões de cruzeiros, as organizações comandadas por Assis Chateaubriand deviam mais de 162 milhões ao Banco do Brasil e todos sabiam que devia também às Caixas Econômicas e aos Institutos de Previdência" <sup>106</sup>.

Somente em 1957, quando foi realizada uma Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a campanha contra a nacionalização do petróleo é que vieram à tona muitos desses fatos. Mesmo assim, os resultados da CPI foram sonegados ao conhecimento público, justamente pelos mesmos jornais que haviam articulado a sedição.

"A deserção unânime da imprensa, do rádio e da televisão, até mesmo de suas obrigações funcionais de divulgar, ao menos, a ocorrência do inquérito está incluída no relatório da Comissão, de autoria do deputado Dagoberto Sales. Aponta o relator, apoiado em dados fornecidos pelo presidente da agência de publicidade

McCann Erickson do Brasil, sr. Armando Morais Sarmiento, as variações dos preços de propaganda pagos aos principais jornais nos anos de 1956/57, tomando como base o 'coeficiente obtido pela divisão da verba anual recebida pelo número relativo à circulação diária, que retrata fielmente, em cruzeiros por exemplar, as preferências relativas'. Verifica-se que os maiores índices de aumento das dotações orçamentárias de publicidade do truste atingiram exatamente, sem o menor mistério, ou coincidência, o Correio da Manhã, o Estado de São Paulo e o Globo, conforme iremos discriminar:

	1956	1957
<u>Correio da Manhã</u>	3,00	5,70
<u>Estado de São Paulo</u>	3,40	3,60
<u>O Globo</u>	3,00	4,30

"Como o Correio, em 1956, retificasse o seu apoio ao Movimento de 11 de Novembro, em decorrência, como já dissemos, da denúncia dos acordos atômicos, sua cotação ultrapassou ligeiramente a do Estado. Entretanto, como se pode comprovar pelo comprovante das quantias assinaladas, o órgão bandeirante do sr. Júlio de Mesquita Filho se achava, já naquele ano, consideravelmente à frente do matutino carioca dirigido pelo sr. Paulo Bittencourt. É preciso ressaltar que essas inversões publicitárias referem-se, exclusivamente, à Esso e à Shell. Não se incluem nelas, portanto, as ofertas promocionais da Light, Bond and Share, Firestone, Gillette, Sidney Ross, Johnson e Ford, estas padas frequentemente em grandes espaços, nos principais veículos de opinião do país"107.

"Convém lembrar alguma coisa sobre a McCann Erickson e seu atual presidente, que estiveram em grande evidência, em novembro de 1957, por ocasião do inquérito parlamentar realizado para apurar as atividades antinacionais dos trustes de petróleo no Brasil. Naquela época, a empresa de publicidade que mantém sede em Nova Iorque, onde estão 60% de suas ações, distribuía anualmente 300 milhões de cruzeiros na propaganda de diversas firmas norte-americanas aqui instaladas. Sua principal cliente era a Standard Oil Company, que passou a chamar-se em nossa terra Esso Standard do Brasil. O atual presidente da McCann Erickson, Emil Farhat, era então assistente imediato de Armando de Morais Sarmiento, que dirigia a empresa. Chamados a depor perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, viram-se os dois personagens atrapalhados para explicar a distribuição da publicidade da Esso, dirigida apenas aos órgãos da imprensa contrários ao monopólio estatal do petróleo, suborno e corrupção que, gaguejantes e confusos, acabaram por confessar"108.

Durante o ano de 1953, enquanto se votava, em regime de urgência, o projeto de criação da Petrobrás e a nacionalização do petróleo, as empresas norte-americanas dispenderam 3 bilhões, 506 milhões e 200 mil cruzeiros em publicidade, assim distribuídas:

TABELA VI  
Principais inversões em publicidade no ano de 1953

EMPRESAS ANUNCIANTES	VERBAS DISPENDIDAS
Esso Standard do Brasil	28,0 milhões
The Sidney Ross	25,0 milhões
Shell	18,0 milhões
Coca-Cola	15,0 milhões
The Johnson & Johnson	13,5 milhões
Atlantic	13,0 milhões
Gillette	13,0 milhões
Colgate-Palmolive	12,0 milhões
The Eno Scott	12,0 milhões

FONTE: RAMOS, Plínio de Abreu. Brasil, 11 de novembro, 1960, p. 102-103. In SODRE, Nelson Werneck. História da Imprensa do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1977, p. 463.

A comoção popular provocada pela morte de Getúlio e pela publicação da carta-testamento entrou os objetivos mais amplos do golpe. Mas as forças do imperialismo continuaram a se movimentar. A disputa pelo poder após a queda de Getúlio foi moderada pela resistência legalista que teve no General Henrique Teixeira Lott, Ministro da Guerra, uma das maiores expressões. Lott foi um dos responsáveis pela continuidade do processo que levaria Juscelino Kubitschek à Presidência da República pela via eleitoral, em 1955. Por sua atuação, Lott não seria poupado pela imprensa entreguista. Significativamente, nenhum dos quase sessenta processos abertos pelo General Lott contra a imprensa dominada pelas agências estrangeiras de publicidade resultou em responsabilidade criminal dos acusados<sup>109</sup>. A contaminação dos principais veículos de comunicação do país evoluiu para um estado patológico: os canais de acesso do imperialismo estavam organicamente instalados na sociedade brasileira.

## NOTAS

- 1 - BANDEIRA, op. cit. p. 326.
- 2 - Ibidem, p. 326.
- 3 - IANNI, Estado e planejamento..., op. cit. p. 110.
- 4 - Ibidem, p. 116.
- 5 - BANDEIRA, op. cit. p. 324.
- 6 - Ibidem, p. 324.
- 7 - IANNI, Estado e planejamento..., op. cit. p. 133-134.
- 8 - Ibidem, p. 134-136.
- 9 - BANDEIRA, op. cit. p. 326.
- 10 - Ibidem, p. 327n.
- 11 - Ibidem, p. 328.
- 12 - Ibidem, p. 334.
- 13 - Ibidem, p. 334.
- 14 - Ibidem, p. 334-335.
- 15 - Ibidem, p. 336.
- 16 - Ibidem, p. 336-337.
- 17 - Ibidem, p. 337.
- 18 - SODRÉ, Nelson Werneck. História militar do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1968, p. 331-332.
- 19 - SODRÉ, História da imprensa no Brasil, op. cit. p. 460.
- 20 - BANDEIRA, op. cit. p. 339.
- 21 - Ibidem, p. 339-340.
- 22 - Ibidem, p. 340.
- 23 - Ibidem, p. 343.
- 24 - Carta de 4.12.1952, Oswaldo Aranha a Danton Coelho, Wash., Pasta de 1952, in ibidem, p. 341.
- 25 - Carta de 2.12.1952, Aranha a Vargas, Wash., Pasta de 1952, in ibidem, p. 341-342.
- 26 - Ibidem, p. 345.

- 27 - SODRÉ, História da imprensa no Brasil, op. cit. p. 460.
- 28 - Discurso de Vargas a 20 de dezembro de 1953, no Paraná; in BANDEIRA, op. cit. p. 345.
- 29 - Ibidem, p. 347.
- 30 - Ibidem, p. 348.
- 31 - Ibidem, p. 346.
- 32 - Ibidem, p. 348.
- 33 - Ibidem, p. 349.
- 34 - Ibidem, p. 357-358.
- 35 - "O Coronel Amauri Kruehl, o primeiro signatário do documento, fora o encarregado dos inquéritos policiais-militares contra os oficiais nacionalistas, em 1952". In ibidem, p. 350n.
- 36 - Ibidem, p. 350.
- 37 - Carta de Goulart a Vargas, de 22.2.1954, in ibidem, p. 350.
- 38 - Ibidem, p. 350.
- 39 - Ibidem, p. 360-361.
- 40 - BANDEIRA, op. cit. p. 373-374.
- 41 - IANNI, Estado e planejamento..., op. cit. p. 177.
- 42 - Ibidem, p. 177.
- 43 - Conforme ibidem, p. 153.
- 44 - OLIVEIRA, op. cit. p. 40.
- 45 - Ibidem, p. 45.
- 46 - Ibidem, p. 46.
- 47 - BANDEIRA, op. cit. p. 382.
- 48 - Ibidem, p. 383-384.
- 49 - Ibidem, p. 386-387.
- 50 - Conferência de JK na Pontifícia Universidade Católica, in ibidem, p. 389.
- 51 - Ibidem, p. 382.
- 52 - Ibidem, p. 389.
- 53 - IANNI, Estado e planejamento..., op. cit. p. 153.

- 54 - BANDEIRA, op. cit. p. 391.
- 55 - Ibidem, p. 391.
- 56 - IANNI, Estado e planejamento, op. cit. p. 179.
- 57 - Ibidem, p. 180.
- 58 - Ibidem, p. 181.
- 59 - BANDEIRA, op. cit. p. 391-392.
- 60 - Ibidem, p. 392.
- 61 - Ibidem, p. 392.
- 62 - FONTE: Os investimentos estrangeiros no Brasil, compilação de Werner Haas, coordenação e realização de Jean Bernet e Roland A. Bossart, edição atualizada até os fins de outubro de 1958, Rio de Janeiro; in ibidem p. 392n.
- 63 - OLIVEIRA, op. cit. p. 47.
- 64 - OLIVEIRA, op. cit. p. 47-48.
- 65 - IANNI, Estado e planejamento..., op. cit. p. 155.
- 66 - Ibidem, p. 172.
- 67 - BANDEIRA, op. cit. p. 394.
- 68 - Ibidem, p. 395.
- 69 - Ibidem, p. 393.
- 70 - Ibidem, p. 397.
- 71 - Ibidem, p. 398.
- 72 - Ibidem, p. 397.
- 73 - Ibidem, p. 401-402.
- 74 - REVISTA ANTENNA, o rádio no Brasil..., op. cit. p. 133.
- 75 - Ibidem, p. 137.
- 76 - Conforme Lima Duarte, in Tupi, corpo sem cabeça. Veja, São Paulo, 3 ago. 1977. Televisão, p. 91.
- 77 - ALMEIDA, op. cit. p. 57.
- 78 - Os dados aqui apresentados sobre a disseminação da energia elétrica no Brasil foram coletados no Anuário Estatístico do Brasil, do IBGE, edições de 1936, 1945 e 1954.
- 79 - TAVARES, Maria da Conceição. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Rio de Janeiro, Zahar, 1972, p. 94-95.

- 80 - Ibidem, quadro 6. FONTE: Anuário de Produção Industrial e do Comércio Exterior, revista Desenvolvimento e Conjuntura.
- 81 - 50 ANOS de tentativas, Veja, op. cit. p. 121.
- 82 - Ibidem, p. 121.
- 83 - Ibidem, p. 121.
- 84 - REVISTA ANTENNA, o rádio no Brasil..., op. cit. p. 123.
- 85 - 50 ANOS de tentativas, Veja, op. cit. p. 121.
- 86 - REVISTA ANTENNA, o rádio no Brasil..., op. cit. p. 127.
- 87 - 50 ANOS de tentativas, Veja, op. cit. p. 121.
- 88 - REVISTA ANTENNA, o rádio no Brasil, op. cit. p. 129.
- 89 - 50 ANOS de tentativas, Veja, op. cit. p. 121.
- 90 - Ibidem, p. 121.
- 91 - Ibidem, p. 121.
- 92 - Ibidem, p. 121.
- 93 - A HISTÓRIA que não foi contada, AESP em revista, op. cit. p. 3.
- 94 - Ibidem, p. 5.
- 95 - Ibidem, p. 5-6.
- 96 - BOLETIM TELECOM. Homenagem ao fundador da "Telecom". São Paulo, Revista Antenna, 71 (6), 1974, p. 502.
- 97 - Classificação feita pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos dos nomes constantes de uma carta de Eivaldo Lodi, presidente da Confederação Nacional das Indústrias, a Roberto Simonsen, presidente da Federação da Indústria de São Paulo. O documento está arquivado no National Archives em Washington e foi transcrito in TEXTOS da época e segredos desvendados. Isto É, São Paulo, 9 nov. 1977. Documento, p. 46.
- 98 - SODRÉ, História da imprensa no Brasil, op. cit. p. 459.
- 99 - MURCE, op. cit. p. 72.
- 100 - PEDIDO de informação à Câmara sobre a concessão de um canal de televisão à Rádio Globo. Correio do Povo. Porto Alegre, 18 set. 1955.
- 101 - SODRÉ, História da imprensa no Brasil, op. cit. p. 456.
- 102 - Ibidem, p. 458.

- 103 - Ibidem, p. 462.
- 104 - Ibidem, p. 463.
- 105 - Ibidem, p. 460n-462n.
- 106 - Ibidem, p. 460-462.
- 107 - RAMOS, Plínio de Abreu. Brasil, 11 de novembro, São Paulo, 1960, p. 102-103. In ibidem, p. 464.
- 108 - Novos Rumos, Rio, 7 de setembro de 1962. In ibidem, p. 467-468.
- 109 - Ibidem, p. 467.

## CONCLUSÕES

Sem pretender resumir a análise desenvolvida nesta dissertação, podemos destacar algumas conclusões básicas, que serviriam para proporcionar uma noção geral do trabalho. É sob esta perspectiva que afirmamos:

1. O surgimento da radiodifusão no Brasil, na década de 20, acompanhou a tendência mercantil predominante nas relações internacionais: tratavam-se de produtos manufaturados (emissores e receptores radiofônicos) que compunham um excedente dos países industrializados postos à disposição do mercado mundial.

2. A transformação das entidades associativas de radiodifusão em empresas e a adoção da publicidade como forma básica de financiamento, permitiu a sua expansão no Brasil, mas condicionou o seu desenvolvimento aos interesses privados que passaram a controlar-lhes.

3. Na década de 30, desenvolve-se uma estrutura nacional de comunicações radiofônicas e o rádio passa a ter um importante papel na sociedade brasileira: (a) dinamizando, pela publicidade, o mercado interno para os produtos da industrialização substitutiva de importações; (b) integrando as massas urbanas, mesmo os analfabetos, com a difusão ideológica dos valores da sociedade de base urbano-industrial em oposição à cultura correspondente ao modelo agrário-exportador; (c) facilitando o acesso e o controle das massas pelo "Poder Central" (através de medidas como a rigorosa censura e a criação da "Hora do Brasil").

4. Até o final da década de 50, o desenvolvimento do rádio e da televisão encontram estritos limites na estrutura econômica brasileira; principalmente: (a) pela dependência técnica da energia elétrica que concentra-se em determinadas áreas do país, especialmente as urbanas; e (b) pelas limitadas inversões publicitárias, que refletem as reduzidas dimensões do sistema produtivo e do mercado interno.

5. A partir do fim da Segunda Guerra, o país sofre um acelerado processo de internacionalização da economia, com o capital estrangeiro se ocupando em controlar a industrialização substitutiva de importações. A partir desse período começaram a instalar-se no país as indústrias eletro-eletrônicas estrangeiras e as grandes agências internacionais de publicidade. Pela publicidade, os interesses estrangeiros aqui localizados passaram a exercer decisiva influência sobre os meios de comunicação social.

6. A estrutura nacional de radiodifusão, até a derrubada de Getúlio, em 1945, com forte interferência do Estado, passou a ser controlada, assim como a imprensa, através da publicidade pelos interesses estrangeiros, e mobilizada para interferir politicamente no país. A campanha contra a nacionalização do petróleo e a derrubada de Getúlio, em 1954, são duas expressões da luta conduzida por esses interesses localizados no país.

7. Um amplo desenvolvimento do rádio e da televisão no país somente se tornou possível com a expansão estrutural da economia brasileira, promovida no final da década de 50, e posteriormente a partir de 1964. Os vultosos investimentos estrangeiros aportados no país pressionaram a implantação de infra-estrutura em larga escala (como por exemplo a energia elétrica) que aumentou a possibilidade técnica de difusão do rádio e da televisão. Por outro lado, essa dinamização do capitalismo brasileiro ampliou o mercado interno e a produção industrial.

8. A acentuação do processo de internacionalização da economia, promovida pelo Governo Juscelino Kubitschek, teve como correspondente um aumento ainda maior da internacionalização dos meios de comunicação social. As agências de publicidade estrangeiras passaram praticamente a controlar o mercado publicitário, valendo-se da volumosa inversão das empresas estrangeiras aqui localizadas. A radiodifusão, assim, sintonizou-se ainda mais com os interesses imperialistas.

9. Na última fase da história da radiodifusão, que não

chegou a ser objeto de análise no presente trabalho, os interesses estrangeiros já agem de forma articulada, reunindo: (a) produtores internacionais da indústria cultural; (b) indústria eletro-eletrônica; e (c) os trustes e cartéis internacionais representados pelas agências de publicidade. Esses interesses visam, respectivamente: (1) o mercado para "enlatados", produtos fonográficos, etc.; (2) o mercado consumidor de aparelhos eletro-eletrônicos (equipamentos de telecomunicações, receptores e transmissores de televisão e rádio, etc.); e (3) o mercado consumidor para o enorme espectro de produtos industriais e serviços, pelo lado das empresas estrangeiras em geral, e o mercado publicitário nacional, pelas agências de publicidade.

10. A concretização desses interesses se dá através do financiamento e controle, pelo capital estrangeiro, de uma rede nacional de televisão (a Rede Globo), que viria a se tornar um instrumento de "integração" do país, de norte a sul. Os interesses da indústria eletrônica no ramo de telecomunicações, assim, convergiram com os interesses mais globais do capital estrangeiro no país: a implantação de uma rede nacional de comunicações permitiu a estimulação do mercado nacional unificado, de forma econômica, além de fornecer um eficaz mecanismo de controle social, político e ideológico.

## BIBLIOGRAFIA

- 1 - A HISTÓRIA que não foi contada. AESP em revista, São Paulo, 3, p. 3-5.
- 2 - AMARAL, Luiz. Técnica de jornal e periódico. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1969.
- 3 - ALMEIDA, Mauro. A comunicação de massa no Brasil. Minas Gerais, Ed. Júpiter, 1971.
- 4 - BANDEIRA, Moniz. Presença dos Estados Unidos no Brasil; (dois séculos de história). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973.
- 5 - BASBAUM, Leôncio. História sincera da República; 1889 a 1930. 4. ed. Ed. Alfa-Omega, São Paulo, 1976.
- 6 - BOLETIM TELECOM. As atividades da Siemens no Brasil. São Paulo, Revista Antenna, 73 (3): 233-234, 1975.
- 7 - BOLETIM TELECOM. Homenagem ao fundador da "Telecom". São Paulo, Revista Antenna, 71 (6): 502, 1974.
- 8 - CALDAS, Waldenyr. Acorde na madrugada; música sertaneja e indústria cultural. São Paulo, Ed. Nacional, 1977.
- 9 - CAPARELLI, Sérgio. Indústria cultural nos países subdesenvolvidos. Inédito.
- 10 - 50 ANOS de tentativas. Veja, São Paulo, 29 set. 1976. p. 119, 120, 122, 123.
- 11 - FLEUR, Melvin L. De. Teorias de comunicação de massa. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1971.
- 12 - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL PADRE LANDELL DE MOURA - FEPLAN. O homem que apertou o botão da comunicação. Rio Grande do Sul, Ed. Feplan, 1975.
- 13 - IANNI, Octávio. Estado e planejamento econômico no Brasil; (1930-1970). 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.
- 14 - IANNI, Octávio. Imperialismo e cultura. Petrópolis, Vozes, 1976.
- 15 - LOPES, Saint-Clair. Rádiodifusão hoje. Rio de Janeiro, Ed. Temário, 1970.
- 16 - MURCE, Renato. Bastidores do rádio; fragmentos do rádio de ontem e de hoje. Rio de Janeiro, Imago Ed. Ltda., 1976.
- 17 - MOTA, Carlos Guilherme, comp. Brasil em perspectiva. 5. ed. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1974.

- 18 - OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. São Paulo, Estudos Cebrap, 3, 1975.
- 19 - PEDIDO de informações à Câmara sobre a concessão de um canal de televisão à Rádio Globo. Correio do Povo. Porto Alegre, 18 set. 1955.
- 20 - PEREIRA, Osny Duarte. Ferro e independência. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
- 21 - PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica do Brasil. 4. ed. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1956.
- 22 - REVISTA ANTENNA. O rádio no Brasil há meio século; edição histórica comemorativa. Rio de Janeiro, 1976. Número especial.
- 23 - SCHILLER, Herbert I. O império norte-americano das comunicações. Rio de Janeiro, Vozes, 1976.
- 24 - SODRÉ, Nelson Werneck. Formação histórica do Brasil. 5. ed. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1970.
- 25 - SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1977.
- 26 - SODRÉ, Nelson Werneck. História militar do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- 27 - SODRÉ, Nelson Werneck. Brasil: radiografia de um modelo. Rio de Janeiro, Vozes, 1975.
- 28 - SILVA, Hélio & CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. História da República brasileira; nasce a República; 1888-1894. São Paulo, Ed. Três, 1975, v. 1.
- 29 - SILVA, Hélio. História da República brasileira; o primeiro 5 de julho; 1920-1922. São Paulo, Ed. Três, 1975, v. 5.
- 30 - SILVA, Hélio. História da República brasileira; começa a revolução; 1923-1926. São Paulo, Ed. Três, 1975, v. 6.
- 31 - TAVARES, Maria da Conceição. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- 32 - TEXTOS da época e segredos desvendados. Isto É, São Paulo, 9 nov. 1977. Documento, p. 46.